UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FORÇAS ARMADAS E AMAZÔNIA (1985 A 2006)

HUMBERTO JOSÉ LOURENÇÃO

Tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a orientação do Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto.

CAMPINAS, 2007.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Lourenção, Humberto José

L934f Forças Armadas e Amazônia (1985-2006) / Humberto José Lourenção. - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: Shiguenoli Miyamoto.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Amazônia - História. 2. Relações internacionais - Amazônia. 3. Política externa – Brasil. 4. Estratégia. I. Miyamoto, Shiguenoli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

sfm/ifch

Título em inglês: Armed Forces and Amazonian (1985 to 2006)

Palavras chaves em inglês (keywords): **Amazonian - History**
International relations - Amazonian
Foreign policy - Brazil
Estrategy

Área de Concentração: Estudos políticos

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (orientador)
Prof. Dr. João Roberto Martins Filho
Prof. Dr. Marcos Aurélio de Oliveira
Prof. Dr. Paulo César Souza Manduca
Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

Data da defesa: 19/10/2007

Programa de Pós-Graduação: Doutorado em Ciências Sociais.

HUMBERTO JOSÉ LOURENÇÃO

FORÇAS ARMADAS E AMAZÔNIA (1985 A 2006)

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado em Ciências Sociais defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 19 de outubro de 2007.

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (orientador) Ass: _____

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho Ass: _____

Prof. Dr. Marcos Aurélio de Oliveira Ass: _____

Prof. Dr. Paulo César Souza Manduca Ass: _____

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa Ass: _____

Suplentes:

Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias Ass: _____

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille Ass: _____

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes Ass: _____

CAMPINAS, 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a meu orientador e extraordinário mestre, prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto, pelas críticas e sugestões, sempre muito focais e pertinentes.

Agradeço a meus professores do curso de doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, pela formação recebida.

Agradeço aos funcionários do IFCH, secretários, bibliotecários, gestores, faxineiros, jardineiros, todos bastante solícitos e dedicados.

Agradeço à instituição na qual trabalho, a Academia da Força Aérea (AFA), pelas licenças concedidas, propiciando que eu empreendesse essa pesquisa.

Agradeço a meus colegas docentes e pesquisadores, companheiros de profissão, na árdua tarefa de aprender e ensinar, por todo apoio intelectual e sócio-emocional.

Agradeço à minha irmã Dalva Lourenção e ao meu irmão Fernando Lourenção, pela convivência fraterna e solidária.

Agradeço ao Prof. Tomio Kikuchi, pelos ensinamentos aplicáveis a toda a vida e ao meu amigo José Prado.

Agradeço às minhas filhas Juliana e Caroline pela resignação diante da ausência paterna. Agradeço, sobremaneira, à mãe delas Márcia Valéria pelo intenso apoio e profunda compreensão nos momentos mais difíceis.

DEDICATÓRIA

A meus pais, Sr. Adércio Lourenção e Sra. Helena Aparecida Moreli Lourenção, agricultores, pouco escolarizados mas extremamente sábios.

RESUMO

A presente tese trata do pensamento militar a respeito da Amazônia. Especificamente, aborda as concepções geopolíticas, estratégicas e de defesa da Amazônia Legal brasileira produzidas por oficiais, tanto os da ativa como os da reserva e reformados, das Forças Armadas brasileiras: Exército, Marinha e Aeronáutica, elaborado entre os anos de 1985 e 2006. Apurando a compreensão do pensamento expresso por oficiais das Forças Armadas, esta pesquisa buscou evidenciar três assuntos predominantes nesse pensamento, bem como a relação entre eles: primeiro, a percepção da importância estratégica das potencialidades e recursos da Amazônia brasileira no contexto nacional, regional e internacional; depois, a percepção dos riscos e ameaças que incidiriam sobre a região, incluindo o nível de vulnerabilidade em que se encontram os recursos amazônicos; por fim, as concepções de defesa, que tendem a se basear em ambas as percepções anteriores. A pesquisa caracteriza-se por ser exploratória, adotando um sistema qualitativo de análise. Sobre a metodologia de coleta de dados, o material empírico é constituído por documentos impressos ou eletrônicos que refletem a produção teórica de oficiais militares; especificamente os que possuem patentes de major ou superiores, portanto, há muitos anos nas Forças Armadas, representando fortemente o ideário político-estratégico cultivado no interior dessa instituição. O presente trabalho está divido em quatro capítulos. No primeiro, levantamos algumas notas acerca do sistema internacional, incluindo uma incursão nas teorias das relações internacionais com o objetivo de situar-se teoricamente para compreender, posteriormente, o pensamento militar. Destaca-se no conjunto de teorias de relações internacionais, o realismo, abordagem com a qual tenho maior afinidade. Depois, fez-se uma breve reflexão acerca das relações civil-militares na formulação de políticas de defesa, destacando-se como esta relação tem se dado recentemente no que tange à defesa da Amazônia. No capítulo dois, tem-se uma análise da inserção do Brasil no Sistema Internacional. O capítulo três apresenta o contexto amazônico, uma síntese histórica da ação governamental na Amazônia, em que se discutem as mudanças paradigmáticas que têm norteado esta ação. O capítulo quatro se assenta sobre os dados empíricos da pesquisa exploratória, estruturando as concepções militares de defesa da Amazônia. Finalizando, na conclusão empreendemos uma análise interpretativa, buscando referenciar o enfoque dos integrantes das Forças Armadas a respeito da defesa da Amazônia, bem como suas percepções dos contextos internacional, nacional e regional, nas teorias das relações internacionais. Aqui interpreta-se que o Realismo constitui o principal, mas não o único, paradigma pelo qual se pode compreender as concepções de defesa da Amazônia e as análises conjunturais do Sistema Internacional formuladas pelo oficialato das Forças Armadas.

Palavras-chaves: Segurança, Defesa, Amazônia, Relações Internacionais, Estratégia.

ABSTRACT

To present theory treats of the military thought about the Amazonian. Specifically, it approaches the geopolitics conceptions, strategics and the defense of the Legal Brazilian Amazonian produced by officials, as much the ones of the active as the ones of the reservation and reformed, of the Brazilian Armed forces: Army, Navy and Aeronautics, elaborated among the years of 1985 and 2006. Cleaning the understanding of the thought expressed by officials of the Armed forces, this research looked for evidence three predominant subjects in this thought, as well as the relationship among them: first, the perception of the strategic importance of the potentialities and resources of the Brazilian Amazonian in the national, regional and international context; then, the perception of the risks and threats that would happen on the area, including the vulnerability level in what Amazonian resources are found; finally, the defense conceptions, that tend to be based in both previous perceptions. The research is characterized by being exploratory, adopting a qualitative system of analysis. On the methodology of collection data, the empiric material is constituted by documents printed or electronic that reflects the military officials' theoretical production; specifically the ones that possess major's patents or superiors, therefore, in many years in the Armed forces, representing the political-strategic ideal strongly cultivated inside that institution. The present work is divided in four chapters. In the first, we lifted some notes concerning the international system, including an incursion in the theories of the international relationships with the objective of placing theoretically to understand, later, the military thought. It stands out in the group of theories of international relationships, the realism, approach with which I have larger likeness. Then, it was made an abbreviation reflection concerning the civil-military relationships in the formulation of politics defense, standing out as this relationship has given recently with respect to the defense of the Amazonian. In the chapter two, an analysis of the insert of Brazil is in the International System. The chapter three presents the Amazonian context, a historical synthesis of the government action in the Amazonian, where the changes paradigm that they have been orientating this action are discussed. The chapter four settles on the empiric data of the exploratory research, structuring the military conceptions of defense of the Amazonian. Concluding, in the conclusion undertook an interpretative analysis, looking for reference the focus of the members of the Armed forces regarding the defense of the Amazonian, as well as their perceptions of the international, national and regional contexts, in the theories of the international relationships. Here it is interpreted that the Realism constitutes the main, but no the only, paradigm for which one can understand the conceptions of defense of the Amazonian and the analyses of the situation of the International System formulated by the officership of the Armed forces.

Key Words: Safety, Defense, Amazonian, International Relationships, Strategy.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO 1 O SISTEMA INTERNACIONAL: POLÍTICA E PODER 17

ANÁLISE ESTRUTURAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 19

TENDÊNCIAS TEÓRICAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 21

REALISMO 22

LIBERALISMO 26

MARXISMO 31

CONCEPÇÕES DE DEFESA E SEGURANÇA NAS TENDÊNCIAS TEÓRICAS 34

CAPÍTULO 2 O BRASIL E O SISTEMA INTERNACIONAL 37

O CONTEXTO INTERNACIONAL 37

O CENÁRIO REGIONAL 42

BRASIL: POLÍTICA EXTERNA E INSERÇÃO NO CENÁRIO REGIONAL 45

O BRASIL NO CENÁRIO REGIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA 46

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E DEFESA 54

CAPÍTULO 3 A AMAZÔNIA NACIONAL 63
AMAZÔNIA LEGAL 63
POTENCIAL DE RECURSOS AMBIENTAIS DA AMAZÔNIA 67
DIFICULDADES E DESAFIOS AMAZÔNICOS 70
A AÇÃO GOVERNAMENTAL: POLÍTICAS DE DEFESA DA AMAZÔNIA DE 1985 A 2006 80
O PROGRAMA CALHA NORTE 84
O SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM 91
ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE DEFESA DA AMAZÔNIA 93
CAPÍTULO 4 A AMAZÔNIA SOB A ÓTICA DAS FORÇAS ARMADAS 99
REFERÊNCIAS À IMPORTÂNCIA POLÍTICO-ESTRATÉGICA DA AMAZÔNIA 101
A QUESTÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA 107
HISTÓRICO DA PRESSÃO INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA 113
AS QUESTÕES DOS ÍNDIOS E DAS ONGS 126
A QUESTÃO DO PLANO COLÔMBIA 138
O EPISÓDIO DO MAPA DO BRASIL SEM A AMAZÔNIA 140
A DEFESA DA AMAZÔNIA 144
A QUESTÃO DA LEI DO ABATE 151

CONCLUSÃO 155

CONCEPÇÕES DE DEFESA DA AMAZÔNIA NO SISTEMA INTERNACIONAL (1985-2006) 155

O DEBATE SOBRE INTERVENÇÃO E SOBERANIA 156

A AMAZÔNIA E A QUESTÃO ECOLÓGICA 160

ANÁLISE DO ENFOQUE DAS FORÇAS ARMADAS ACERCA DA DEFESA DA AMAZÔNIA 162

CONCEPÇÕES DE DEFESA DA AMAZÔNIA NAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 168

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 173

FONTES PRIMÁRIAS 184

ANEXO 191

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho trata do pensamento militar a respeito da Amazônia. Especificamente, aborda as concepções geopolíticas, estratégicas e de defesa da Amazônia Legal brasileira produzidas por oficiais, tanto os da ativa como os da reserva e reformados, das Forças Armadas brasileiras: Exército, Marinha e Aeronáutica, elaborado entre os anos de 1985 e 2006. Apurando a compreensão do pensamento expresso por oficiais das Forças Armadas, esta pesquisa buscou evidenciar três assuntos predominantes nesse pensamento, bem como a relação entre eles: primeiro, a percepção da importância estratégica das potencialidades e recursos da Amazônia brasileira no contexto nacional, regional e internacional; depois, a percepção dos riscos e ameaças que incidiriam sobre a região, incluindo o nível de vulnerabilidade em que se encontram os recursos amazônicos; por fim, as concepções de defesa, que tendem a se basear em ambas as percepções anteriores.

Dado que concepções de defesa sofrem influências das vicissitudes ocorridas no cenário sócio-político-econômico, buscou-se relacionar estas com aquelas, investigando a natureza e as razões das transformações ocorridas no pensamento militar sobre o tema. Atentou-se exatamente para discernir, entre os elementos deste pensamento, aqueles mais permanentes, que foram constantes, de forma menos dependente das mudanças conjunturais, e aqueles que se apresentaram mais voláteis, que surgiram e/ou feneceram em função de circunstâncias e pressões externas pontuais. Levando-se em conta que concepções de defesa contribuem para determinar políticas de defesa - e que, por sua vez, estas fomentam aquelas -, a análise incluiu as repercussões do debate teórico originado em torno da concepção e implantação de dois grandes programas de defesa da Amazônia, ocorridos exatamente no período abarcado por esse estudo, a saber: o Programa Calha Norte (PCN) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Esta análise nos propiciou verificar o quanto, no pensamento militar, há de pensamento propositivo, que procura se antecipar aos fatos históricos, concebendo cenários futuros de médio e longo prazo para a defesa da Amazônia; e o quanto há de pensamento reativo, de teor mais imediatista.

Assim, a análise do quadro internacional surgido a partir de meados da década de 1980, precisamente a análise da inserção do Brasil, sua relativa dependência/autonomia econômico-tecnológica no sistema internacional, tal como formulada pelos discursos militares levantados, tornou-se necessária na medida em que tal leitura da realidade é o que fundamenta e sustenta um entendimento militar sobre a Amazônia. Ou seja, buscou-se apreciar os fatores da análise conjuntural considerados de maior relevância na formulação de políticas estratégicas, de defesa e segurança do país, em geral, e da Amazônia, em particular, tal como figuraram nos escritos de seus proponentes. Tome-se como exemplo a definição oriunda das Forças Armadas de novas ameaças "globalizadas" à soberania nacional, como tráfico de drogas, contrabando e lavagem de dinheiro, constantes no material analisado.

No que concerne à revisão bibliográfica, abordamos as várias escolas das teorias das relações internacionais, com destaque para a escola realista. Essas teorias não foram entendidas nesse trabalho como fundamentos do pensamento militar. Ocorre que o pensamento militar não se envolve ordinariamente com o debate teórico acerca das relações internacionais que ocorre no meio acadêmico, pelo contrário, como demonstrado abaixo, ele possui um caráter muito mais doutrinário e auto-referente. Por isso, as teorias das relações internacionais aqui levantadas constituem um quadro de referências, servindo ao propósito de melhor situar teoricamente as concepções militares de defesa da Amazônia.

A opção pela delimitação temporal de 1985 a 2006 do estudo das concepções militares de defesa da Amazônia decorre de várias razões significativas. Inicialmente, sem aprofundar as análises quantitativas, uma pré-pesquisa revelou que, no referido período em comparação aos anteriores, seguramente houve um aumento considerável do volume, em termos relativos e absolutos, de publicações e discursos militares a respeito da temática amazônica e de sua defesa, verificado em simpósios, debates, artigos, etc.

Outra razão para se ater ao período entre 1985 e 2006 encontra-se na relação entre pensamento estratégico e política de defesa da Amazônia. Como se explicitará

adiante, esse período abrange o surgimento, desenvolvimento e implantação política e operacional de dois grandes programas de defesa da Amazônia: o Programa Calha Norte (PCN) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que constitui um marco histórico da atuação governamental no que tange à defesa da região. Sendo que os oficiais das Forças Armadas brasileiras são os principais formuladores de defesa para a Amazônia, objetivou-se também explicitar como o pensamento militar inspirou, endossou e se refletiu na concepção e implementação desses programas de defesa.

Além disso, nesse período ocorreram mudanças significativas no entendimento da importância estratégica da Amazônia e de sua defesa. Tais mudanças advieram dos novos cenários e desafios que se estabeleceram com mais evidência em fins da década de 1980, a partir da queda do muro de Berlim, marcando o fim da guerra-fria, com o subseqüente esfacelamento da ordem bipolar encabeçada pelos Estados Unidos (EUA) e pela então União Soviética (URSS). No contexto dos novos cenários internacionais e regionais, a Amazônia foi se tornando, crescentemente, um símbolo mobilizador das Forças Armadas brasileiras, na medida em que as ameaças soviética e argentina deixaram de existir no plano externo e o comunismo não representaria mais uma referência para a segurança interna. (OLIVEIRA, 1994).

Por fim, há também uma razão na política nacional para a delimitação do período abrangido por este estudo. Ele inicia-se com o primeiro governo civil, de José Sarney, após o regime militar inaugurado em 1964, e termina com o primeiro governo do presidente Luiz Ignácio Lula da Silva. Hipoteticamente, em um ambiente de governo civil, os ministérios e comandos militares, nas pessoas de seus oficiais superiores, são forçados a lançar mão de uma argumentação mais volumosa e expressiva acerca das necessidades de defesa da Amazônia, tal como a percebida. Ou seja, provavelmente, com o início da redemocratização, as Forças Armadas tiveram que se empenhar mais do que no período do regime militar para sensibilizar os órgãos decisores civis, em última instância, a Presidência da República, a respeito das questões amazônicas.

Sobre a metodologia de coleta de dados, o material empírico desta pesquisa é constituído por documentos impressos ou eletrônicos que refletem a produção teórica de oficiais militares; especificamente os que possuem patentes de major ou superiores. Portanto, são oficiais há muitos anos nas Forças Armadas, representando fortemente o ideário político-estratégico cultivado no interior dessa instituição. Assim, as fontes primárias se constituíram de escritos contidos em publicações oficiais e institucionais, disponíveis tanto na forma impressa como eletrônica. O material levantado foi extenso, pois as publicações militares conferem grande destaque ao tema da Amazônia brasileira e sua importância estratégica e geopolítica. Nos textos publicados em livros, revistas, sites, etc. mantidos pelas Forças Armadas ou por seus membros também se encontram autores civis que, via de regra, são membros do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG) ou diplomados e conferencistas dessa instituição, além de professores de instituições de ensino militar, jornalistas especializados e outros estudiosos do assunto. Em geral, os artigos ou excertos reproduzidos em publicações militares são endossados pelos oficiais responsáveis pelo conselho editorial de tais publicações, simpatizantes às mesmas causas e que preservam o mesmo enfoque institucional. Por essa razão, esses textos também foram considerados como fontes primárias, mas secundariamente, em favor daqueles escritos por oficiais superiores.

Especificamente, o universo de investigação manteve-se circunscrito aos seguintes conjuntos de textos. O primeiro conjunto é constituído pelas monografias ostensivas escritas pelos egressos das Escolas de Estado-Maior das três forças: a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); a Escola de Guerra Naval (EGN), da Marinha; e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR). O segundo conjunto é formado por artigos de periódicos oficiais oriundos dos comandos militares e da Escola Superior de Guerra (ESG), a saber: a revista "A Defesa Nacional", publicação da ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército); a "Revista Marítima Brasileira", que é uma publicação oficial do Comando da Marinha; o periódico "Idéias em Destaque", editado pelo Instituto Histórico-cultural da Aeronáutica (Incaer); e a "Revista da Escola Superior de Guerra". Por fim, um terceiro conjunto de textos incluiu os artigos

escritos por oficiais superiores na imprensa e outras manifestações ideológicas produzidas nas várias agremiações militares extra-oficiais, como são, por exemplo, o Clube Militar, que publica a "Revista do Clube Militar" e vários textos no site <www.clubemilitar.com.br> e a Associação Nacional dos Militares das Forças Armadas (ANMFA), que publica textos de autoria de oficiais das Forças Armadas no site <http://www.anmfa.org/>.

Sobre a qualificação do conjunto de fontes, entende-se que as monografias das escolas de Escolas de Estado-Maior têm importância elevada, dado que seus autores, ao saírem das respectivas escolas ocupam a patente de coronel, normalmente passando a ocupar postos de comando influentes e estratégicos dentro da hierarquia das forças ou do Governo Federal, muitas vezes como definidores de políticas de defesa. Por outro lado, os dois últimos conjuntos possuem particularidades muito interessantes ao conterem textos, normalmente, mais polêmicos e contundentes, menos atidos às questões pontuais. Via de regra, foram escritos por militares da reserva ou já reformados, portanto, numa condição em que são menores os comprometimentos com a hierarquia e as preocupações com a ascensão na carreira militar.

Os dados levantados acerca dos aspectos político-estratégicos da Amazônia, contidos no capítulo três da tese, foram obtidos em fontes primárias e secundárias, a saber: documentos e publicações governamentais e institucionais, como os provindos de órgãos ministeriais - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Pesquisas espaciais (INPE), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto do Homem e Meio-ambiente da Amazônia (IMAZON), etc.; material acadêmico, composto de publicações oriundas das instituições superiores de ensino e pesquisa; e artigos publicados em meios de comunicação, em formatos eletrônicos e impressos.

Nessa pesquisa, caracterizada por ser exploratória, adotou-se um sistema qualitativo de análise, portanto, não focado na representatividade quantitativa[1]. A partir da interpretação dos documentos no contexto histórico em que foram produzidos, foi construída uma estrutura temática das abordagens militares sobre a defesa da Amazônia, delimitada pela abordagem conceitual adotada, desenvolvida no capítulo 1. A análise e interpretação dos textos conduziram para que se descartasse a construção de qualquer tipologia, tal como poderia ser feita, por exemplo, referente às forças em particular - Exército, Marinha e Aeronáutica.

A pesquisa qualitativa pressupõe que há uma realidade empírica passível de ser decifrada - no caso, as concepções militares expressas em textos - por meio da pesquisa, da reflexão e da interpretação. Porém, devido principalmente ao caráter hermenêutico da análise e interpretação de documentos, a metodologia da pesquisa qualitativa acarreta o risco da perda da cientificidade. No intuito de afastar esse risco, nas referências aos documentos analisados, procurou-se manter o máximo de fidelidade ao conteúdo original dos documentos, reproduzindo-os "*ipsis litteris*".

A análise dos documentos fundamentou-se na teorização formulada em torno das relações internacionais. Isso porque as diferentes teorias de relações internacionais inspiram diferentes percepções e análises do quadro internacional surgido a partir de meados da década de 1980 e da inserção específica do Brasil, sua relativa dependência/autonomia de natureza política, estratégica, econômica e tecnológica nesta ordem internacional. Por sua vez, essas leituras conjunturais resultam e sustentam concepções de defesa e de segurança do país, em geral, e da Amazônia, em particular, tal como formuladas pelos integrantes da alta hierarquia das Forças Armadas.

O presente trabalho está divido em quatro capítulos. No primeiro, levantamos algumas notas acerca do sistema internacional, incluindo uma incursão nas teorias das relações internacionais com o objetivo de situar-se teoricamente para

[1] Para uma análise quantitativa, especificamente sobre as monografias da Eceme, cf Leirner, 2006.

compreender, posteriormente, o pensamento militar. Destaca-se no conjunto de teorias de relações internacionais, o realismo, abordagem com a qual tenho maior afinidade. Depois, fez-se uma breve reflexão acerca das relações civil-militares na formulação de políticas de defesa, destacando-se como esta relação tem se dado recentemente no que tange à defesa da Amazônia. No capítulo dois, tem-se uma análise da inserção do Brasil no Sistema Internacional. O capítulo três apresenta o contexto amazônico, uma síntese histórica da ação governamental na Amazônia, em que se discutem as mudanças paradigmáticas que têm norteado esta ação. O capítulo quatro se assenta sobre os dados empíricos da pesquisa exploratória, estruturando as concepções militares de defesa da Amazônia. Finalizando, na conclusão empreendemos uma análise interpretativa, buscando referenciar o enfoque dos integrantes das Forças Armadas a respeito da defesa da Amazônia, bem como suas percepções dos contextos internacional, nacional e regional, nas teorias das relações internacionais.

INTRODUÇÃO

Em sociedades que se pretendem democráticas a definição dos denominados "objetivos nacionais", incluindo o sistema de defesa e a política militar, constitui uma prerrogativa própria do poder político, isto é, prevalece a supremacia do poder político, legítimo e representativo, na formulação de concepções de defesa e definição das políticas de defesa e militar. Ao poder militar cabe fornecer recursos, análises e alternativas estratégicas para que o poder político possa definir como o Estado vai empregar ou não sua força militar, e, estabelecidas estas definições, obviamente, é função também das Forças Armadas operacionalizá-las. Assim, apesar dos militares terem a atribuição de participar ativamente da definição e planejamento da política de defesa nacional, em tese, eles constituem apenas um dos atores principais; tal definição e planejamento comportam, primordialmente, um diálogo entre a sociedade política, instituições da sociedade civil e organismos militares. A priori, a participação mais atuante da sociedade civil e do parlamento contribui para melhorar a articulação da defesa nacional com os objetivos estratégicos do país.

Contudo, tradicionalmente, no Brasil, por questões histórico-culturais e de ordem operacional, o tema da defesa é ainda pouco debatido pela sociedade civil, em geral, e pelo poder político, em particular, não sendo freqüente no debate parlamentar, até porque não propicia grande retorno eleitoral. Some-se a isso o fato de que a Constituição de 1988 não dotou o Congresso da prerrogativa de definir a política de defesa, como ocorre na maior parte dos países democráticos, assim, fazendo com que a política de defesa seja tratada ao sabor das circunstâncias ou se constitua num tema reservado quase que exclusivamente à área militar. Em suma, no Brasil, as Forças Armadas, representadas por seus oficiais superiores, ainda são as protagonistas na definição, proposição e articulação de políticas de defesa para o país e para a Amazônia - aqui inclusos os atores políticos estatais e não-estatais, civis e militares, novos e tradicionais: governo federal, principalmente através do Ministério da Defesa e das Relações Exteriores e governos estaduais,

principalmente dos estados amazônicos; parlamentares; pesquisadores e cientistas das áreas tecnológicas, de política e de relações internacionais, abrigados em instituições acadêmicas, notadamente as universidades públicas; Organizações Não-Governamentais (ONGs), nacionais e estrangeiras; etc.

A importância estratégica conferida à Amazônia a partir dos anos de 1990, se reflete, no nível teórico e político, no documento governamental "Política de Defesa Nacional" (PDN), em sua versão atual (BRASIL, Ministério da Defesa, 8 Dez. 2006) e também na de 1996 (BRASIL, Presidência da República, 8 Dez. 1999). Na versão de 1996, uma das diretrizes propostas era "proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar". De acordo com a atual PDN, a Amazônia brasileira, dadas as riquezas que abrigam, é considerada área prioritária para a Defesa Nacional. Segundo o documento, visando à defesa das riquezas naturais e do meio ambiente amazônico, "[...] é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar [... e] efetiva ação do Estado no desenvolvimento sócio-econômico [da região]".

No nível operacional também houve um significativo aumento da presença militar na região. Ao longo da década de 1990, novos Batalhões Especiais de Fronteira e Batalhões de Infantaria na Selva foram criados na Amazônia. Em 1991 a primeira Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis foi transferida para Boa Vista (RR), denominada Primeira Brigada de Infantaria da Selva. Em 1993, a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada de Santo Ângelo (RS) foi transferida para Tefé (AM), denominada 16ª Brigada de Infantaria da Selva. Em agosto de 2002 foi inaugurado o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), com mais de noventa por cento de suas instalações funcionando. Por isso, entre os anos de 1998 e 2002, concentradamente nos últimos 18 meses desse período, o número de soldados na longa linha de fronteira com os sete países da região cresceu de 3,3 mil para 23,1 mil e, a partir de 2000, os quartéis dos novos pelotões de fronteira em Uiramutã, Tiriós, Pará-Cachoeira e Maturacá foram construídos ou terminados. Por sua vez, a Marinha também mobilizou forças para a Amazônia: em 1994, transformou a Flotilha do Amazonas em Comando Naval da Amazônia Ocidental; e, em 2002, iniciou a

mudança do Grupamento de Fuzileiros Navais em Batalhão de Operações Ribeirinhas. Enfim, trata-se do maior remanejamento de tropas realizado na história do País desde 1870[2]. Em resumo, o Brasil tem reforçado a presença de suas Forças Armadas na Amazônia, em função de uma estratégia dissuasória de caráter unicamente defensivo. Outro indicativo desse movimento pode ser encontrado no exercício combinado da Marinha, Exército e Força Aérea, denominado Operação Timbó, realizado em junho de 2003, na região da fronteira com a Colômbia, com a finalidade de coibir a ação de narcotraficantes e guerrilheiros, bem como os ilícitos ambientais, especialmente os próximos às comunidades indígenas.

De fato, a Amazônia tem se tornando, cada vez mais, um símbolo mobilizador das Forças Armadas no Brasil - um símbolo da soberania e da missão militar - uma vez que as ameaças representadas pela União Soviética e Argentina deixaram de existir no plano externo e o comunismo não configuraria mais uma referência para a defesa interna (OLIVEIRA, 1994). Para este cenário contribuíram a resolução das divergências e assinatura de acordo de cooperação em segurança e defesa entre Brasil e Argentina, em junho de 1996, e o desenvolvimento do Mercosul. De fato, a região platina não apresenta sérios problemas na área da defesa, somente requerendo alguns cuidados na área de segurança, o que diminui a importância geopolítica do sul do país. Particularmente a região que vai do Pantanal ao Amapá é, sabidamente, frágil e problemática nas áreas de segurança e defesa, demandando a necessidade de que políticas de segurança e de defesa se articulem às demais políticas públicas no eixo amazônico-pantaneiro. Esse crescimento da importância estratégica da Amazônia está em conformidade com a necessidade e dificuldade que o Brasil enfrenta em defender e desenvolver o território amazônico e em responder à pressão internacional, diante das questões humanitárias e ambientais, que têm

[2] Para se ter uma noção mais exata do significado desses remanejamentos é preciso levar em conta seus custos econômicos e políticos. A transferência de uma unidade completa do porte de uma brigada de infantaria inclui aquisição de equipamentos, obras civis da nova base e instalação dos militares. Essas operações de mudança e da infra-estrutura estão na ordem de centenas de milhões. Há ainda o preço político, envolvendo protestos da comunidade de origem da tropa e mobilização de políticos, que, via de regra, atrasa os procedimentos.

crescido na agenda internacional com o advento da chamada globalização, principalmente após o fim da guerra-fria. No caso amazônico, as questões humanitárias se referem prioritariamente aos indígenas, com o desafio duplo por parte do Estado de proteger as culturas e promover o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades indígenas, ao mesmo tempo em que garante a defesa da soberania nacional nos territórios por eles habitados.

No que concerne aos aspectos sócio-econômicos, a constituição do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) - firmado em julho de 1978 como instrumento multilateral para promover a cooperação e a integração entre países amazônicos (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) - tinha por objetivos o desenvolvimento sustentável da região e a proteção da região contra interesses escusos; para o Brasil, permitindo a entrada de produtos brasileiros no mercado andino. Apesar do TCA ainda não ter atingido plenamente seus objetivos, a conscientização sobre a riqueza do patrimônio ambiental amazônico, particularmente de sua biodiversidade, fortaleceu nos países amazônicos a percepção de que a essa região tem uma importância capital em seus projetos de desenvolvimento econômico e social, desde que o desenvolvimento da região esteja alinhado com o paradigma da utilização racional e sustentável de seus recursos naturais e em benefício das suas populações. Nesse contexto e diante das críticas generalizadas à destruição do meio ambiente amazônico, o governo passou a enfatizar a denominada diplomacia verde, com políticas afirmativas quanto à proteção dos recursos naturais, como por exemplo, o Programa Nossa Natureza, de fevereiro de 1989 e a Declaração da Amazônia, de maio de 1989. (BRASIL, 8 Dez. 1999).

CAPÍTULO 1
O SISTEMA INTERNACIONAL: POLÍTICA E PODER

No campo das Relações Internacionais, diferentes abordagens teóricas trazem consigo concepções bastante diferenciadas acerca do denominado Sistema Internacional. O presente capítulo busca inicialmente explicitar essas concepções, bem como, num momento posterior, caracterizar ideologicamente as principais tendências teóricas que, em conjunto, formam essa disciplina chamada Teoria das Relações Internacionais.

Para os realistas, a estrutura do sistema está determinada pela distribuição dos recursos entre os Estados, por isso, depende da quantidade de estados com os maiores recursos de poder. "O sistema internacional esteve sempre estruturado em relações de poder, com o Estado jogando papel de primordial importância". (MIYAMOTO, Jan. 2003, p. 3). Em toda a história verifica-se quebra de acordos, desrespeito aos tratados e soberanias dos Estados, invasões de fronteiras e subjugação dos mais fracos. Em síntese, é uma ordem precária, instável, sujeita às flutuações de algo muito dinâmico, que são as equações de poder. (FONSECA JR., Dez. 1994).

Na ótica realista, se durante a guerra fria da segunda metade do século XX, o sistema internacional era considerado bipolar, após seu término, o sistema internacional adotou, alternativamente, uma estrutura unipolar, na qual os EUA eram vistos como a única superpotência, e multipolar, em que se consideravam outras potências como Europa (em especial, França e Alemanha unidas), Rússia, China e Japão.

Por seu turno, na concepção liberal da estrutura do sistema contemporâneo o mundo não é tido simplesmente como unipolar, bipolar ou multipolar. Nye (Jul/Aug, 1999) descreve o sistema internacional pós-guerra fria como um bolo em camadas: a camada superior, de ordem militar, é unipolar, os EUA continuam sendo a principal potência militar; no meio há uma camada econômica que tem sido tripolar desde a década de 1970;

na parte inferior, existe uma camada de interdependência transnacional que reflete a difusão e fragmentação do poder, incluindo os atores não-estatais.

Para os marxistas, o fim da guerra fria não alterou a estrutura do sistema mundial. Segundo Wallerstein (1979), a estrutura do sistema, determinada economicamente, pode ser ilustrada como um conjunto de três círculos concêntricos: o núcleo, formado pelas sociedades industriais avançadas dominantes; na parte externa, na periferia, estão as sociedades menos desenvolvidas da América Latina, África e Ásia; no meio, se encontram as sociedades que estão evoluindo da periferia para o núcleo e aquelas que já não pertencem ao núcleo.

As teorias liberais, propaladas, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, tendem a minimizar as políticas de poder, fazendo referência à perda da influência do Estado como principal ator nas negociações mundiais. Nessas teorias, fatores como território, forças armadas, recursos naturais e população não têm mais o mesmo peso que tinham em situações passadas. Entretanto, o que se observa é que os elementos tradicionais de poder continuam resistindo à mudanças de conjunturas. Na verdade, no contexto atual de globalização econômica, tal como vem sendo denominado, verifica-se o recrudescimento da luta pela defesa dos interesses nacionais de ordem econômica, política e estratégico-militar. Por exemplo, se os foros internacionais, tão destacados pela visão liberal, como a Organização Mundial do Comércio - OMC servem para arbitrar sobre as diferenças de interesses entre empresas, ocorre que é justamente o Estado nacional que as representa naquele âmbito. (MIYAMOTO, Jan. 2003).

> O que se verifica, portanto, no momento atual é que a defesa do Estado, tanto no plano político quanto no estratégico-militar não foi desativada, permanecendo mais sólida do que antes, criando mecanismo e instrumentos, e visando impedir até mesmo a livre circulação das populações. (MIYAMOTO, Jan. 2003, p. 24).

À revelia da visão liberal, fato é que os princípios definidos pelos regimes internacionais que buscam garantir a igualdade jurídica das nações têm sido sistematicamente negligenciados. A própria Organização das Nações Unidas - ONU não

constitui uma instância punitiva supranacional, até porque não tem política de poder, na medida em que não tem fatores de poder que possibilitam projeta-lo.

No cenário pós-guerra fria, diante dos vários acordos regionais firmados nos anos 1990, em que o conflito Leste-Oeste deixou de ser o referencial principal, as questões econômicas tornaram-se fator extremamente relevante na garantia da segurança de uma país ou de uma região, o que não significa, entretanto, que o fator estratégico-militar tenha sido desconsiderado ou descuidado. Assim, os anos 1990 apresentaram novos elementos, além dos tradicionais pontificados pela vertente estratégico-militar, que estariam envolvidos com a questão da segurança, a saber, os problemas econômicos, demográficos, as desigualdades sociais, as questões culturais, a questão ambiental, o crime organizado e a lavagem de dinheiro. Essa última, geralmente proveniente do tráfico de drogas atinge países produtores e consumidores, corrompendo os poderes constituídos de ambos os lados. "A idéia de segurança passou, portanto a abarcar diferentes facetas, tornando-se multidimensional, visto que todos os problemas passaram a ser considerados no cálculo dos países e do sistema internacional como um todo". (MIYAMOTO, Jan. 2003, p. 54).

ANÁLISE ESTRUTURAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Mesmo considerando o mundo como um cenário em que se movimentam atores de todos os tipos, os Estados nacionais se destacam, mantendo-se como atores privilegiados. A própria tese da interdependência das nações focaliza principalmente as relações exteriores, diplomáticas, internacionais, ou seja, as ações entre países: diplomacia, aliança, pacto, bloqueio, invasão, ocupação, guerra, dumping, espionagem, terrorismo de Estado. Ou seja, apóia-se sempre no emblema do Estado-nação, reconhecendo que ele está sendo desafiado pelas relações internacionais. "A idéia de sistema mundial reconhece as novas realidades da globalização, mas persiste na tese das relações internacionais, o que afirma a continuidade, vigência ou preeminência do Estado-nação". (IANNI, 2003, p. 81).

O aumento da competitividade econômica e tecnológica, e a constituição de megablocos regionais, não resultaram no aumento do grau de confiança recíproco entre os Estados, e a preocupação com a segurança está presente no cotidiano de países grandes, médios e pequenos. Pragmaticamente acordos e coalizões bi ou multilaterais podem ser rompidos a qualquer momento, quando a relação custo/benefício não se apresentar interessante para uma das partes. A ênfase analítica na eficiência econômico-produtiva e tecnológica no cenário competitivo induz que o fator militar atue, preponderantemente, como elemento de dissuasão no plano da defesa dos Estados. Por isso, a atribuição de uma maior importância estratégica às relações diplomáticas, econômicas e culturais, na esteira do processo denominado globalização ou mundialização, não significa que os temas da defesa e segurança estejam subestimados ou descartados pelos Estados-nações, mas sim que adquiriram novos contornos e dimensões. (MIYAMOTO, Dez. 1996). O decréscimo da polarização ideológica abriu espaço para a irrupção de nacionalismos - não necessariamente democráticos e pluralistas - e para manifestações agressivas de coletivos étnico-religiosos, almejantes de unidades territoriais exclusivas e, às vezes, excludentes. (DREIFUSS, 1994). Esse recrudescimento de extremismos étnicos, nacionalistas e religiosos, bem como o fenômeno da fragmentação, observado em diversos países no pós-guerra-fria, evidencia que conceitos tradicionais como soberania, autodeterminação e identidade nacional continuam a ter relevância. Esse quadro invalida, parcialmente, a tese do declínio progressivo do uso da força militar nas relações internacionais. Além disso, as grandes potências, isoladamente ou em blocos, têm feito valer seus interesses internos, mesmo em detrimento da segurança e dos interesses coletivos, ao mesmo tempo em que resistem às ingerências externas que forem contrárias aos seus interesses. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 8 Dez. 1999).

Lembra-nos Bobbio (1995) que, segundo Kant, a anarquia das relações entre os homens foi superada através da criação de uma autoridade estatal; da mesma maneira as relações anárquicas entre os Estados, em que a força tem sido a reguladora das controvérsias internacionais, poderiam ser eliminadas através da constituição de uma autoridade suprema na sociedade dos Estados, de uma federação universal, capaz de impor

o domínio universal do direito. Entretanto, para Russell (1956), a constituição de uma autoridade supra-estatal, uma união de âmbito mundial é uma utopia muito difícil de ser concretizada, devido à ausência de uma força coesiva substancial. Ao contrário do que ocorre no âmbito interestatal, em que indivíduos se unem em sociedades estado-nacionais em confronto com outros estados, para a constituição do governo mundial faltaria um inimigo comum a temer que atuasse como um estímulo à coesão. Em suma, pelo menos até a constituição de um governo mundial - hipótese considerada apenas para efeitos analíticos - os Estados-nações manterão políticas de defesa que podem acarretar o sacrifício de princípios jurídicos, éticos, políticos e econômicos. Mesmo não estando em combate efetivo, todo Estado é compelido a praticar certa política de potência, que não significa, a rigor, uma política externa explicitamente agressiva, mas uma política de permanente confronto de força, prontificando ou usando, em casos extremos, seus meios de poder. Por mais que se valorize a força econômica ou tecnológica, todo Estado, em situações extremas, usará seu poderio militar na defesa de seus objetivos e interesses ou na proteção de seus habitantes e instituições. Nesse cenário, as Forças Armadas continuam a desempenhar um papel capital para a sobrevivência dos Estados como unidades independentes, atuando como instrumentos de ação política do Estado; mesmo em tempos de paz, inibindo potenciais inimigos e intenções de desrespeito à soberania nacional ou às regras de convivência internacional. Especificamente em relação ao contexto brasileiro, não é realista conceber um Estado de razoável porte e influência internacional que possa abdicar de uma força de defesa confiável, pois seria o mesmo que renunciar ao exercício do direito de autodefesa.

TENDÊNCIAS TEÓRICAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

De modo geral, a ação efetiva requer entendimento e não existe entendimento sem teoria; a teoria está incorporada nos conceitos, nos enquadramentos analíticos e nos enfoques utilizados pelos estrategistas e planejadores de forças. (NGAIRE, 1996; ROSS, 8 Dez. 1999). As concepções de defesa produzidas por oficiais das Forças Armadas encontram nas teorias das relações internacionais um quadro de referência

esclarecedor. Objetiva-se neste capítulo apresentar as perspectivas teóricas que contribuem para o entendimento das concepções militares de defesa da Amazônia.

Para isso, serão desenvolvidas brevemente três perspectivas analíticas, comuns no estudo das relações internacionais: o realismo, o liberalismo e o marxismo. Como se poderá observar no capítulo 3, não obstante essas três perspectivas se refletirem, com maior ou menor intensidade, nas concepções de defesa da Amazônia, o pensamento militar é fortemente fundamentado na tradição do realismo, que será, por isso, enfatizada abaixo.

REALISMO

Para o realismo, os Estados são os atores mais importantes, têm unidade e racionalidade e a segurança nacional domina a hierarquia das questões internacionais. Dentre as denominações utilizadas para as diversas versões desta perspectiva analítica se encontram: realismo clássico, neo-realismo, realismo estrutural, realismo ofensivo, realismo defensivo e realismo neoclássico. (ROSS, 8 Dez. 1999). Dentre os autores realistas clássicos das Relações Internacionais destacam-se: Edward Carr, Hans Morgenthau e Raymond Aron. Os maiores representantes do neo-realismo são: Kenneth Waltz, John Herz e Stephen Krasner.

Apesar de nenhum dos enfoques teóricos ser hegemônico na regência da teoria e prática das relações internacionais, o realismo tem sido a tradição dominante. (NYE JR., 1993, p. 3). A essência do pensamento realista já estava presente no conceito renascentista da raison d'etát (razão de estado) e nas elaborações, dentre outros, de Maquiavel e Hobbes. Este importante legado deu forma aos escritos de analistas mais recentes, tais como Hans Morgenthau (1978), Kenneth Waltz (1959 e 1979) e John Mearsheimer (Winter, 1994/95), assim como guiou as ações de figuras políticas como Richard Nixon e Henry Kissinger.

A doutrina da Razão de Estado afirma que a segurança do Estado é tão primordial que os governantes, para garanti-la, se obrigam a violar normas jurídicas, morais, políticas e econômicas. Essa doutrina também se constitui numa teoria que procura explicar a conduta efetiva dos homens de Estado no contexto das relações interestatais e intra-estatais, a partir da necessidade de segurança do Estado. Segundo os teóricos da Razão de Estado a anarquia internacional é a situação estrutural que determina que estadistas violem sistematicamente, para garantir a segurança externa do Estado, os princípios aplicados ordinariamente no âmbito interno. A anarquia internacional significa concretamente a falta de governo, de uma autoridade suprema, capaz de impor um ordenamento jurídico eficaz. Uma autoridade assim se impôs nas relações internas como conseqüência da monopolização da força por parte da autoridade central do Estado, mas não se impôs nas relações internacionais dado o grande número de Estados soberanos e autônomos. Dessa forma, sem um instrumento de imposição eficaz das normas necessárias à pacífica convivência entre os Estados, para a solução das controvérsias, resta somente o critério último do confronto de forças. O discurso da Razão de Estado, além de identificar o nexo que ocorre entre as políticas externas e o contexto de anarquia internacional, também analisa a influência da política exterior sobre a política interna, a partir da tese de que o grau de liberdade interna de um Estado é inversamente proporcional à pressão exercida sobre suas fronteiras, o que depende decisivamente de sua posição geográfica. (Bobbio, 1995).

A preocupação central do realismo é a manutenção da segurança nacional contra ameaças militares exteriores; portanto, a questão da guerra é um tema onipresente nessa perspectiva analítica. O realismo contemporâneo considera seis hipóteses principais a respeito do funcionamento mundial. A primeira é que a política internacional é anárquica, dada a inexistência de uma autoridade política central que governe as unidades – os estados – constituintes do sistema internacional; na verdade, o sistema político internacional é constituído por unidades políticas soberanas independentes que não estão sujeitas ou regidas por autoridades políticas superiores. Na ausência de uma autoridade mundial, as relações entre os Estados tendem a ser competitivas e até mesmo violentas, por isso, o

conflito é tido como um estado normal nas Relações Internacionais. Desse entendimento decorre o privilégio conferido aos assuntos de segurança, denominados "*high politics*", em detrimento das questões econômico-sociais, chamadas de "*low politics*".

A segunda das hipóteses centrais é que o estado constitui a unidade política mais importante, o ator fundamental no sistema internacional, principalmente quanto à tomada de decisões críticas nas relações internacionais, como as que se referem à guerra e à paz. Os realistas reconhecem, obviamente, a existência de outros atores não estatais, porém sustentam que os atores não estatais não possuem nem a independência nem as capacidades dos estados, em particular dos estados mais importantes; os demais atores, ou são constituídos por estados (organizações internacionais) ou são sujeitos a eles (organizações não governamentais). Em terceiro lugar, para fins de análise, os realistas partem da hipótese de que os estados têm uma única política sobre um tema determinado, ou seja, são atores unitários, integrados, que falam em uma só voz com outros estados, em nome das sociedades que representam; os interesses de grupos intraestatais estão subordinados ao interesse superior do estado. Em quarto lugar, os realistas consideram que os estados são atores racionais, tanto quanto atores unitários. Trata-se de uma racionalidade instrumental, pela qual os estados, através de cálculos de custo-benefício procuram alcançar seus interesses e objetivos. (ROSS, 8 Dez. 1999).

A quinta das hipóteses principais do realismo sustenta que o sistema internacional é o elemento mais importante na determinação do comportamento de um estado. Uma vez que esse sistema é anárquico, sem uma autoridade central capaz de impor ordem, oferecer segurança, resolver conflitos e fazer cumprir as decisões, os estados devem valer-se por si mesmos. Em outras palavras, o sistema internacional é um sistema de auto-ajuda, segundo o qual os estados procuram assegurar sua sobrevivência mediante a acumulação das capacidades ou poderes, necessários para manter a segurança nacional. (ROSS, 8 Dez. 1999; Waltz, 1979). O poder que mais importa aos estados não é o poder absoluto, mas o relativo, especialmente o poder militar ofensivo e defensivo. Conforme Mearsheimer (Winter, 1994/95), quanto maior a vantagem militar de um país sobre os outros, maior sua segurança. Portanto, para os realistas, o conflito é inexorável, abarcando

todos os estados, e as políticas internacionais constituem um jogo que soma zero; se um estado ganha, o outro deve perder.

A sexta hipótese do realismo é a que afirma a prioridade dos temas de segurança nacional, na forma em que têm sido concebidos tradicionalmente. Isso significa que, para o realismo, os temas de segurança e os da política prevalecem sobre os temas econômicos, não importando quão vitais sejam. Para Mearsheimer (Winter, 1994/95), dado que um estado não pode ter um objetivo superior que o da sobrevivência, ocorre a primazia do contexto político sobre os demais. A própria capacidade econômica é tida como meio de segurança nacional, servindo para reforçar, melhorar e sustentar a capacidade militar e de projeção de poder.

Nos anos 1970, Kenneth Waltz formulou o denominado neo-realismo ou realismo estrutural, ao responder às críticas feitas pelos liberais ao realismo, particularmente aquelas referentes ao fato de não dar importância suficiente à economia, de não aceitar a interação entre o espaço doméstico e o espaço internacional, e por não aceitar outros atores, além do Estado, nas relações internacionais. Portanto, o acréscimo do prefixo "neo" ao termo "realismo" indica a incorporação desses novos temas suscitados pelas críticas liberais.

Waltz, a partir de uma análise estrutural, procurando superar a redução do sistema internacional à soma das unidades, baseou-se em três elementos para definir esse sistema: a organização das unidades; a distribuição das funções das unidades; e a distribuição das capacidades das unidades[3]. Quanto à organização do sistema, duas formas de organização são identificáveis: a hierárquica, que ocorre quando um centro determina o que deve ser feito e tem monopólio do uso legítimo da força; e a anárquica, que ocorre quando nenhuma parte tem o monopólio legítimo do uso da força, como ocorre nas relações internacionais. Quanto à distribuição das funções das unidades, formula-se que no nível

[3] Por pretender fazer uma teoria de relações internacionais atemporal, Waltz optou pelo termo unidade em vez de estado.

internacional não existe divisão do trabalho, todas as unidades são similares, pois cada estado sozinho deve garantir sua segurança e defesa, num sistema de auto-ajuda. Quanto à distribuição das capacidades, ela pode ser bipolar ou multipolar; se as capacidades são atributos do próprio Estado, a distribuição delas constitui atributo do sistema.

Apesar de o neo-realismo fazer algumas concessões ao liberalismo, retirando de sua análise a ênfase nos estados e transferindo-a para o sistema, ainda se estabelece que todos os demais atores somente podem agir no sistema internacional através do Estado, que, portanto, mantém um papel central nas relações internacionais. Em resposta à crítica liberal de que a economia tem um papel fundamental nas relações internacionais, Waltz reafirma a centralidade da esfera política, pois mesmo em assuntos da economia internacional prevalece o interesse nacional, estatal. Em outras palavras, os instrumentos da análise realista se aplicariam também aos assuntos econômicos. Frente aos questionamentos liberais, a abordagem neo-realista procura responder à questão de como os Estados equacionam a segurança militar e a capacidade econômica. Em outras palavras, quanto um estado pode aumentar sua capacidade militar em detrimento de sua posição relativa do sistema econômico internacional, ou, de forma inversa, abrir mão de investimentos bélicos para fomentar o crescimento econômico. Partindo da premissa realista de que o estado busca no mínimo a sobrevivência e no máximo a hegemonia, para Waltz os Estados utilizam a política comercial como instrumento para atingir seus objetivos, a saber, maior autonomia e poder no Sistema Internacional. Ou seja, os estados cooperam, quando cooperam, não para promover o "crescimento mútuo", mas para assegurar sua própria sobrevivência. (WALTZ, 1959, 1979). Por fim, o neo-realismo, apesar de considerarem a existência das relações domésticas, tal como suscitadas pelos liberais, afirmam que elas são irrelevantes para o estudo das relações internacionais.

LIBERALISMO

De modo contrário ao realismo, o liberalismo enfatiza a função dos atores não estatais, afirma que o estado não é nem unitário nem racional e amplia a agenda da política internacional aos temas econômicos e sociais. Outros termos utilizados para

nomear as diferentes versões dessa vertente analítica são idealismo, otimismo, pluralismo, neoliberalismo e institucionalismo neoliberal.

A tradição intelectual do liberalismo inclui os filósofos Platão, Aristóteles, Locke, Montesquieu, Rousseau, Kant, Bentham e, na economia, Adam Smith e David Ricardo. Entre seus defensores contemporâneos estão Francis Fukuyama (1989, 1992, 1999), Robert Keohane (1984, 1993) e Joseph Nye (1990) e podendo o ideário liberal ser encontrado na atuação de figuras políticas como Woodrow Wilson e Franklin Roosevelt.

A problematização central dos liberais refere-se às questões de conflito e cooperação. Argumentam que as relações internacionais são mais que a guerra e a paz, a guerra não é a única forma de conflito e a paz não é a única forma de cooperação. A política internacional estaria impregnada de conflitos econômicos, ideológicos, culturais, sociais, religiosos e étnicos tanto quanto militares; a sobrevivência dos povos e dos estados seria ameaçada não só pela guerra, mas também pelas pestes, pragas e pela fome. Por sua vez, a cooperação não ocorre só quando há paz ou, pela lógica do realismo, na perspectiva de um inimigo comum, mas também quando o conflito prevalece, como, por exemplo, a cooperação entre EUA e União Soviética durante a Guerra Fria. (ROSS, 8 Dez. 1999).

Para os liberais, as relações internacionais contemporâneas possibilitam várias críticas aos principais fundamentos do realismo. Em primeiro lugar, o liberalismo faz ressalvas ao caráter anárquico que os realistas atribuem ao sistema internacional; mesmo considerando a inexistência de uma autoridade política central dentro do sistema internacional que imponha ordem, proporcione segurança e resolva conflitos, ocorre a cooperação entre os estados em prol de uma ordem, da segurança e da resolução de conflitos. (ROSS, 8 Dez. 1999). Ou seja, o desenvolvimento de princípios, normas e convenções que regem e limitam o comportamento dos estados e outros atores, torna possível concluir que existe positivamente uma sociedade internacional, ainda que num sistema anárquico, na qual as ações do Estado dependem, em grande medida, dos acordos institucionais prevalecentes. Para os liberais, a soberania é menos importante que para os realistas, no sentido de não ser inviolável; de maneira deliberada, pode ser cedida num

esforço por criar e manter instituições a serviço da ordem e da sociedade internacional. (KEOHANE, 1989).

Em segundo lugar, os liberais não consideram o estado como o ator central, sua importância é dividida com as corporações multinacionais, com os novos movimentos sociais e com as organizações intergovernamentais, que não servem apenas como instrumentos dos estados que as estabeleceram. Assim, as relações internacionais não se resumem às interações entre os estados, mas incluem atores não estatais, como empresas, corporações e conglomerados internacionais que, com alguma freqüência: têm recursos superiores aos de alguns estados com os quais negociam; introduzem na agenda internacional temas a serem analisados pelos estados e que limitam seu comportamento; enganam a autoridade do estado; exercem uma influência independente sobre os acontecimentos; e influenciam a determinação das políticas de estado, inclusive as políticas de defesa. (ROSS, 8 Dez. 1999).

A partir da noção do Estado nacional como um estado territorial, isto é, cujo poder está baseado no vínculo com um determinado espaço, no controle sobre associações, determinação das leis vigentes, defesa das fronteiras, etc, a abordagem liberal considera que a sociedade mundial, no curso da globalização, tem relativizado e interferido na atuação do Estado nacional, pois uma imensa variedade de lugares conectados entre si cruza suas fronteiras territoriais, estabelecendo novos círculos sociais, redes de comunicação, relações de mercado e formas de convivência. Essas relações sociais não estão integradas à política do Estado nacional, não sendo determinadas ou determináveis por ela. (BECK[4], 1999). A visão liberal confere vigência e consistência ao denominado "sistema mundial", que estaria institucionalizado em agências mais ou menos ativas, como a Organização das Nações

[4] Cabe explicar que Ulrich Beck não é representante do liberalismo, mas reconhece a inexorabilidade do que denomina "globalidade", uma sociedade mundial, sem espaços isolados, em que nenhum país ou grupo pode se isolar dos outros. Também reconhece o que denomina "globalismo", um processo em que organizações multilaterais e corporações transnacionais poderosas e ativas estruturam mundialmente o poder, sobrepondo-se aos Estados nacionais.

Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), entre outras. (IANNI, 2003).

Em terceiro lugar, o liberalismo descarta a hipótese de que os estados são atores unitários, criticando a denominada reificação do estado - segundo os liberais, equívoco próprio da abordagem realista. O comportamento do estado decorre de um processo político de tomada de decisões, com freqüência, dificultoso. Além disso, vários atores sociais, públicos e privados - partidos políticos, grupos de interesse, organizações, etc. - se enfrentam, concorrem, negociam e transigem entre si, procurando influir sobre as decisões governamentais; as políticas nacional e externa são resultados desse processo de negociação pluralista da política. Na verdade, a concepção liberal rejeita a distinção realista entre o nacional e internacional. No jogo político, o conjunto de interesses conflituosos dos vários atores não necessariamente mantém aderência com os denominados "interesses nacionais" tratados na concepção realista. Assim, para os analistas liberais, ao se considerar a política doméstica, o conceito realista de interesse nacional é uma construção ambígua e vazia. (ROSS, 8 Dez. 1999).

Partindo da idéia de que os estados não são atores unitários, os liberais também questionam a quarta hipótese do realismo: a que sustenta que os estados são atores racionais. Se o comportamento do estado é resultado do processo político que inclui inúmeros atores contraditórios, então deve ser descartada a noção convencional de racionalidade, pois o que ocorre é que a decisão governamental não sintetiza a escolha de uma solução otimizada para um problema, mas resulta de conflitos e concessões a personagens com interesses diversos e influência desigual. A ênfase na política no processo de tomada de decisões governamentais faz com que os analistas liberais também rejeitem a quinta hipótese do realismo, formulando que o sistema internacional não é necessariamente o determinante mais importante do comportamento do estado, pois este é fortemente influenciado por determinantes de níveis nacional e individual. Para o liberalismo, as características dos estados e seus líderes podem ser de grande importância. Por exemplo, as democracias, pelo que consta, não declaram guerra entre si; a nível individual, Churchill e

Hitler, Roosevelt, Stalin e Gandhi e Pol Pot se comportaram de maneira diferente em relação às questões de estado. (ROSS, 8 Dez. 1999).

Questionando o postulado realista que afirma a natureza anárquica do sistema internacional, o liberalismo também combate o argumento realista segundo o qual as relações internacionais são conflituosas por natureza. Com as substanciais transformações ocorridas em nível mundial de forma acelerada a partir anos de 1990 – fim da guerra-fria e da bipolaridade EUA/URSS; e crescente globalização e interdependência das economias, acompanhadas do desenvolvimento de blocos comerciais regionais – verificou-se com mais nitidez o fortalecimento de um processo em que se propõe a universalização de regras de convivência política e econômica entre os Estados. Para os liberais, se os estados nem sempre vivem em harmonia, também não estão constantemente em guerra entre si, cooperando, com freqüência, para melhorar sua segurança e bem-estar econômico, demonstrando que a política internacional pode ser um jogo de soma positiva, apoiado num sistema de regimes multilaterais de resolução de conflitos. Em outros termos, interesses comuns (econômicos, estratégicos, etc.) podem fazer com que a competição ceda lugar, mesmo parcialmente, à cooperação e ao estabelecimento de trocas. Nesse sentido, a cooperação entre os atores do sistema internacional seria uma necessidade, pois, como cada unidade não consegue sozinha produzir todos os produtos, precisaria da ajuda das demais, em uma situação de interdependência múltipla e complexa, em que "A" depende de "B" em uma área e "B" depende de "A" em outra, envolvendo vários atores dependentes mutuamente, bi e multilateralmente. Mesmo considerando a assimetria da interdependência, ela não afetaria a soberania do Estado, sua capacidade em ser a autoridade suprema dentro seu território, mas afetaria a autonomia dos estados, ou seja, a possibilidade de agir de um modo ou de outro.

Por fim, para os liberais os temas da segurança nacional, tal como entendida pelo realismo, nem sempre são prioritários nas agendas nacional e internacional; tais agendas possuem uma grande quantidade de outros problemas, de ordem social, cultural, ideológica, religiosa, ambiental, etc. Assim, nenhum assunto seria dominante nas relações internacionais, não existindo hierarquia entre eles - nem entre os estados, pois cada um

prioriza temas diferentes em sua agenda. Assim, a estratégia econômico-produtiva, a força da cultura e a eficiência tecnológica (capacidade de transformar velozmente descobertas científicas em inovações tecnológicas) seriam tão importantes na definição da interação e da competição entre os países quanto as articulações políticas e estratégias de defesa. Em suma, o liberalismo utiliza uma concepção de segurança mais ampla e abrangente, que não se restringe necessariamente às questões subordinadas à segurança militar. (KEOHANE & NYE, 1989).

Assim, no liberalismo a segurança nacional não é mais concebida exclusivamente na perspectiva do interesse nacional e da dimensão militar da defesa, ou seja, perante ameaças militares externas; redimensionada, a proteção do país passou a abranger, entre outras, a segurança econômica, energética e ambiental. Entende-se que ameaças não-militares - epidemias e endemias, por exemplo - podem atentar tão seriamente contra a vida e contra a integridade física da população como as ameaças militares. A democratização e o aumento dos níveis de interdependência entre os Estados contribuíram também para a formulação do conceito de segurança coletiva, em que se aventa a necessidade de ampliar os processos de cooperação para a manutenção da paz e da ordem internacional. No contexto da segurança coletiva, os países tendem a convergir em torno de uma agenda composta por um conjunto de princípios, normas e procedimentos em que vários temas como promoção dos direitos humanos, não proliferação de armas de destruição de massa, desenvolvimento sustentável e proteção ambiental são debatidos e acertados através de regimes internacionais. Os processos de cooperação e a integração internacional, por si próprios, são considerados um vetor de segurança, na medida em que facilita a solução de conflitos e o desenvolvimento de interesses compartilhados. (KEOHANE & NYE, 1989).

MARXISMO

A tradição marxista enfoca: a natureza capitalista do sistema internacional, seu desenvolvimento histórico; a dominação das sociedades industriais avançadas e a subordinação das sociedades menos desenvolvidas; e a modelagem dos acontecimentos

políticos pelas economias. Outros termos utilizados para essa vertente são neomarxismo, radicalismo, socialismo, estruturalismo e globalismo. A produção intelectual de Marx, Engels e Lênin ainda exerce grande influência política e intelectual, ressoando nos trabalhos contemporâneos de economistas, historiadores, cientistas políticos e sociólogos tais como Eric Hobsbawm (1969, 1975, 1987, 1995) e Immanuel Wallerstein (1979, 1989). (ROSS, 8 Dez. 1999).

Para o marxismo, a guerra, a paz, os conflitos e a cooperação são simples manifestações de uma realidade subjacente, o foco central são as estruturas materiais de dominação e subordinação e as conseqüentes iniqüidades que ocorrem no interior das sociedades e entre elas. Assim, no marxismo, a característica mais importante do sistema internacional não é nem a anarquia do realismo nem o institucionalismo e a interdependência do liberalismo, mas a lógica econômica da política mundial; exatamente, o fato que essa lógica é capitalista. O marxismo formula que algumas sociedades, historicamente, se beneficiaram do sistema mundial capitalista, outras não; decorre disso que o desenvolvimento histórico da economia mundial capitalista, a partir da Europa feudal, é um elemento central para compreender sua lógica e funcionamento. Em outras palavras, as posições assimétricas das sociedades na ordem mundial capitalista resultam do desenvolvimento desigual do capitalismo. As sociedades industriais avançadas, ricas e politicamente poderosas dominam as sociedades menos desenvolvidas, pobres e sem poder político. Nesse ponto, marxistas e realistas se encontram; para ambas as perspectivas, as relações internacionais são estruturalmente conflituosas, estabelecendo jogos de soma zero, mais que jogos de soma positiva. (ROSS, 8 Dez. 1999).

Os atores em que se concentram os realistas e liberais são, para os marxistas, ferramentas da classe capitalista dominante; estados, instituições internacionais, partidos políticos e grupos de interesse servem aos interesses da elite governante do capitalismo, a burguesia. Para os marxistas, portanto, os atores principais, tanto no âmbito doméstico como nas relações internacionais, são os atores sociais, mais precisamente as classes sociais, divididas em dominantes e dominadas. Assim, para os marxistas, os interesses de classe dominam os interesses nacionais. Enquanto os realistas consideram que a política

determina a economia[5] e, conforme os liberais, a interação entre a política e a economia impulsiona os acontecimentos, para os marxistas, a economia determina a política. Ou seja, a política está sujeita à lógica da economia; a economia é a base da estrutura social da qual dependem as demais instâncias, incluindo, a política e o estado, que são meras superestruturas.

Semelhante à visão liberal, para os marxistas, a soberania do Estado-nação, apesar de ainda eficaz, está diminuindo gradualmente, em sintonia com o processo que denominam globalização. "Os fatores primários de produção e troca - dinheiro, tecnologia, pessoas e bens - comportam-se cada vez mais à vontade num mundo acima das fronteiras nacionais; com isso, é cada vez menor o poder que tem o Estado-nação de regular esses fluxos e impor sua autoridade sobre a economia". (NEGRI e HARDT, 2001, p. 12). Assim, juntamente com o mercado global e com circuitos globais de produção, teria surgido uma ordem global, uma nova lógica e estrutura de comando, demarcando a crescente incapacidade do Estado-nação em regular as permutas econômicas e culturais.

No contexto da globalização, sobretudo na esteira da Guerra do Golfo, o conceito de "guerra justa", ligado à tradição bíblica e a antigas ordens imperiais, tem sido renovado, despertando interesse quanto à sua eficácia. Nessa perspectiva, a guerra é reduzida ao status de ação policial, e investida legitimamente de funções éticas e sagradas. Estados soberanos ou um poder supranacional, como a ONU intervêm não apenas para assegurar ou impor a aplicação de acordos globais voluntariamente contratados. Agora autoridades supranacionais podem intervir em nome de qualquer espécie de trivial emergência e princípios éticos superiores. Em outras palavras, o direito de polícia - o direito ou o dever por parte dos senhores dominantes da ordem mundial de intervir em

---

[5] "The political realist is not unaware of the existence and relevance of standards of thought other than political ones. As political realist, he cannot but subordinate these other standards to those of politics. And he parts company with other schools when they impose standards of thought appropriate to other spheres upon the political sphere." (MORGENTHAU, 1978, p. 8).

territórios alheios para prevenir ou resolver problemas humanitários, garanti acordos e impor a paz - é legitimado por valores universais. (NEGRI e HARDT, 2001).

CONCEPÇÕES DE DEFESA E SEGURANÇA NAS TENDÊNCIAS TEÓRICAS

Pode-se identificar algumas semelhanças entre neo-realistas e neo-marxistas (globalistas). A primeira é que ambas as escolas enfatizam o poder e o conflito. Outra semelhança se refere aos atores fundamentais nas relações internacionais: Waltz (1979), na perspectiva realista, considera o estado (unitário e racional) como o ator de maior importância; Wallerstein (1979), apesar de destacar o papel das classes sociais nas relações internacionais, pondera que foi o Estado-nação na Europa que permitiu o desenvolvimento e a perpetuação do capitalismo, por isso, para superar as relações de dominação, as classes sociais devem se unir para reverter a dominação intra-estatal para, posteriormente, reverter a exploração inter-estatal.

Pode-se também identificar algumas diferenças entre o neo-realismo e o globalismo. Se, por um lado, os realistas procuram entender e explicar a continuidade nas relações internacionais, fundamentando uma espécie de determinismo pró "statu quo", os globalistas, por outro lado, utilizam a análise para explicar as mudanças e como é possível incentivá-la, a partir de um determinismo também, só que em favor da mudança. Com isso, o globalismo teria um propósito normativo, de mudança, enquanto os realistas, assim como os liberais, teriam um propósito de continuidade. Outra diferença ocorre em relação ao foco no objeto analítico. Enquanto os realistas enfatizam o papel fundamental da política nas relações internacionais justamente porque os estados são os atores mais relevantes, os marxistas globalistas, assim como os liberais, neste ponto, enfatizam a importância do estudo da economia para as relações internacionais. Por fim, uma terceira diferença se dá em relação à abrangência do estudo das relações internacionais. Para os realistas o estudo das relações internacionais se define como o estudo das relações entre as unidades, os estados. Já os marxistas globalistas, assim como os liberais, consideram tanto as relações domésticas quanto as relações internacionais, bem como as interações entre espaço doméstico e espaço internacional no estudo das relações internacionais.

As divergentes visões da estrutura do sistema internacional, tal como propostas por realistas, liberais e marxistas tendem a inspirar distintas concepções de segurança e defesa. As implicações desses enfoques teóricos nos assuntos de segurança e defesa tradicionalmente perpassam pelo conceito de poder, derivado da escola realista, e pelo conceito de paz, mais associado à escola idealista ou liberal. Nessa esfera, os realistas se mantêm muito preocupados com as guerras que podem emanar dos interesses das grandes potências, pois caso um Estado qualquer tenha seus objetivos contrariados, certamente utilizará seus meios de poder, incluindo o recurso à guerra, para fazer com que prevaleçam (FONSECA JR., Dez. 1994); os liberais, mais crentes dos efeitos pacificadores das instituições internacionais, da interdependência econômica e do surgimento de uma comunidade de segurança democrática, se encontram mais atentos aos conflitos regionais; por sua vez, os marxistas apontam o crescente abismo entre o núcleo e a periferia - basicamente, entre o norte e o sul do planeta - como potencialmente explosivo. Os realistas respondem que é pouco provável que os conflitos regionais e as insurreições dos marginalizados afetem o balanço de poder entre os estados, em razão do monopólio estatal de exercício de poder no plano interno.

Assim, os realistas tendem a considerar a segurança como um derivativo do poder, ou seja, sustenta-se que todo estado poderoso, ao atingir uma posição dominante, atingiria conseqüentemente uma segurança maior. Por sua vez, os idealistas ou liberais tendem a ver a segurança como conseqüência da ação do sistema internacional em promover a paz, propiciando segurança a todos os demais atores.

Entendida como um problema político, a segurança nacional implica que se tenha uma idéia razoavelmente clara sobre a natureza das ameaças e sobre as vulnerabilidades frente a elas. Essa distinção entre ameaças e fraquezas contribui para demarcar a importante divisão dentro da política de segurança e defesa nacional, pois os Estados podem procurar aumentar sua segurança agindo no sentido de enfraquecer as fontes de ameaças (externas) ou de diminuir suas vulnerabilidades (internas).

No contexto de análise de ameaças e vulnerabilidades, ou em outras palavras, de assuntos de segurança ("security issues"), ocorrem duas vertentes teóricas que são contrárias quanto aos itens que devem ser considerados ao se tratar de segurança nacional: a corrente tradicional ou "estreita", enfocando os aspectos militares; e a corrente nova ou "abrangente", defendendo a ampliação da gama de ameaças, incluindo as ameaças não-militares, e acrescentando as agendas econômica e ecológica nas décadas de 1970 e 1980, e, na década de 1990, tratando de identidades nacionais e crimes transnacionais (NYE; LYNN-JONES, 1988).

Apesar de pontos de vista opostos, ambas as correntes definem ameaça como sendo predominantemente externa ao Estado, que atentam contra seus interesses vitais e valores básicos. Entretanto, numa visão globalista, em diversos países no mundo, particularmente os denominados não-desenvolvidos, subdesenvolvidos e emergentes ou em desenvolvimento, que estão, em menor ou maior grau, em processo de formação de Estado (State building), a sensação de insegurança provém acentuadamente do interior de suas próprias fronteiras, ou seja, mesmo não desconsiderando as ameaças externas, as ameaças internas têm maior visibilidade, inclusive podendo transbordar para países vizinhos. Nesse enfoque, as vulnerabilidades internas de Estados não-desenvolvidos poderiam causar conflitos interestatais.

CAPÍTULO 2
O BRASIL E O SISTEMA INTERNACIONAL

No presente capítulo objetiva-se contextualizar historicamente a inserção do Brasil no sistema internacional e regional, enfocando o cenário internacional de defesa e segurança, entre os anos de 1985 e 2006.

O CONTEXTO INTERNACIONAL

Após a queda da superpotência dita socialista, a então URSS, e com o fim da Guerra Fria, os EUA tornaram-se a única nação do planeta a deter hegemonicamente tanto o poder político-estratégico-militar como o poder econômico-financeiro-tecnológico, derivando deles também sua força cultural, provendo o mundo com conteúdos ideológicos afins a seus interesses. Assim, se durante a guerra fria da segunda metade do século XX, o sistema internacional foi considerado bipolar, após as modificações resultantes do término da mesma, esse sistema passou a ser compreendido como uma estrutura unipolar, na qual os EUA eram vistos como a única superpotência, hegemônicos. Sobre a condição unipolar dos Estados Unidos, tome-se como exemplo que os gastos desse país com a defesa atingiram em 2005, na gestão do Governo Bush, mais de 52% dos gastos mundiais, ou seja, mais da metade da soma dos orçamentos de defesa das demais nações.

Alternativamente, também se adotou uma abordagem multipolar, em que se consideravam outras nações com status potências médias ou emergentes, como Europa (especialmente diante de uma eventual aliança entre França e Alemanha), Rússia, China e Japão. O fim da bipolaridade da Guerra-Fria gerou a dispersão dos membros dos dois blocos ideológicos, principalmente do bloco considerado socialista. Esses países, agora sem a explícita pressão ou orientação de seus antigos líderes, somados aos novos países que

surgiram, passaram a conviver num ambiente em que cada um tem buscado defender seus objetivos e interesses próprios, isoladamente ou por acordos multinacionais.

No período que vai do fim da Segunda Guerra Mundial até o fim da Guerra-Fria, a política externa americana procurou exercer uma hegemonia através de estruturas multinacionais, e de uma rede de alianças que tornavam essa hegemonia conveniente. Essa liderança "amena" exigia em troca, além de seu reconhecimento, o apoio a um ordenamento internacional que melhor servisse aos interesses nacionais dos EUA. A denominada "*Pax Americana*" implicava o compromisso dos Estados Unidos com a segurança dos países aliados, propiciando-lhes acesso ao seu mercado e à sua tecnologia - acesso esse limitado pelos subsídios em prol da defesa da produção agrícola e industrial interna, principalmente nos setores cítrico, avícola, têxtil, de aço e outros; e pela negação de tecnologias de ponta, particularmente a que possui aplicação dupla, civil e militar.

Na medida em que os EUA foram se recuperando do extraordinário esforço econômico decorrente da competição com a URSS pela hegemonia mundial, a liderança se foi tornando menos "amena", exemplificada pela intervenção da OTAN em Kosovo, por pressão dos EUA, sem a anuência do Conselho de Segurança da ONU. Exemplo emblemático dessa liderança mais coercitiva encontra-se no conteúdo da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, documento promulgado no governo de George W. Bush, em setembro de 2002, ainda sob o efeito do ataque terrorista sofrido em 11 de setembro do ano anterior[6].

Não obstante a maior visibilidade dos tradicionais conflitos interestatais no conjunto de ameaças ao sistema internacional, a partir das últimas décadas do século XX, com a aceleração das inovações tecnológicas, da intensificação dos fluxos financeiros transfronteiriços e do comércio internacional, da reorganização radical da estrutura

---

[6] Cf a seguinte referência: EUA - Estados Unidos da América. Conselho de Segurança Nacional. **The National Security Strategy of the United States of América**. (Estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos da América). Washington: Escritório de Imprensa do Governo, Set. 2002. 35 p. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>. Consultado em: 08 Dez. 2005.

produtiva e da constituição de blocos regionais de caráter supranacional, os estados estão se deparando com ameaças que não eram muito expressivas ou consistentes no contexto da Guerra-fria. Essas denominadas novas ameaças provêm de vários fatores, isolados e/ou em conjunto: redes transnacionais do crime organizado; tráfico de drogas, de armas e de pessoas; ação de guerrilheiros e terroristas, que pode ser agravada no caso de acesso à armas de destruição em massa; transações financeiras especulativas e da lavagem de ativos; epidemias e impactos ambientais transfronteiriços, incluindo vazamentos no transporte marítimo de petróleo, materiais radiativos e resíduos tóxicos; pobreza extrema, exclusão social e conflitos étnicos ou religiosos originando migrações descontroladas, também causadas por rearranjos produtivos; ataques à segurança cibernética, normalmente via internet, etc. Todos esses tópicos têm sido "securitizados", ou seja, incluídos no rol de "*security issues*" tanto no âmbito nacional como no internacional, dessa forma, compondo as denominadas "novas ameaças".

Por sua complexidade, as novas ameaças carregam consigo um obscurecimento das distinções entre crime organizado, violação dos direitos humanos e guerra. Em seu contexto, também se tornam nebulosas as distinções entre combatentes e não-combatentes, entre ameaças internas e ameaças externas, entre o que é aceitável e abusivo na ação da inteligência estatal. Nesse cenário, por exemplo, ações espetaculares sobre a população civil tornaram-se o objetivo primordial do terrorismo, não ocorrendo mais a distinção tradicional entre o espaço social de guerra e de paz. (KALDOR, 1999).

Em 1995, os EUA desenvolveram o conceito de "Operações Militares outras que a Guerra" (Military Operations other than War – MOOTW), cujo foco está em impedir a ocorrência da guerra, pacificar conflitos, promover a paz e apoiar as autoridades civis nos casos de crises domésticas. Nesse conceito estão inclusas as ações antiterrorismo, medidas defensivas para reduzir a vulnerabilidade a atos terroristas, e ações de contra-terrorismo, medidas ofensivas para prevenir, dissuadir e responder a atos terroristas. (DTIC, 08 Dez. 2005). Por exemplo, as emendas de dezembro de 2002 à Convenção sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS) estão obrigando que navios e portos brasileiros envolvidos no comércio internacional adotem uma série de providências antiterrorismo; o

descumprimento das resoluções da Solas acarretaria graves prejuízos ao comércio exterior brasileiro. De situações como essa se pode deduzir que a segurança nacional deve atentar às novas formas de guerra, coordenando todos os elementos do Poder Nacional. Apesar de estar relativamente distante do foco das novas ameaças, o Brasil não está imune a elas, tome-se como outro exemplo a vulnerabilidade estratégica do Brasil diante do capital externo.

Entre as novas ameaças associadas ao terrorismo, pode-se distinguir o terrorismo praticado por grupos não associados a nenhum país em particular, como a Al-Qaeda, do terrorismo que pode ser praticado por um Estado nacional contra outro, numa nova modalidade de guerra realizada por meios não tradicionais. Os chineses, por exemplo, conscientes de sua desvantagem numa guerra convencional com os EUA, desenvolvem estudos acerca de novas formas de guerra que pouco diferem do terrorismo, denominadas operações não-militares de não-combate, que incluem: ataques financeiros por especuladores, ataques por hackers aos sistemas de comunicação através de vírus de computador, ataques químicos e biológicos, ataques aos sistemas de energia, etc. Essas ações podem ser mais violentas e destrutivas do que ataques militares. (LIANG; XIANGSUI, 1999).

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e a guerra dos Estados Unidos no Iraque determinam e explicam, em grande medida, a configuração do atual equilíbrio de poder nas relações internacionais. A nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, de setembro de 2002, expressa a convicção do governo de George W. Bush de que grupos terroristas constituem uma enorme ameaça aos Estados Unidos e à sociedade civilizada, devendo ser eliminados, pois não são passíveis de serem apaziguados ou coibidos. (EUA, 08 Dez. 2005.). Desde os ataques e em conformidade à essa visão, uma sensação generalizada de insegurança passou a predominar no interior da sociedade norte-americana, justificando medidas antes impensáveis, que ofendem o respeito às liberdades civis e aos direitos humanos, e que contrariam a legitimidade no campo internacional.

Essa mesma Estratégia de Segurança Nacional norte-americana também passou a preconizar, de forma mais explícita, a ação militar preventiva, ainda que de forma isolada e unilateral, nos casos em que os interesses nacionais norte-americanos ou de seus aliados forem ameaçados. Ou seja, a autodeterminação dos povos, que implica a não-intervenção nos assuntos relativos à soberania dos Estados, ponto fundamental da política externa ocidental da Guerra Fria, passou a ser questionada e passível de ser desrespeitada. Por sua vez, tem predominado na ação política o conceito de preempção, ou seja, a aplicação pró-ativa da força de modo a incapacitar um presumível inimigo, mesmo na falta de elementos que comprovem a ameaça; esse conceito difere substancialmente da prevenção, que predominara anteriormente. Em resumo, a nova estratégia estabelece que, no combate ao terrorismo, os Estados Unidos irão intervir preemptivamente em qualquer país que apóie ou abrigue grupos terroristas. Tomando como exemplo a intervenção no Iraque, pode-se dizer que a decisão da ação militar, além da primazia da política sobre o fator econômico, estabelece, igualmente, o primado da preempção sobre a prevenção.

As respostas do governo republicano aos ataques de 11 de setembro no plano externo, incluindo as ações militares no Afeganistão e Iraque, apesar do rápido desfecho formal, não lograram uma solução política pós-guerra para a região, e permanecem os ataques de grupos rivais contra tropas americanas e da ONU, e, principalmente, contra membros importantes dos governos afegão e iraquiano. Se num primeiro momento, houve um apoio internacional generalizado à ação militar contra os fundamentalistas do Talibã e da Al-Qaeda, a opção militar como forma de assegurar o desarmamento do Iraque não obteve o apoio do Conselho de Segurança da ONU, provocando cisão inédita na OTAN e polarizando a opinião pública mundial. Tais intervenções não consolidaram uma aliança norte-atlântica de segurança, tal como funcionara no período da Guerra Fria, pelo contrário, foram centrais as oposições da França e Alemanha. Em síntese, parte expressiva da União Européia, constituída pela opinião pública e governos da França e Alemanha, contando com a concordância da Federação Russa, manifestou-se claramente contrária à política externa americana, particularmente sobre a decisão de invadir o Iraque sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU. Sobre a OTAN, apesar de sua aparente expansão, fato é

que, extinto o Pacto de Varsóvia em razão do fim da Guerra Fria, essa estrutura encontra-se em crise de identidade.

O CENÁRIO REGIONAL

Após o fim da Guerra Fria, o tema da regionalização da segurança emergiu com um vigor não observado durante o período bipolar. De fato, as regiões constituem uma dimensão fundamental do sistema internacional, havendo uma tendência, no pós Guerra-Fria, de que os conflitos estejam circunscritos à sua esfera regional. Atualmente, está em discussão mecanismos que resultem em maior cooperação nessa esfera, dado que a dinâmica regional guarda peculiaridades que devem ser consideradas em si próprias. (HERZ, 2004).

A administração da segurança regional pode se dar através do balanço de poder, com diversas variações da distribuição de poder, e através de concerto entre atores, quando os mais poderosos se incubem de fornecer bens coletivos e assumem as responsabilidades pela administração dos conflitos. Uma comunidade de segurança pressupõe que seus membros não usem a violência para a resolução de seus contenciosos, como pode ser exemplificado pela União Européia, cujos membros assumiram os seguintes compromissos: ausência do uso da força, inviolabilidade das fronteiras, grande redução de armamentos, posturas militares predominantemente defensivas, adoção de um modelo econômico e político similar, crescente fluxo de bens, serviços, idéias etc. (HERZ, 2004).

Um instrumento de que lançam mão alguns países para gerar e aumentar sua confiabilidade diante dos demais é a difusão de suas doutrinas de defesa nacional através da edição dos chamados livros brancos, que consolidam os princípios norteadores de suas Forças Armadas. Os livros brancos podem ser entendidos como um passo a mais no sentido da construção de confiança, sobretudo com os vizinhos, por expor aos governos e à opinião pública internacional conteúdos que até muito recentemente era confinado a círculos bem

estreitos. No continente sul-americano, somente Argentina, Chile e Peru já publicaram seus livros brancos.

A redemocratização do continente sul-americano, após o ciclo autoritário que findou em princípios dos anos 1980, trouxe consigo o descrédito nas hipóteses belicistas acalentadas pelos respectivos estados-maiores segundo as quais os países vizinhos eram potenciais inimigos e os conflitos com esses países eram, se não iminentes, muito prováveis. Posteriormente, nos anos 1990, seguindo esse mesmo curso, o sistema interamericano foi fortemente influenciado, sob iniciativa dos Estados Unidos, pelo estabelecimento do paradigma da democracia, consagrado na Carta Democrática Interamericana de 2001, preconizando a associação entre instituições democráticas e estabilidade regional. (HERZ, 2004). Nesse sentido, a ênfase na criação de medidas de confiança mútua, transparência e fortalecimento de instituições internacionais, em tese, é positiva para a efetivação da segurança cooperativa.

Diz-se em tese porque embora a análise formal das instituições do sistema interamericano indique a existência de mecanismos de concertação, estes mecanismos têm se mostrado limitados frente às ameaças que incidem na região e o tema está ausente do debate público nacional. O próprio Comitê de Segurança, criado em 1995, ainda não conseguiu definir propostas que enfrentem os principais conflitos na região. (HERZ, 2004). O breve conflito entre o Peru e o Equador, em 1995, também serve para relativizar o exagerado otimismo contido nas análises formuladas a partir do fato de que a América do Sul possui, em termos proporcionais, um dos gastos militares mais baixos do planeta. Além disso, as prioridades do governo norte-americano em sua guerra contra o terror prejudicam o estabelecimento de uma agenda de segurança regional.

Os países latino-americanos compartilham apenas parcialmente com os países desenvolvidos as preocupações referentes às "novas ameaças". Por seu turno, implícitos no processo de globalização, há um conjunto de riscos e coerções que podem desestabilizar países com instituições democráticas frágeis e economias vulneráveis, com poucas reservas cambiais. Cite-se, por exemplo, a volatilidade dos fluxos de capitais

especulativos, que expõe países susceptíveis financeiramente. Dessa forma, o conjunto de ameaças que afligem os países latino-americanos está mais vinculado ao plano da segurança do que ao da defesa, com a necessidade de se focar menos na dimensão militar, em favor das dimensões econômico-comerciais e político-estratégicas.

No plano regional, a aproximação político-estratégica tem sido o fator de maior contribuição à relativa estabilidade em matéria de defesa e segurança. Entre os vários casos que confirmam isso, tome-se como exemplo o estreitamento de relações político-estratégicas entre Argentina e Chile a partir do final da década de 1980, que resultou na superação das divergências prevalecentes em 1978, quando ambos os países estavam dispostos a um conflito armado em torno da questão do Canal de Beagle. A partir de fatores como a consolidação da democracia e o estreitamento de vínculos econômicos e comerciais, as relações bilaterais aperfeiçoaram-se com a assinatura, em 1991, do "Tratado de Paz e Amizade", que solucionou 23 das 24 disputas territoriais que estavam pendentes. Posteriormente, em fevereiro de 1999, os Presidentes Frei e Menem assinaram uma declaração conjunta sobre transparência de gastos na área de defesa; nessa ocasião também assinaram um acordo para a produção conjunta de fragatas para as respectivas Marinhas de Guerra. No terreno político, ressalta-se o apoio chileno à soberania argentina sobre as Falklands. (SOARES, 2004).

No âmbito sub-regional, a crescente cooperação no combate ao crime organizado e ao narcotráfico, no rol das ameaças denominadas "globalizadas", é exemplificada pela assinatura, em dezembro de 1999, do "Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional do Mercosul", entre Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile.

No contexto latino-americano, as denominadas novas ameaças ocorrem basicamente sob a forma de ilícitos transnacionais - em especial, derivados do tráfico de drogas - agravados diante de situações em que instituições estatais, principalmente a justiça penal, não funcionam adequadamente. A América do Sul é uma região de produção, trânsito e consumo de entorpecentes. Como, freqüentemente, os serviços do tráfico são

pagos em drogas, o trânsito das drogas gera aumento do consumo, o qual, por sua vez, acarreta aumento da violência urbana. O tráfico de drogas também é o substrato para o desenvolvimento de outras modalidades de crime organizado, incluindo os tráficos de armas e de pessoas e, principalmente, a lavagem de dinheiro ilegal. Em virtude do fato das novas ameaças encontrarem um terreno fértil em conjunturas compostas por pobreza e marginalização, um dos foros sub-regionais pertinentes para se tratar do tema é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma vez que a cooperação internacional é fundamental para que um país consiga controlar os problemas dos ilícitos e das drogas dentro de suas fronteiras, atuando tanto na redução da oferta, como na repressão ao tráfico, ou seja, no combate à distribuição das drogas.

Entre as operações policiais conjuntas realizadas pelo Brasil com países vizinhos em torno do tema dos ilícitos transnacionais, podem ser citadas: a operação CoBra, envolvendo a inteligência policial na fronteira com a Colômbia; a Aliança I-X, objetivando erradicar cultivos de maconha no Paraguai; e a Aeron GuiSu, para destruir pistas de pouso clandestinas na Região do Tigre, objeto de disputa territorial entre Guiana e Suriname. Além disso, o Brasil possui acordos antidrogas com todos os países da América do Sul mais México e Cuba, havendo assinado mais de 30 acordos bilaterais sobre a matéria. Tais acordos demandam a criação de comissões mistas antidrogas que incluem em suas pautas os temas da lavagem de dinheiro, da interceptação de aeronaves suspeitas e do reforço dos controles fronteiriços. (SOARES, 2004).

BRASIL: POLÍTICA EXTERNA E INSERÇÃO NO CENÁRIO REGIONAL

Em termos geopolíticos, o Brasil está inserido em um espaço periférico, a América do Sul. Essa porção do continente americano está geograficamente distante das rotas centrais do comércio mundial e igualmente afastada dos grandes eixos de tensão e conflitos mundiais. Entretanto, o país possui grande capacidade de polarização nesse subcontinente, dado que faz fronteira com não menos que dez países sul-americanos, além de ser o quinto país do mundo em população e em território.

A inserção geopolítica do Brasil no cenário regional é detalhada abaixo, bem como sua política externa oficial, que não deixa de ser condicionada pelas flutuações históricas dessa inserção regional.

O BRASIL NO CENÁRIO REGIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA

Dadas as dimensões continentais do Brasil - país de diferentes regiões internas e de perfil diversificado, ao mesmo tempo amazônico, atlântico e platino, e que faz fronteira com nove dos onze países sul-americanos, além da Guiana Francesa -, o conjunto de países fronteiriços que compõem o espaço regional é complexo, exigindo uma inserção regional múltipla, na qual o Brasil exerce papel fundamental devido à sua influência mediadora possibilitada geograficamente não só pelas dimensões do país, mas, sobretudo, pelo contato estreito com quase todos os povos do continente.

No período pós-1964 muito se escreveu sobre o papel imperialista que o Brasil estaria desempenhando na América Latina com vistas a ampliar seu território em detrimento dos vizinhos. As críticas dirigidas ao Brasil por seu pretenso papel imperialista provinham majoritariamente da Argentina, por disputar com o Brasil a supremacia regional. (MIYAMOTO, Fev. 2002).

> A extensão geográfica brasileira, correspondendo a metade da América do Sul, com uma população que equivale a de todos os outros países juntos assustava esses vizinhos, convertendo-se em ameaça continental. Pelo menos esta era a perspectiva apresentada pelos geopolíticos da região que viam, no país do Atlântico, um parceiro a ser encarado com reservas. Em nenhum momento as nações latino-americanas jamais se esqueceram do processo pelo qual resultou o atual território nacional. O grande medo era que um dia tal fato voltasse a se repetir. (MIYAMOTO, Fev. 2002, p. 16).

Em parte, os representantes dos países latino-americanos tinham razão, em virtude da apologia das dimensões territoriais do Brasil e de seu destino de Grande Potência. (MIYAMOTO, Fev. 2002, p. 20). Entretanto, atualmente, pela ação diplomática e capacidade militar, o Brasil tem estabelecido uma política de harmonização de interesses bi e multilaterais, atuando no sentido de promover maior integração e aproximação entre os

países do continente, e, em conseqüência, adquirido credibilidade internacional. De fato, o continente sul-americano tem sido apontado como uma das regiões mais pacíficas do planeta, incrementada pela inexistência de armas nucleares e de destruição em massa; um estado de paz que possibilita a concentração de esforços no desenvolvimento econômico e social. Há mais de um século sem se envolver em conflitos com seus vizinhos, o país tem demonstrado, clara e consistentemente, sua determinação de respeitar os compromissos assumidos e de viver em paz, segundo os princípios e normas do direito internacional. Tanto que, no continente americano, o Brasil recebe o apoio do Paraguai, Peru, Venezuela, Bolívia, Uruguai, Equador, Suriname, Guiana e Chile em sua pretensão de ingressar como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Particularmente em relação à América Latina, o Brasil tem adotado uma política de cooperação, procurando evitar ser novamente rotulado de país "sub-imperialista", tentando acalmar os países vizinhos e camuflando sua superioridade sobre os demais. (VIZENTINI, 2004). Nesse cenário, pode-se afirmar que, atualmente, é muito baixa a probabilidade de que o Brasil se envolva em alguma guerra interestatal com algum país vizinho; pelo contrário, o Brasil tem procurado adensar o processo de integração, em vários níveis, no sentido de consolidar a paz na região. São exemplos da política externa brasileira em prol da segurança regional: a iniciativa do processo de integração proporcionado pelo Mercosul; o estreitamento de relações com os vizinhos amazônicos, desenvolvido no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA); a intensificação da cooperação com os países africanos, especialmente os de língua portuguesa; a liderança brasileira na criação, em 1986, e na consolidação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul; e da declaração do Hemisfério Sul como Zona Livre de Armas Nucleares.

A própria Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, traz entre seus Princípios Fundamentais, no art. 4º, que no âmbito das relações internacionais o Brasil se guia pelos princípios de independência nacional, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz e solução pacífica de conflitos, entre outros. Essa afirmação do princípio de soberania basicamente implica no não-exercício de uma liderança mais efetiva na região, sendo que, nas situações em que o Brasil

se envolveu em assuntos de países vizinhos o fez em rigorosa obediência às normas internacionais, como pode ser exemplificado pela mediação efetuada no conflito militar fronteiriço entre Equador e Peru nos anos 1990. Outro exemplo desse jogo duplo pode ser encontrado no Mercosul, no qual ainda não foram instituídos organismos supranacionais, optando-se por um processo decisório intergovernamental via consenso. Com essa atitude, o Brasil procura evitar ser rotulado, como no passado, de país "sub-imperialista", ao mesmo tempo, evita compromissos multilaterais definitivos, que poderiam forçar a submissão da vontade nacional à de Estados bem mais fracos. Por fim, consciente das debilidades que o país possui, o Itamaraty evita adotar práticas que possam provocar uma reação desfavorável das grandes potências. "Talvez neste ponto resida a explicação para o paradoxo de um país que aspira à liderança sub-regional, mas recusa-se a se comportar como líder: a consciência das debilidades, especialmente sociais, de um país gigantesco". (VIZENTINI, Dez. 2001, p. 65).

No plano das relações Brasil-Argentina, os acordos na área de defesa e segurança aumentaram a confiança recíproca e criou condições favoráveis para maior cooperação regional em temas estratégicos e militares. Segundo Miyamoto (Fev. 2002, p. 8), em 1986 o Brasil firmou com a Argentina os protocolos de integração que culminaram em 1991 com a criação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), ampliado com a presença de Uruguai e Paraguai. Um avanço significativo nesse campo se deu com o "Mecanismo de Consulta e Coordenação entre os Governos do Brasil e da Argentina em matéria de Defesa e Segurança Internacional", estabelecido em 1997, de que participam os Ministérios de Defesa e de Relações Exteriores. A reativação do Mecanismo, em 2002, contribuiu para aproximar ainda mais o pensamento dos dois parceiros estratégicos sobre assuntos de segurança internacional, como a crise no Iraque e o agravamento da situação no Oriente Médio. (SOARES, 2004).

Antes desse acordo, em 1996, destaca-se a realização do Exercício Laço Forte, o primeiro exercício conjunto entre os Exércitos do Brasil e da Argentina. Na esteira desse acordo, ainda em 1997, estabeleceu-se o programa de intercâmbio de oficiais em programas de treinamento e aperfeiçoamento e decidiu-se intensificar a realização de

exercícios conjuntos entre as Forças Armadas. As freqüentes visitas bilaterais de oficiais de diversas patentes, promovendo o intercâmbio de informações e a condução de manobras conjuntas refletem o grau relativamente elevado de entendimento no plano militar de nível técnico-operacional, oportunizando o aprofundamento do diálogo no nível da segurança e estratégia. Tal diálogo pode conduzir, num futuro próximo, a um processo de maior integração das indústrias de defesa, o que geraria dividendos econômico-comerciais e políticos.

Nessa mesma linha, também é preciso citar a utilidade de mecanismos como os Grupos de Trabalho Bilaterais de Defesa, estabelecidos não só com a Argentina, mas também com a Bolívia, Chile, Peru e Uruguai. Assim, vêm sendo realizados exercícios que congregam forças de diversos países sul-americanos, como o Exercício Cabañas de adestramento de forças de paz, cuja edição ocorreu em 2002, no Chile, reunindo forças brasileiras, chilenas, argentinas e peruanas, além de contingentes norte-americanos. (SOARES, 2004). Nessa mesma direção, em junho de 2003, Brasil e Colômbia assinaram um memorando de entendimento entre os dois Ministérios sobre cooperação em matéria de defesa. Já no mês seguinte foi constituído o Grupo de Trabalho Bilateral para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo, que poderá atuar em parceria com a Comissão Mista Antidrogas, instituída anteriormente, auxiliados pelas informações provindas do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

A respeito da questão do terrorismo, é sabido que há forte pressão dos Estados Unidos para que os demais países hemisféricos se engajem na causa do combate ao terrorismo. Foi o que defendeu o então secretário de defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, na 6ª Conferência de ministros de Defesa das Américas, na qual tentou aprovar a formação de uma Junta Interamericana de Defesa, com a finalidade combater o denominado terror regional. Entretanto, o projeto acabou frustrado pela oposição do Brasil, Canadá, Argentina e Venezuela. Se durante a Guerra-Fria, os EUA articularam os setores militares latino-americanos em prol de seus interesses anti-socialistas, a partir dos anos 1990, a ideologia estadunidense dominante é a de que as Forças Armadas latino-americanas se constituam em forças policiais, com a função precípua de combater o narcotráfico e o terrorismo. Já no

tocante às afirmações que existem grupos terroristas na Tríplice Fronteira entre o Brasil, Argentina e Paraguai, é preciso salientar que inexistem elementos comprobatórios da presença de terroristas ou de seus financiadores naquela região. Tais alegações, surgidas na década de 1990, depois de atentados contra alvos judaicos na Argentina, ganharam força após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001. (SOARES, 2004). Entretanto, no nível diplomático, o Brasil refuta a vinculação entre atividades terroristas e a presença de comunidade de origem árabe na região.

Entretanto, apesar dessa convivência pacífica na comunidade internacional, o País pode precisar se envolver em conflitos gerados externamente, como conseqüência de ameaças ao seu patrimônio e/ou interesses vitais. Segundo a PDN (1996), no âmbito regional, persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros, como a ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, nos lindes da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 8 Dez. 1999).

Particularmente, em relação à Colômbia, levando-se em consideração a situação de instabilidade político-econômica pela expansão das ações do narcotráfico e das guerrilhas das FARC e das AUC, o Brasil assinou, em junho de 2003, o "Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria de defesa", pelo qual o Brasil tem oferecido seus préstimos, somente mediante solicitação do Governo colombiano, ou seja, com pleno respeito à soberania do país. Enfrentando graves problemas sociais, a Colômbia apresenta um quadro em que suas instituições têm seu funcionamento comprometido, com riscos à estabilidade estratégica regional. A guerra civil colombiana constitui um problema de difícil solução para o Brasil na medida em que uma política de prudência excessiva pode fazer com que se assista passivamente à provável consolidação da presença militar dos EUA no continente. A respeito do grupo terrorista colombiano FARC, por exemplo, nada garante que esse problema esteja abrandando, e sabe-se que, cada vez, mais se estreitam os laços desse grupo com o tráfico de drogas e o crime organizado operante no centro-sul do Brasil. Por enquanto, negando-se a participar do plano Colômbia, devido ao envolvimento militar dos Estados Unidos, o Brasil não tem constituído uma alternativa militar à presença

americana no país vizinho. Todavia, um eventual transbordamento do conflito colombiano para além das fronteiras nacionais geraria instabilidade institucional no Brasil, não no sistema político, mas nos sistemas de segurança pública, de defesa nacional, judiciário e financeiro. (OLIVEIRA, 2004).

Na verdade, toda a América do Sul, mesmo os países politicamente estáveis, ainda carece de instituições fortes e do exercício mais amplo da cidadania por parte de suas sociedades. Esses fatores de natureza sócio-político-cultural resultam em precariedade das políticas públicas, pobreza extrema e delitos transnacionais, gerando potenciais instabilidades e vulnerabilidades nos Estados. Esse quadro de instabilidade sócio-política pode se agravar de tal forma que exija o emprego militar em estrutura(s) sub-regional(is) de segurança e defesa. Por isso, no cenário sul-americano, diante das ameaças do sistema internacional, tanto globais como transacionais, seria oportuno aperfeiçoar os recursos de defesa e segurança, construindo mecanismos de cooperação e ação coordenada de defesa regional, além dos já existentes promovidos pelas forças singulares. Tome-se como exemplo as recentes projeções de poder dos Estados Unidos, que resultaram em sua presença militar na Colômbia e em outros países da América do Sul, o que constitui um risco para a segurança e a defesa do Brasil.

Especificamente acerca da Amazônia internacional, por toda sua potencialidade de riquezas[7], pode-se afirmar que apresenta grandes riscos e desafios ao país. Entre as principais vulnerabilidades no setor de segurança e defesa, estão: a rarefeita e desigual ocupação humana na região, possibilitando a prática de ilícitos transnacionais; falta de meios que garantam sua proteção ambiental, incluindo o combate às derrubadas ilegais da mata e à poluição dos rios por mercúrio dos garimpos; uma política indigenista equivocada, sem recursos para um programa racional de ocupação de áreas indígenas; falta de recursos militares que assegurem a inviolabilidade da fronteiras contra grupos de bandidos, narcotraficantes ou tropas inimigas. Além disso, na medida em que países

[7] Descrita no capítulo três do presente texto.

desenvolvidos venham a interpretar circunstâncias ali prevalecentes como prejudiciais à sua própria segurança, conceitos como os de "soberania limitada", "espaços sem governo", ou ainda "Estados falidos" poderiam vir a ser manipulados por estruturas hegemônicas em detrimento dos interesses e da soberania dos países da região. (SOARES, 2004). Nesse sentido, o tema da segurança da Amazônia demonstra como as várias políticas governamentais devem estar interligadas, em particular, as políticas exterior e de defesa, e, além disso, todas elas convergindo para o fortalecimento da presença militar; para a integração internacional da infra-estrutura física; e para a efetivação de mecanismos de cooperação entre os países que partilham a bacia hidrográfica.

A cooperação entre os países amazônicos tem um marco referencial no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 1978, que reúne Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela em torno do objetivo de desenvolvimento sustentável e proteção da região. O TCA foi proposto pelo Itamaraty pouco mais de um ano antes, em março de 1977, visando principalmente, sob a égide do pragmatismo responsável, eliminar a desconfiança regional acerca dos supostas ambições imperialistas do Brasil. Além de diminuir os receios dos vizinhos, o Brasil pretendia também impedir sua exclusão do Pacto Andino ou de qualquer grupo hispano-americano no norte da América do Sul. De fato, o TCA constituiu fator de melhoria das relações com os países amazônicos. Acrescente-se que o Tratado já procurava responder às críticas que os países amazônicos sofriam nos organismos internacionais por não cuidarem da defesa do meio-ambiente, permitindo a devastação indiscriminada da floresta e das culturas indígenas. No caso brasileiro, além da omissão governamental, as políticas públicas de ocupação da Amazônia - em que se destacam a abertura da Transamazônica e da Perimetral Norte, os empreendimentos agropecuários e os projetos colonialistas típicos dos anos do ufanismo militar - causaram forte impacto negativo na percepção da comunidade internacional como um todo. (MIYAMOTO, 1995).

A noção de desenvolvimento sustentável constituía uma das grandes preocupações do TCA, como pode ser exemplificado pelo seguinte excerto:

> [...] CONSIDERANDO que para lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia é necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente. [...]
>
> ARTIGO I
>
> As Partes Contratantes convêm em realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo a que essas ações conjuntas produzam resultados eqüitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios. (TCA, Jul-Set, 1978).

Em 2002, o Tratado foi transformado em organismo internacional, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com sede em Brasília, onde está o foro regional para a coordenação de políticas entre os oito países-membro e para a obtenção de recursos para financiamento de projetos concretos de desenvolvimento[8]. (SOARES, 2004). A cooperação para o desenvolvimento da Amazônia, conciliando simultaneamente crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social, constitui inegável fator de inibição de riscos endógenos e de tentativas de ingerência internacional, uma vez que, por meio da OTCA, todos os países condôminos resguardam sua capacidade de decisão sobre a Pan-Amazônia, possibilitando a defesa da região através da coordenação de interesses e da cooperação.

A OTCA igualmente destaca a busca de criação e integração da infra-estrutura física da Amazônia internacional, dado que, historicamente, os países amazônicos estiveram como que "de costas" uns para os outros, separados pelas grandes barreiras da floresta tropical e da cordilheira andina, com seus interesses econômicos voltados em direção ao Pacífico e ao Atlântico. No âmbito da Organização, o Brasil tem investido na abordagem regional da integração da infra-estrutura, e com esse fim lançou a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), que prevê o estabelecimento e desenvolvimento conjunto, interestatal, de eixos econômicos assistidos por estruturas de energia, saneamento, transportes e telecomunicações entre os países.

Constituem exemplos de resultados do IIRSA o asfaltamento da BR-174, que liga Manaus a Caracas e a interligação elétrica que permite ao Estado de Roraima utilizar a energia da usina venezuelana de Guri. A percepção governamental é de que a integração física entre os países da bacia amazônica se constitui em um instrumento de defesa regional, na medida em que, ao proporcionar desenvolvimento, desestimula tanto as atividades do crime organizado quanto eventuais ambições de potências hegemônicas. (SOARES, 2004).

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E DEFESA

Dada sua inserção geopolítica, historicamente, a política externa oficial do Brasil foi fundamentalmente ratzeliana, na medida em que o território é tomado como valor permanente, estando a segurança, a independência e o poder do país diretamente relacionados à sua dimensão territorial. "Dessa forma, o núcleo central do interesse nacional pôde ser pautado pela integridade de seu território [...]". (VIZENTINI, Dez. 2001, p. 56).

Para Vizentini (Dez. 2001, p. 65) as características que sempre acompanharam o pensamento diplomático brasileiro são: "a manutenção das fronteiras e o impedimento de ingerência externa, sem pretensões territoriais". Tais características são evidentes, principalmente após o início do século XX, com o estabelecimento do mapa brasileiro, que faz limite com dez outros países no continente, através do respeito ao princípio "*uti possidetis*". As linhas gerais que orientaram historicamente a política externa brasileira podem ser assim sintetizadas: a) tendência a manter uma atitude conciliatória, não-confrontadora, a favor de soluções pacíficas de contenciosos; b) respeito à autodeterminação e, conseqüentemente, à não-intervenção em Estados-nacionais; c) ser legalista, buscando a juridicidade, a conformidade ao direito, tendendo a sacralizar acordos, tratados e convenções, considerando-os expressões irretocáveis da vontade nacional ou

---

[8] A instalação de uma Secretaria Permanente da OTCA no Brasil depende de um acordo a ser firmado entre o governo brasileiro e o novo organismo, que precisa ser submetido ao Congresso Nacional.

multilateral; d) adoção do pragmatismo dito responsável, primando por resultados eficientes.

A atual Política de Defesa Nacional (PDN) segue no mesmo sentido das linhas gerais enumeradas acima, particularmente quando estabelece os denominados Objetivos de Defesa Nacional, que são os seguintes: a garantia da soberania e da integridade territorial, do estado democrático de direito e de suas instituições, e do patrimônio e dos interesses nacionais; a projeção do país no concerto das nações e o aumento de sua inserção nos processos decisórios internacionais; a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira; e a preservação da coesão e da unidade da nação. (BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA, 08 Jun. 2006).

Outra peculiaridade da geopolítica brasileira decorre do país encontrar-se numa área muito próxima da forte influência da superpotência norte-americana, com todos os constrangimentos e oportunidades que advêm desse fator. Por isso, ao longo de todo o século XX as relações brasileiras com os Estados Unidos foram centrais na agenda da política externa brasileira - mesmo considerando a era Vargas, pró-germânica - situação que se mantém até o presente momento, pois tal política sempre pode ser caracterizada conforme sua proximidade ou distanciamento com aquele país. Em outras palavras, essa proximidade no espaço geográfico estabelece um fator demarcatório na relação entre os dois países, o que constitui a principal referência da política externa brasileira. É fato que, em razão da proximidade e da importância do Brasil no contexto das relações hemisféricas, quanto mais o Brasil se propuser a aumentar sua autonomia e poder, mais tenderá a se indispor com a superpotência.

No primeiro governo militar, do presidente marechal Castelo Branco, o país estabeleceu vínculos políticos estreitos com os EUA, o que ficou conhecido, grosso modo e equivocadamente, como alinhamento automático. Na verdade, esse alinhamento diplomático com os EUA contribuía para que as relações exteriores se concentrassem ao espaço hemisférico. O discurso oficial aderira à idéia de interdependência, "vinculada às

fronteiras ideológicas, na medida em que era necessário construir uma forte aliança interamericana para combater as novas subversões à soberania dos Estados". (VIZENTINI, Dez. 2001, p. 59). Consoante à essa linha de ação, o Brasil afastou-se da China Popular e efetuou a ruptura com Cuba, em 13 de maio de 1964. Entretanto, em relação à Cuba, o governo brasileiro se opôs a qualquer ação militar que atentasse contra o regime de Fidel Castro. Assim, pode-se observar que, mesmo alinhado com os Estados Unidos, "o Estado brasileiro manteve firme o princípio de soberania e não-intervenção". (VIZENTINI, Dez. 2001, p. 61).

Até fins dos anos 1960, o contexto da Guerra Fria e a dependência econômica impunham um alto custo às eventuais tentativas de se manter uma política externa independente da influência norte-americana e, ao mesmo tempo, respaldavam a ótica prevalecente que elegia a relação com os Estados Unidos como prioritária para o desenvolvimento econômico brasileiro. Mesmo assim, ao final da década, o governo Costa e Silva ampliou o entendimento acerca da questão da segurança, não a reduzindo a questão militar e ao conflito Leste-Oeste e conferiu grande importância ao fator econômico, enfatizando a divisão entre o Norte desenvolvido e o Hemisfério Sul subdesenvolvido. (MIYAMOTO, 2004).

Nos anos 1970 - com a estabilização da "*détente*" na política internacional, com a consolidação da multipolaridade econômica a partir da reconstrução européia e da ascensão econômica do Japão e com a ocorrência do denominado "milagre econômico" na economia brasileira (1968-1973) - foram mais permissíveis aos projetos autonomistas da política externa dos governos militares; deu-se a partir de então certa dissociação entre os interesses político-econômicos do Brasil e os dos EUA. (LIMA, 2000). Tanto no plano interno como no externo, o governo Médici elaborou o projeto denominado Brasil Potência, visando à inclusão do Brasil no primeiro mundo, através do desenvolvimento industrial.

O governo Geisel (1974-1979), não se prendendo à retórica ideológica e ao discurso ufanista de grande potência, adotou o denominado Pragmatismo Responsável, desconsiderando o alinhamento com a política ocidental no que se referia ao "perigo

socialista", com isso reconhecendo os Estados de Angola, Moçambique e a República Popular da China (MIYAMOTO, 2004). O governo Médici adotou também uma política de cooperação em relação à América Latina, por exemplo, iniciando conversações com a Argentina objetivando solucionar o contencioso acerca das barragens hidrelétricas da Bacia do Prata, logrando um acordo durante o governo seguinte. (VIZENTINI, Dez. 2001).

Nessa década de 1970, especialmente no governo Geisel, a partir do conceito de potência emergente, o Brasil moveu-se na política de segurança internacional enfrentando riscos, desconfianças e críticas, com a manutenção de um programa nuclear paralelo. Já em 1968, o país recusara a assinar, juntamente com a Índia, o Tratado de Não-Proliferação de Armas Atômicas (TNP), considerando-o como discriminatório e como promotor do congelamento do poder mundial, impondo obrigações e direitos diferenciados, contrários ao princípio da igualdade soberana dos Estados. Além disso, sob a ótica da estratégia de se tornar uma grande potência, "o acesso à tecnologia nuclear era considerado um elemento qualitativo para aumentar o peso específico do Brasil no cenário internacional" (MIYAMOTO, 2004, p. 188).

O contencioso nuclear de 1977 - em que o governo brasileiro denunciou o acordo militar bilateral de 1952 com os EUA que se opunha ao acordo nuclear de 1975, firmado entre Brasil e República Federal da Alemanha - acabou por solidificar, principalmente entre os militares, a convicção da "necessidade de diversificar os fornecedores no campo das tecnologias sensíveis", nuclear nos anos 1970 e míssil nos anos 1980. Gerou também uma crescente desconfiança, entre militares e civis, em relação às "alegadas motivações de segurança das políticas norte-americanas de controle no campo da transferência de tecnologia". Da perspectiva estadunidense, a sistemática não aceitação dos regimes de controle nuclear e de tecnologia de mísseis, associada a uma alegada frouxidão da política brasileira de exportação de armamentos, particularmente ao Oriente Médio, ocasionaram a inclusão brasileira no rol de países não confiáveis ou perturbadores das preocupações geoestratégicas dos Estados Unidos. (LIMA, 2000, p. 74-75).

Os governos Figueiredo (1979-1984), último do regime militar, e Sarney (1985-1990), inaugurando o processo de redemocratização, mantiveram o sentido geral do pragmatismo responsável, mas buscaram uma diversificação dos parceiros internacionais, pela crescente valorização do espaço sul-americano, especialmente buscando a cooperação e o entendimento com a Argentina. "Em 1979 e 1980 foram assinados importantes acordos com esse país, nos campos econômico e tecnológico-militar". (VIZENTINI, Dez. 2001, p. 63). Nos campos da segurança e defesa hemisférica, a Guerra das Malvinas, entre Argentina e Inglaterra, contribuiu para sepultar, segundo a ótica militar, o pouco que restava de confiança na efetividade do Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR), que previa uma aliança de defesa contra agressões advindas de forças externas ao continente. (MARTINS FILHO e ZIRKER, 2001, p. 255).

Nos anos 1980, o contexto internacional, que na década anterior havia sido mais permissivo para os países em desenvolvimento, modificou-se substancialmente em razão do segundo choque de alta do barril de petróleo (1979) e da crise da dívida do denominado "Terceiro Mundo", agravada pelo "endurecimento" das negociações entre países do Sul e do Norte, que adotaram posições mais protecionistas. Assim, devido ao problema da dívida, e, internamente, ao elevado grau de instabilidade econômica a frear o crescimento, as possibilidades negociadoras brasileiras no plano externo erodiram drasticamente. (Cervo & Bueno, 2002, p. 386).

A partir do "*Trade Act*" de 1984, que ampliou a definição de "práticas desleais de comércio", incluindo os direitos de propriedade intelectual, mais condições foram impostas para obter o acesso ao mercado norte-americano. Nessa posição desvantajosa, nos anos 1980 o custo da não aceitação das normas dos regimes de controle de tecnologias sensíveis foi gradativamente aumentando para o país, como ocorreu com a suspensão da venda de supercomputadores dos EUA para o Brasil. Em fins da década de 1980, a posição defensiva brasileira frente à negociação de tecnologias sensíveis, incluindo a recusa em aceitar obrigações contratuais que gerassem constrangimentos futuros, chegou à exaustão, desmoronando também o projeto de construção de potência nacional por meio da auto-suficiência em todos os campos tecnológicos. (LIMA, 2000).

Assim, no início dos anos 1990 o governo do presidente Fernando Collor de Mello inaugurou uma nova fase nas relações com os EUA, seguido pelos sucessivos governos, incluindo a busca explícita de uma agenda positiva de remoção de áreas de atrito particularmente na questão nuclear, pondo fim ao projeto nuclear da Aeronáutica na Serra do Cachimbo, e na temática da propriedade intelectual e da abertura comercial. Um pouco antes, a própria Constituição Federal de 1988, no artigo 21, renunciara às armas nucleares, vetando o uso da energia nuclear para fins que não fossem exclusivamente pacíficos.

Na década de 1990, não obstante uma posição ainda autonomista, o Brasil agiu no sentido de comprometer-se com os princípios da ONU, inserindo-se em quase todos os regimes de não-proliferação de armas de destruição de massas, procurando assim, participar, como interlocutor confiável, no processo decisório da política internacional para a construção e manutenção da paz e da segurança coletiva. Em 1994, o país criou a Agência Espacial Brasileira, e, no ano seguinte, aderiu ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. Em 1996, o Brasil apresentou projetos de resolução na ONU, associando-se à Coalizão da Nova Agenda em direção a um mundo livre de armas nucleares. Em julho de 1998, o Brasil assinou e ratificou o Tratado da Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT). Em setembro de 1998, mesmo considerando o TNP discriminatório, o Brasil depositou seu instrumento de adesão. Quanto às armas químicas, o Brasil é membro originário da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ), criada em abril de 1997, que prevê a eliminação de toda classe de armas químicas de forma universal, abrangente, não-discriminatória e verificável. Como integrante da Convenção para a Proibição de Armas Biológicas, nos anos 1990 o Brasil se posicionou entre os proponentes de um sistema de verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados quanto ao controle de armas biológicas e bacteriológicas. Finalmente, quanto ao tema dos mísseis transportadores de armas de destruição em massa, o Brasil é signatário do MCTR (Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis). Mesmo assim, o Programa Espacial Brasileiro que visa construir o Veículo Lançador de Satélite (VLS) sofreu restrições com base nas regras desse regime, pelo uso de tecnologias sensíveis. Em resumo, desde o retorno ao regime democrático na década de 1980, o país aderiu a todos os mecanismos e

regimes internacionais e regionais de não-proliferação. (BRIGAGÃO, 2004). Também significativa foi a postura brasileira na defesa dos denominados temas globais, como meio ambiente e direitos humanos.

Todavia, a partir da década de 1990, não obstante compartilhar vários posicionamentos e valores com os EUA e outras potências, não ocorreu um alinhamento brasileiro total e automático aos interesses dos EUA, devido mesmo ao deliberado esforço do país em diversificar seus interesses e de manter uma relativa autonomia em relação às grandes potências. Entre os pontos convergentes da agenda bilateral de segurança e defesa, pode-se citar a preocupação com a Tríplice Fronteira e a cooperação no combate à lavagem de dinheiro, incluindo a instalação de um escritório do Tesouro Americano junto ao Consulado-Geral dos EUA em São Paulo. Por outro lado, em alguns pontos da agenda bilateral predominou o dissenso: o episódio da concessão da Base Aeroespacial de Alcântara ao EUA, negada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado, que discordou da proposta do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas; e a não participação do Brasil o Plano Colômbia de combate ao narcotráfico, com amplo apoio financeiro e militar dos EUA, visto pelas Forças Armadas brasileiras como uma militarização da região.

Especificamente no âmbito da segurança e defesa, a partir da segunda metade dos anos 1980, e, mais intensamente, durante toda a década seguinte, a importância estratégica conferida à região Norte aumentou substancialmente, principalmente durante os dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), com a instalação e inauguração do Projeto Sipam/Sivam. Como já mencionado, a Amazônia também ocupa lugar de destaque no documento governamental Política de Defesa Nacional (PDN), de 1996.

O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, de 2002 a 2006, basicamente se iniciou, no plano externo, sob o impacto dos atentados de 11 de setembro de 2001, que trouxe o combate ao terrorismo à frente da agenda internacional. Mantendo sua tradicional abordagem legalista e pacifista, o Brasil defendeu a ação dos inspetores da ONU

no Iraque, para garantir a apreensão de eventuais armas de destruição em massa, sem que houvesse a necessidade da guerra.

Recentemente, o Brasil tem buscado uma posição mais assertiva no plano internacional, porém, com resultados pífios, tendo como principal objetivo político um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Para além da retórica ufanista, típica do governo Lula, é preciso levar em conta que ser membro permanente desse Conselho reverteria uma série de desvantagens ao país, pois obrigaria a tomar partido em todas as questões mundiais, ou se abster, criando conflitos desnecessários. No contexto em que se discute a reorganização do Conselho, por iniciativa do próprio Secretário-Geral da Organização, a ausência do Brasil nessa discussão seria inaceitável e pleitear uma vaga permanente no Conselho é, na prática, inevitável. O problema reside na assertividade desse pleito, sem que o país esteja em condições de arcar com as responsabilidades decorrentes.

Um dos fatores que atualmente faz projetar, ainda que timidamente, o Brasil como interlocutor válido na política internacional é a ação do país na manutenção da paz e da segurança coletiva, estando entre os dez países que mais contribuem nas Missões Internacionais de Paz da ONU. Preferindo as missões consentidas ao invés das missões coercitivas, o Brasil tem procurado, recentemente, ir além das participações meramente simbólicas, mesmo considerando os limites que os altos custos impõem[9], como exemplificada na campanha no Haiti.

[9] Apesar dos gastos envolvidos com as Missões de Paz serem devolvidos pela ONU, dentro de tabela fixa, com a cotização entre todos os Estados-membros,o argumento do custo mantém pequena validade em relação ao fluxo de caixa.

CAPÍTULO 3
A AMAZÔNIA NACIONAL

Objetiva-se neste capítulo contextualizar a Amazônia brasileira em termos estratégicos e geopolíticos, destacando os principais problemas a ação governamental na região entre os anos de 1985 e 2005. Será interessante observar, posteriormente, o quanto as concepções militares de defesa da Amazônia produzidas nessa época se refletiram na formulação de políticas de defesa e na ação governamental na Amazônia.

AMAZÔNIA LEGAL

A referência à Amazônia, em geral, remete à Amazônia Legal, que é a porção brasileira, cerca de 66%, da Amazônia internacional. A Amazônia internacional, também denominada "Pan-Amazônia", é a região natural, ecologicamente semelhante, situada ao norte do continente sul-americano, formada pela bacia do rio Amazonas, constituindo um grande losango verde que, na largura, vai da pequena cidade peruana de Pongo Manseriche até o norte do Maranhão, e na altura, vai do delta do Orinoco, na Venezuela, ao norte de Mato Grosso, no curso médio do rio Juruena. Esta região abrange parte do território de nove países tributários da bacia amazônica: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. A Pan-Amazônia pode ser dividida em quatro regiões naturais: região do Caribe; região do interior; região do Pacifico e região do Atlântico. Ocupando uma superfície de 7,5 milhões de quilômetros quadrados e estendendo-se por três fisos horários, a Pan-Amazônia representa: a vigésima parte da superfície terrestre; 2/5 da América do Sul; 1/5 da disponibilidade mundial de água doce (líquida e superficial); e 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas. Em contraste, toda essa área abriga apenas dois e meio milésimos da população mundial. (IMAZON, 8 Jun. 2006).

Por sua vez, a Amazônia Legal ocupa 5.033.072 km², o que corresponde à aproximadamente 60% do território do país. Desse total, a área com fisionomia florestal biodiversa ocupa 64% do território; as áreas não florestais, como cerrados e campos naturais, compreendem 24%; corpos de água, como rios e lagos formam 1% da Amazônia. O Rio Amazonas, com o nome de Marañon, nasce no lago Lauricocha nos Andes peruanos, a 4 mil metros de altura e recebe o nome de Solimões ao entrar em território brasileiro até receber, na região de Manaus, um afluente da margem esquerda, o Rio Negro; após o encontro das águas passa a ter o nome de Amazonas. Cerca de 12% do território amazônico está alterado pela ação antrópica, a maioria constituída por áreas desmatadas. (AB'SABER, 1997; LENTINI et al., 2003).

Em termos administrativos, a Amazônia Legal foi instituída pelas leis federais nº 1.806, de 06 de janeiro 1953 e nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que, por força da política de desenvolvimento então estabelecida, estendeu a área bem além dos critérios puramente hidrográficos, para aplicação de incentivos fiscais, portanto, tornando-a composta pela totalidade dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima, além de parte dos estados de Tocantins, ao norte do paralelo 13º (de latitude sul), e Maranhão, a oeste do meridiano 44º. Totalizando 762 municípios, alguns dos pontos limítrofes da Amazônia Legal compreendem: Tiriós, cidade do Amapá na fronteira com o Suriname; Cruzeiro do Sul, município acreano na fronteira com o Peru e Sinop, localidade situada no Mato Grosso. (IBGE, 2005).

Pelo Decreto-Lei 291, de fevereiro de 1967, definiram-se ainda duas porções da Amazônia Legal: a Amazônia Ocidental, compreendendo Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia e a Amazônia Oriental, composta por Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. Sob o critério hidrográfico, considerando-se somente a bacia fluvial, a Amazônia brasileira tem 3,2 milhões de km², ou seja, 37,6 % do território do país. (IBGE, 2005).

Em termos ambientais, a Amazônia é terra de clima equatorial, de calor intenso e úmido, com temperaturas médias acima de 25º C e uma variação do mês mais quente ao mais frio, na maior parte de sua extensão, de menos de 2º C. Assim como a bacia

hidrográfica do Amazonas é a maior do mundo, a floresta amazônica também é a maior floresta equatorial da face da Terra, assentada sobre a enorme planície sedimentar que se estende entre o maciço Guiano e o planalto Brasileiro. (IMAZON, 8 Jun. 2006).

No que diz respeito à evolução demográfica, as estatísticas apontam um crescimento populacional explosivo no território amazônico entre as décadas de 1960 e 1990, acompanhado do característico "inchaço" urbano. De acordo com o censo do IBGE de 1960, a população total dos estados e territórios da Amazônia da época era de 2,5 milhões de habitantes, crescendo de 4 milhões para 10 milhões entre 1970 e 1991, quando muitas famílias foram assentadas pelos projetos colonizadores. Já em 1999 a população da Amazônia estava pouco superior a 19 milhões de habitantes, correspondendo a, aproximadamente, 12% do total da população do Brasil, sendo a de Manaus cerca de 1 milhão e 100 mil habitantes e a de Belém, mais ou menos, 1 milhão e 200 mil habitantes. No ano seguinte, de acordo com o censo demográfico de 2000, a população amazônica era de exatos 21.056.532 habitantes, representando 12,4% da população nacional. (IBGE, 2005).

Não obstante o considerável crescimento demográfico da Amazônia Legal - em 2005, sua população excedeu o montante de 22 milhões de habitantes -, com uma área superior a 5 milhões de km², sua densidade demográfica permanece com uma das mais baixas do mundo, não ultrapassando a taxa de 4,5 habitantes por quilômetro quadrado. (IBGE, 2005). Além da baixa densidade demográfica, 62% da população concentram-se na zona urbana, em condições relativamente precárias, onde se detecta uma taxa de 72,2% de desnutrição infantil e mais de 20% de analfabetismo. (INPA, 2004). Nas palavras de Ab'Saber (2005, p. 24), "O mundo urbano novo que fez crescer e multiplicar cidades atraiu gente de todas as beiradas de rio e igarapés, mas não teve força para ampliar ou multiplicar mercados de trabalho. Daí ter surgido uma nova pobreza, responsável por subnutrição, bairros carentes, favelas e dramas pessoais e familiares inenarráveis".

A economia amazônica é baseada na atividade florestal, na agropecuária, na mineração (em especial, ferro e bauxita) e no parque industrial da Zona Franca de Manaus.

No ano de 2000 seu Produto Interno Bruto (PIB) atingiu 73 bilhões de reais, representando apenas 6,5 % do PIB nacional. Das terras da Amazônia, 47% ainda são devolutas ou sem titulação definida. As áreas públicas protegidas - nas categorias de Terras indígenas, Unidades de Uso Sustentável (florestas nacionais, reservas extrativistas), Unidades de Proteção Integral (parques nacionais, reservas e estações biológicas) e Áreas militares - representam 29% do total, estando assim distribuídas. Por sua vez, as terras privadas tituladas somam 24% do território amazônico. (LENTINI et al., 2003, p. 15).

A Amazônia mantém grande concentração fundiária. Segundo o Censo Agropecuário de 1995 e 1996 (IBGE, 1996), na Amazônia existem cerca de 530 mil propriedades rurais, ocupando 1,1 milhões de km², aproximadamente 24% do território amazônico. As propriedades maiores que 2 mil hectares correspondem a somente 1,6% do total de estabelecimentos rurais, ocupando, no entanto, 56% da área total. Por sua vez, as propriedades com menos de 50 hectares, 40 vezes menores, correspondem a 60 % dos estabelecimentos rurais e ocupam apenas 4% da área total. Muitas das grandes propriedades estão em situação ilegal, pois foram apropriadas de terras devolutas, a denominada "grilagem", principalmente a oeste do estado do Pará e a sudeste do Amazonas. Nesse contexto, o desejo dos grandes proprietários em garantir o direito de posse encoraja as atividades predatórias sobre o ecossistema.

A atividade madeireira é um dos principais usos da terra na Amazônia, gerando anualmente uma renda bruta de US$ 2,5 bi. O setor madeireiro da região gera cerca de 350 mil empregos diretos e indiretos, sendo constituído por 2.570 empresas distribuídas em 72 centros de processamento, os denominados pólos madeireiros. Em geral, o setor madeireiro da Amazônia extrai 78% da madeira nativa extraída no Brasil, excluindo a que se destina à lenha e carvão. (LENTINI et al., 2003, p. 15).

Considerando que a Amazônia possui 11 mil km de fronteiras terrestres, com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, e 1,6 mil km de fronteira marítima, deduz-se que constitui uma área acentuadamente vulnerável em termos estratégicos.

POTENCIAL DE RECURSOS AMBIENTAIS DA AMAZÔNIA

A importância estratégica da Amazônia pode ser ressaltada em termos ambientais, com ênfase em sua biodiversidade[10] e importância climática advindas do fato de possuir cerca de um terço do total da área de florestas tropicais do mundo. Salienta-se que todas as florestas são ecossistemas extremamente complexos, constituindo o ápice do processo evolutivo dos ecossistemas terrestres no planeta, ou seja, a floresta representa o máximo de vida possível em um determinado espaço. (IMAZON, 8 Jun. 2006).

A floresta cobre aproximadamente 70% da Amazônia Legal, representando 380 milhões de hectares. A Amazônia possui 3.650.000 Km² de florestas contínuas, a maior do mundo (INPA, 2004). Além desta extensão significativa, destaca-se o aspecto da densidade da floresta amazônica, onde se estima em 500 a 700 toneladas de matéria verde viva por hectare (caules, troncos e raízes). Aqui a riqueza das florestas tropicais está mesmo na massa vegetal, não no solo, ou seja, o suprimento vital de alimento da floresta está armazenado em sua própria folhagem: as folhas das árvores caem e se decompõem rapidamente para que seus nutrientes possam ser reaproveitados no menor tempo possível pelos vegetais ao redor. Essa é também uma das causas da rarefação humana no ecossistema da floresta tropical: com solos férteis restritos aos solos de várzea, a Amazônia não atrai naturalmente grandes aglomerações humanas. (BIOAMAZÔNIA, 08 Dez. 2000). "Existe uma grande diferença entre os solos das planícies de rios afluentes e o conjunto de solos da faixa aluvial Solimões-Amazonas. Na realidade, os mais ricos solos de toda a Amazônia, que se destacam em relação aos imensos setores de solos mais pobres, constituem uma grande exceção". (AB'SABER, 1997, p. 22). Em tempos atrás, o desconhecimento desse aspecto enganou aqueles que, diante das árvores de grande porte, acharam que os solos da floresta seriam tão férteis que neles em se plantando tudo daria. Na

[10] O termo "biodiversidade" significa diversidade biológica e representa a variedade da vida em uma região, sendo seu cálculo feito através da quantidade de ecossistemas, espécies vivas, patrimônio genético e endemismo, isto é, ocorrências biológicas exclusivas de uma região. (VEJA, 2002).

verdade, 78% dos solos amazônicos de terra-firme são ácidos e de baixa fertilidade natural (INPA, 2004).

Outra importância da Amazônia para o meio ambiente global consiste em seu papel no controle do chamado efeito estufa, o aprisionamento de energia radiante que aumenta a temperatura global da superfície e da troposfera, decorrente do acúmulo de carbono na atmosfera. (NOBRE; NOBRE, Mai-Ago, 2002). Esse acúmulo é devido à queima de combustíveis fósseis - principalmente, gás, carvão e petróleo - na forma de dióxido de carbono (CO_2), metano e compostos de clorofluorcarbono. (TIAN; KICKLIGHTER, 1998). Num quadro em que o ciclo do carbono está saturado no planeta, as florestas tropicais atuam como grandes fixadoras do carbono existente na atmosfera, exercendo a função de filtro, essencial no controle do efeito estufa. (NOBRE; NOBRE, Mai-Ago, 2002). Segundo o Inpe (2005), cada hectare (10 mil metros quadrados) da floresta amazônica retira da atmosfera, em média, cerca de nove quilos de carbono por dia. A cada ano, a atividade humana lança na atmosfera aproximadamente cinco bilhões de toneladas de carbono; somente a Amazônia brasileira, com seus 350 milhões de hectares, retira do ar aproximadamente 1,2 bilhão de toneladas anuais, ou seja, mais de um quinto do total. Portanto, a Amazônia pode ser interpretada como sendo um importante filtro ecológico. (INPA, 2004). Por outro lado, as florestas maduras mantêm uma grande quantidade de carbono, liberando-o em forma de CO_2 ao serem queimadas. Certamente a queima de florestas contribui com emissões de gases que provocam o aquecimento global, mas são os combustíveis fósseis os responsáveis pelas emissões mais volumosas desses gases. (REVISTA CIÊNCIA HOJE, 2002).

A importância da Amazônia no controle do efeito estufa e no equilíbrio climático já está razoavelmente estabelecida pela comunidade científica (TIAN; KICKLIGHTER, 1998). Entretanto, a idéia de chamá-la de "pulmão do mundo" foi um equívoco, pois são as algas marinhas que contribuem mais expressivamente com a produção do oxigênio do planeta. Na verdade, plantas de pequeno porte, arbustos e árvores, da mesma forma que os animais, respiram oxigênio durante as 24 horas do dia. Como à noite, a falta do sol interrompe a fotossíntese, responsável pela liberação do oxigênio na

atmosfera, a quantidade desse gás produzida pelas plantas é quase totalmente absorvida pelos processos respiratórios. (REVISTA CIÊNCIA HOJE, 2002).

Atualmente, a biodiversidade se constituiu no fator mais destacado da importância ambiental da Amazônia. Na verdade, há muito pouco conhecimento sobre a quantidade real de espécies que o planeta abriga, particularmente na Amazônia. Para se ter uma noção do tamanho do desconhecimento sobre o meio-ambiente da Amazônia, basta atentar para o fato de que sua região mais rica em biodiversidade foi descoberta recentemente - o alto Juruá, no Acre, que ostenta o montante de 616 espécies de aves, 50 de répteis, 300 de aranhas, 140 de sapos, 16 de macacos, além de 1620 tipos de borboletas. "A floresta amazônica é considerada a grande 'caixa preta' da biodiversidade mundial. Há estimativas que indicam existir mais de 10 milhões de espécies vivas em toda a floresta, mas o número real é incalculável". (VEJA, 2002, p. 13). Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), existem na Amazônia cerca de 5.000 espécies de árvores com troncos maiores que 15 cm de diâmetro, variando entre 40 a 300 espécies diferentes por hectare. Para efeitos de comparação, na América do Norte existem cerca de 650 espécies de árvores, com variação de 4 a 25 espécies diferentes por hectare. Encontram-se nos rios amazônicos cerca de 3.000 espécies de peixes, dos quais o INPA tem cadastrado somente 40%. (INPA, 2004).

Por fim, no rol de potenciais amazônicos merece destaque o potencial de recursos minerais, apesar desse potencial estar ainda muito desconhecido. Para Santos (Mai-Ago, 2002, p. 142), "A fertilidade de alguns de seus ambientes geológicos – onde jazidas de classe mundial já foram dimensionadas – indicam que a Amazônia deverá ocupar posição de destaque na produção de alguns bens minerais". Entre os principais minérios no subsolo amazônico que podem ser explorados comercialmente encontram-se: minério de ferro, alumínio, cobre, ouro, manganês, caulim, estanho e gás.

DIFICULDADES E DESAFIOS AMAZÔNICOS

Além da imensidão espacial, acompanhada das dificuldades de comunicação e transporte, o desafio em promover a defesa e o desenvolvimento da Amazônia ocorre por razões de ordem sócio-ambiental.

O desmatamento e as queimadas, a poluição dos rios por mercúrio dos garimpos e por falta de saneamento e tratamento de esgotos, a disseminação da malária, a mortalidade e a prostituição infantil, o uso inadequado da terra e os conflitos entre posseiros, garimpeiros e índios são alguns dos problemas críticos desta região. Nesse contexto, constitui razoável desafio alcançar o denominado desenvolvimento sustentável, em que sejam contemplados os fatores econômicos, sociais e ecológicos.

Devido à reconhecida alta sensibilidade do equilíbrio ecossistêmico da Amazônia, certas atividades produtivas ali desenvolvidas acabam gerando grande impacto ambiental e perniciosos tipos de degradação. Resumido de Barreto (2006), segue abaixo uma relação sumária dessas atividades, suas áreas de ocorrência e os principais problemas ocasionados.

O garimpo de ouro em Rondônia, Amapá, Pará e Amazonas, nas diversas sub-bacias dos rios Amazonas, Madeira e Tapajós tem ocasionado: assoreamento e erosão nos cursos d'água; poluição das águas, com aumento da turbidez e metais pesados - principalmente, mercúrio; degradação da paisagem e da vida aquática com conseqüências diretas sobre a pesca e a população; formação e deslocamentos de núcleos populacionais acompanhados de problemas sociais como prostituição, trabalho semi-escravo e consumo de drogas; e contrabando, uma vez que a grande maioria dos garimpos está irregular, milhões de dólares saem continuamente do país sem qualquer controle fiscal. (BARRETO, 2006). Agrava também o problema da imigração não planejada, transferindo miséria sócio-econômica da região nordeste para a Amazônia, na medida em que o declínio da atividade garimpeira transforma seus trabalhadores em "sem-terra".

A agricultura e a pecuária extensiva, através de grandes projetos agropecuários em toda a Amazônia, próximo às estradas e grandes cidades geram: incêndios florestais, destruição da fauna e flora; contaminação dos cursos d'água por agrotóxicos; erosão e assoreamento dos cursos d'água; destruição de áreas de produtividade natural e reservas extrativistas. Mesmo o extrativismo de borracha, castanha e madeira, quando desordenado, também pode causar danos ao ecossistema. (BARRETO, 2006).

Indústrias de Ferro Gusa e a mineração industrial de Ferro, Manganês, Cassiterita, Cobre, Bauxita, etc. no Amapá, Amazonas, Pará (Carajás) e Rondônia implicam em: demanda de carvão vegetal de floresta nativa, e, conseqüentemente, desmatamentos; degradação da paisagem; exportação de energia a baixo valor e alto custo ambiental; e poluição e assoreamento dos cursos d'água. Indústrias de Alumínio, como as que existem em Belém, redundam em: poluição atmosférica e marinha; além de impactos indiretos pela enorme demanda de energia elétrica. Grandes usinas hidrelétricas, como a de Balbina (AM), implicam em: impacto cultural e sócio-econômico para povos indígenas; e inundação de áreas florestais, agrícolas, vilas, etc., atingindo a flora, fauna e ecossistemas adjacentes. Pólos industriais e/ou grandes indústrias, como as do Centro Industrial de Manaus (Zona Franca), criada em 1957, causam: poluição do ar, água e solo; geração de resíduos tóxicos; e conflitos com o meio urbano. (BARRETO, 2006).

A mineração empresarial, caracterizada pelo uso intensivo de capital e tecnologia e baixa utilização de mão-de-obra, normalmente especializada, tem contribuído para o crescimento regional, através da infra-estrutura implantada, dos empregos indiretos gerados e dos impostos pagos. Os principais projetos de mineração na Amazônia têm apresentado controle ambiental bastante satisfatório, com destaque para Carajás, que constrói barragens de rejeito para contenção de resíduos sólidos e refloresta, com espécies vegetais locais, as zonas de exploração não mais utilizadas. Porém, indiretamente, tem agravado o problema social da região, "por criar pólos de atração e facilidades para a penetração das correntes migratórias". (SANTOS, Mai-Ago, 2002, p. 142)

A rodovia Transamazônica, ainda inconclusa, principalmente nos pontos de suas interligações com outras estradas, tem provocado: grandes migrações e êxodos; destruição da cultura indígena; grandes projetos agropecuários e grandes queimadas; propagação de doenças endêmicas; e explosão demográfica. A caça e a pesca predatórias em toda a Amazônia, próximo às estradas e grandes cidades causam: a extinção de mamíferos aquáticos e diminuição de populações de quelônios (tartarugas, cágados e jabutis) e peixes da Bacia Amazônica; e drástica redução de animais de valores econômico e ecológico. O crescimento populacional vertiginoso (migração interna) em Rondônia, Manaus, Belém e Amapá tem como conseqüência problemas sociais graves, sem contar a ocupação desordenada do solo com sérias conseqüências sobre os recursos naturais. (BARRETO, 2006).

A taxa de desmatamento é o principal indicador usado para avaliar sistematicamente a pressão humana sobre a cobertura vegetal na Amazônia. "No caso da Amazônia, a primeira coisa que é preciso entender é que hoje, aquela imensidão de terras baixas, com suas planícies, áreas de inundação e imensas florestas que permaneceram contínuas até a metade do século 20, está **realmente** ameaçada pela devastação". (AB´SABER, 2005, p. 22, grifo do autor). Se a selva perder mais de 30% de sua capacidade vegetal o desmatamento pode fazer o ciclo das chuvas na Amazônia entrar em colapso, em razão da diminuição drástica do vapor de água gerado pela floresta. A quantidade anual de chuva na bacia amazônica é estimada em 15 trilhões de m³ (INPA, 2003). O desflorestamento da selva e o aumento do efeito estufa podem causar sérias alterações no clima amazônico, pois sem a selva, as chuvas podem ser reduzidas entre 20% e 30%, e a temperatura média subir de 3 a 5 graus. (ARIAS, 28 Mai 2005).

O desmatamento indiscriminado na Amazônia, geralmente feito através de queimadas, alcançando cerca de dois milhões de hectares por ano, constitui um dos maiores problemas da região. Em 1988, a área total de devastação, visível a partir de imagens de satélites, atingiu 37, 8 milhões de hectares; em 1990, a área desmatada detectada bateu os 41,5 milhões de hectares, o que significa 13,31% da mata original, o equivalente ao território da França. Os estados do Pará, de Mato Grosso e de Rondônia - que atualmente

compõem a principal frente de colonização agrícola do país - lideram o ranking de desmatamento para extração de madeira. Em 2002, aproximadamente 47% do bioma Amazônia estava sob pressão humana. As áreas de pressão humana consolidada - incluindo desmatamento, centros urbanos e assentamentos de reforma agrária – cobriam 19% do bioma. As áreas de pressão humana incipiente, principalmente as zonas em torno de focos de incêndios em florestas (focos de calor identificados por satélite), cobriam 28% do bioma. Em resumo, somente nos 15 anos do período compreendido entre 1990 e 2005 foram devastados 28,8 milhões de hectares florestais, a metade de tudo o que foi destruído de 1500 a 1990, sendo que três quartos das derrubadas foram ilegais. (BARRETO, 2006; IMAZON, 8 Jun. 2006).

Um dos principais fatores que contribuem para o aumento do desmatamento são os projetos do governo federal para o assentamento de colonos. Os assentamentos efetuados nos últimos 30 anos ocuparam 261 mil km² da Amazônia Legal; somados aos 60 mil km² loteados pelos programas de colonização dos estados amazônicos no mesmo período, chega-se a um total de 321 mil km² já desmatados. (BARRETO, 2006). Para Ab'Saber (1997), os espaços de colonização oficial semiplanejados como as espinhelas-de-peixe conduzem a um resultado de devastação ambiental. O último caminho de devastação em uma faixa periférica da Amazônia foi o que evoluiu desde o contato dos cerrados e florestas pré-amazônicas, progredindo de sul para o norte, nos espaços de transição - fato denominado pela mídia de arco da devastação, abarcando o norte do Mato Grosso, Rondônia, norte de Tocantins e o sul-sudeste do Pará.

> Julgamos indispensável o conhecimento desses processos acontecidos no sul do Pará para evitar que eles se repitam em qualquer outra área da Amazônia florestada, sobretudo no que diz respeito à Amazônia ocidental. Rasgões produzidos em qualquer subárea da Amazônia por meio de rodovias, gasodutos e eixos-viários mal planejados, certamente podem multiplicar os caminhos de devastação [...]". (AB'SABER, 1997, p. 16).

Ao assentamento dos colonos soma-se um outro muito mais decisivo que consiste na expansão agropecuária, exatamente da lavoura de soja e da criação de gado bovino.

> O desmatamento está caminhando rapidamente por meio da agropecuária, da ação das madeireiras e do aproveitamento de uma mão-de-obra desqualificada que migrou para Amazônia em busca de trabalho e de condições de emprego e de sobrevivência. Porém, a realidade é a seguinte: paga-se valores de miséria para derrubar árvores que demoraram 400 anos ou mais para crescer, cujas toras, depois de cortadas, são vendidas aos intermediários estrangeiros a preços inimaginavelmente baratos. E essa mão-de-obra pobre, que é aliciada por toda parte - da mesma maneira que, um dia, os industriais fizeram para a região industrial de São Paulo - agora trabalha na destruição da floresta, em atividades de muito baixo rendimento social e familiar. (AB'SABER, 2005, p. 22).

Estima-se que a conversão direta de floresta para lavoura de soja e pasto respondeu por 23% do desmatamento registrado em 2003. Atualmente o Brasil é o segundo exportador de soja do mundo, depois dos Estados Unidos, e um dos maiores vendedores de carne bovina. Somente a União Européia importa do Brasil quase 40% das 578 mil toneladas de carne bovina que consome por ano. Segundo David Kaimowitz, diretor-geral do Centro Internacional de Pesquisas Florestais (Cifor), o consumo de carne brasileira na Europa e de soja para rações é uma das causas desse vertiginoso aumento do desflorestamento da Amazônia. (ARIAS, 28 Mai 2005).

Aqui a estratégia governamental deveria ser assegurar o respeito ao código florestal, incentivando o uso sustentável da reserva legal que toda propriedade particular deve manter. Nas áreas abertas, deveria ser estimulada a intensificação - a intensificação, não a expansão - da atividade agropecuária. O aumento da produtividade da pecuária, de cultivos perenes e anuais pode elevar a rentabilidade, ao mesmo tempo em que reduz a pressão para o desmatamento de novas áreas. Diante da falta de capital da maioria dos proprietários para financiar a intensificação, o governo, através de programas de crédito rural, assistência técnica e regularização fundiária, poderia auxiliar a transição da agropecuária extensiva para o modelo intensivo. (ARIMA E VERÍSSIMO, Set. 2001).

Outro fator preponderante corresponde à ação de madeireiras, sejam clandestinas, sejam consentidas e autorizadas. A devastação ocorre pelo seguinte processo: fazendeiros, colonos e até índios derrubam a floresta para plantar pastagens, vendendo as árvores cortadas às madeireiras, freqüentemente a preço irrisório; por sua vez, estas, especialmente as que trabalham na clandestinidade, atuam como parceiras no processo de

destruição, ao viabilizar o desmatamento nas propriedades rurais, embora também ajam isoladamente em várias áreas da floresta. Conforme estimativas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama (8 Dez. 2005), entre os anos de 1998 e 2004, só no sul do Pará, as mais de 2 mil madeireiras que atuam na região - das quais 27 são multinacionais, a maioria de origem asiática - foram responsáveis ou co-responsáveis pela abertura de mais de 3 mil km de estradas ilegais. Além dos problemas ambientais, não raramente a ação de madeireiras gera violência e desrespeito às leis, incluindo a montagem de uma estrutura policial privada ilegal. (SOARES FILHO, Ago. 2005).

Não obstante possuir um moderno sistema de vigilância aérea, capaz de detectar incêndios, desflorestamentos e ocupação ilegal, o Sivam, e apesar também de possuir uma legislação exigente e moderna de defesa da natureza, um dos maiores problemas no combate ao desmatamento está na área da fiscalização. Estima-se que haja um fiscal federal para cada 18.500 km². (ARIAS, 28 Mai 2005). Segundo o Greenpeace, apenas 30% da madeira ilegal extraída na região consegue ser apreendida pelos fiscais do Ibama. Levantamentos feitos por meio de satélites Landsat pelo Instituto Nacional de Pesquisas espaciais - Inpe (8 Dez. 2005) mostram que, entre 1994 e 1995[11], foram desmatados na Amazônia 29 mil km²; em 1995/1996, esse índice caiu para 18 mil km², atingindo 13 mil km² entre 1996 e 1997. No período seguinte (1997/1998), o índice voltou a subir, atingindo 17 mil km² - o ideal, para o Inpe, seria que esse número regredisse aos 12 mil km²/ano. O pico de desmatamento verificado em 1994/1995 explica-se principalmente pela falta de fiscalização. Após esse período, inclusive devido à pressão de ONGs, o aumento da fiscalização fez com que os números caíssem e se estabilizassem. As taxas de desflorestamento mais recentes indicam um agravamento da situação - entre 2002 e 2003, 24.865 km^2; entre 2003 e 2004, 27.361 km^2 - seguido, no biênio 2004-2005, de uma redução de mais de 31% sobre a taxa recorde de 2003-2004.

Além dos problemas ambientais, a região amazônica apresenta relativamente altos índices de ilícitos. Dentre os problemas que afligem a Amazônia, um que fere diretamente os interesses nacionais, particularmente econômicos, é a biopirataria, ou seja, o envio ilegal de plantas - ou suas partes, sementes, frutos, óleos, gomas, essências - e animais para o exterior objetivando a extração de substâncias que possam levar à criação de cosméticos e remédios. Por exemplo, o princípio ativo de inúmeros medicamentos hipertensivos – setor que movimenta 500 milhões de dólares anualmente – é retirado de serpentes brasileiras, como a jararaca, sem que o país tenha nenhum retorno financeiro por essa exploração. No comércio internacional de venenos ofídicos um grama de veneno de jararaca vale 600 dólares e de cascavel, 1200 dólares. (REVISTA CIÊNCIA HOJE, 8 Dez. 2003). O contrabando de riquezas amazônicas como ouro, diamantes, minérios, gemas preciosas e semipreciosas, madeira nobre, látex, animais, etc. também ocasiona considerável prejuízo à economia interna. A situação é ainda mais dramática no que se refere aos animais, pois em cada dez animais traficados, apenas um chega ao destino final, nove morrendo na captura ou durante o transporte. (INPA, 2004).

O tráfico de drogas, principalmente o praticado ou estimulado pela guerrilha colombiana, é outro dos problemas amazônicos, indicado pela grande quantidade de pistas de pouso clandestinas existentes na região. Os principais grupos guerrilheiros daquele país são as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia - Ejército del Pueblo* (FARC-EP), com cerca de 18.000 membros e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), com cerca de 3.500 membros .As FARC são forças paramilitares violentas, que atuam na Colômbia desde a década de 1960. A partir do pretexto ideológico de cunho marxista, as Farc têm atuado como grupo narcotraficante, estabelecendo o controle produtivo e militar de aproximadamente um terço do território nacional, inclusive mantendo laboratórios de refino de cocaína na floresta colombiana. Além disso, dispõem de relativa capacidade de ação criminosa nos outros dois terços, pela prática de seqüestros, terrorismo, assassinatos,

---

[11] A referência a biênios segue a metodologia do Projeto de Estimativa do Desflorestamento Bruto da Amazônia (Prodes) do Inpe, em que as taxas são anualizadas de 1º de agosto do ano anterior a 31 de julho do ano de referência.

lavagem de dinheiro, no afã de desmoralizar o sistema legal colombiano. Segundo estimativa das Forças Armadas Colombianas, as FARC-EP movimentam entre 200 e 400 milhões de dólares por ano; metade desses recursos seria proveniente do narcotráfico, complementado por seqüestros, extorsões e recrutamentos forçados. Além das forças governistas, as forças guerrilheiras de oposição ao governo são combatidas por grupos paramilitares de direita, sendo a *Autodefensas Unidas de Colômbia* (AUC), o mais atuante e importante deles. A AUC conta com cerca de 8.000 membros e financia suas atividades de maneira semelhante aos grupos guerrilheiros, inclusive por meio de seqüestros e tráfico de drogas. O Exército colombiano tem sido acusado de ser conivente com as atividades da AUC, responsabilizados pela maioria dos massacres cometidos contra a população rural. (CIP, 19 Jan. 2006).

A extensa e permeável fronteira amazônica do Brasil com a Colômbia facilita que esses guerrilheiros façam incursões em território brasileiro, principalmente graças à intensificação dos conflitos decorrentes dos planos Colômbia e Patriota. Integrantes das Farc estão espalhados por mais de mil quilômetros ao longo da fronteira entre São Joaquim, no extremo oeste da região conhecida como Cabeça-de-Cachorro, e Tabatinga, normalmente, acampando a apenas 50 quilômetros do limite com o Brasil. É sabido que esses guerrilheiros não estão ainda mais próximos porque a fronteira Brasil-Colômbia é constituída por terras de baixa altitude, impróprias ao cultivo da coca com maior quantidade do alcalóide da cocaína[12]. Todavia, essa proximidade reflete diretamente no Brasil, com a ocorrência do recurso à área amazônica nacional como refúgio, fonte de insumos para processamento e refino da coca (querosene, carbonato de sódio, ácido sulfúrico, ácido clorídrico, permanganato de potássio, amônia, acetona, éter, entre outros) e outras provisões e transação de armas e de drogas ilegais. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1999).

[12] A variedade Epadu ou Ipadu, encontrada no nordeste do Peru, sul da Colômbia e oeste do Brasil, é primariamente cultivada por indígenas para seu próprio consumo; possui baixa produtividade por não possuir grande concentração do alcalóide da cocaína.

A respeito das questões fronteiriças, é preciso ressaltar que a região amazônica abrange uma área internacional que envolve nove países, sendo mais de onze mil quilômetros de fronteiras terrestres e mais de mil e seiscentos quilômetros de litoral. A Amazônia brasileira faz fronteira com seis países (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname) e um território colonial (Guiana Francesa), com os quais o Brasil mantém relações estáveis de cooperação. Pode-se afirmar que o Brasil não tem problemas de fronteira com nenhum dos países da região, porém, apresenta problemas na fronteira. No arco setentrional da Amazônia destaca-se o contencioso entre a Venezuela e a Guiana pela posse da bacia do Essequibo, território guianense localizado a oeste do rio Essequibo. As evoluções do caso poderiam suscitar tentativas de revisão das fronteiras com o Brasil naquela região e, ademais, um conflito armado, entre aqueles dois países, poderia afetar a segurança do território brasileiro na área limítrofe com o Essequibo. Dado que uma operação militar venezuelana seria facilitada ao usar as planícies de Roraima para contornar o terreno escarpado e montanhoso de sua fronteira com a Guiana, em fins de 1999, o Exército brasileiro realizou manobras em larga escala na fronteira com a Venezuela, sinalizando que não permitiria que tropas venezuelanas usassem esta região como passagem. (BRASIL, 28 Dez. 2000).

Outro item que constitui problemas na fronteira amazônica refere-se às FARC, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. As FARC não são consideradas pelos Estados Unidos como um grupo narcotraficante apenas, mas também são consideradas forças terroristas e, como tais, constituem alvo de ação da atual política americana de combate ao terrorismo. Como as FARC atuam na área de fronteira brasileira, principalmente visando ao abastecimento de gêneros alimentícios, combustíveis e outros artigos, de forma pacífica, em virtude da livre navegação dos rios da região, certamente constituem fonte de preocupação militar de defesa das fronteiras amazônicas. (LESSA, 2003). A preocupação não diz respeito apenas ao potencial de ilícitos que normalmente acompanham a atividade de narcotraficantes - contrabando, por exemplo -, mas também objetiva-se evitar despertar um mal-estar estrutural nas relações com os Estados Unidos. Nas palavras de Lessa (2003, p. 240, grifos do autor), "o conceito de *american first*

predomina no unilateralismo exacerbado, [...], a guerra total contra o terrorismo, uma nova versão da guerra contra o comunismo". Segundo a lógica segundo a qual "quem não está comigo está contra mim", faz-se necessário que o sistema de defesa do país combata a passagem das FARC pelas fronteiras amazônicas. (LESSA, 2003, p. 240).

Quanto ao denominado Plano Colômbia, e a conseqüente ajuda financeira do governo dos Estados Unidos destinada ao combate aos grupos guerrilheiros, o Brasil, particularmente representado pelas Forças Armadas, teme ver a militarização e a ingerência de países de fora do cenário regional, como são os Estados Unidos, justamente em suas fronteiras menos guarnecidas. (VIZENTINI, Dez. 2001).

O tráfego aéreo ilícito ocorre no Brasil principalmente na região da fronteira Norte da Amazônia, que recebe aproximadamente 1,5 mil tráfegos aéreos desconhecidos por ano. Calcula-se que desse montante, 90% estão relacionados a atividades ilegais, especialmente, tráfico de armas e drogas (cocaína e heroína) e contrabando de riquezas da região, trazendo danos financeiros e sociais ao país. Trata-se de atividades consideradas lesivas aos interesses nacionais, principalmente o narcotráfico, que possui forte influência corruptora devido ao poder econômico que é capaz de gerar. Recentemente, até militares da FAB foram presos pelo seu envolvimento com organizações internacionais ligadas ao narcotráfico. Em razão da grande extensão de fronteira, as aeronaves clandestinas interceptadas, geralmente, de pequeno porte, conseguem facilmente livra-se de uma abordagem ou perseguição, justamente ao cruzar a fronteira nacional.

Isso ocorre porque não está em operação uma articulação internacional entre os países da região para restringir a prática dos vôos clandestinos. Essa articulação resultaria de acordos diplomáticos entre os países amazônicos, permitindo ações coordenadas entre suas Forças Aéreas. Dessa forma, qualquer aeronave em situação irregular, uma vez interceptada, seria obrigada, sem alternativas, a pousar num desses países, possibilitando a atuação efetiva das autoridades competentes e, com isso, coibindo os ilícitos na região. Como o Brasil é quase o único país da região que implantou um sistema de vigilância e proteção (SIVAM-SIPAM), seria necessário viabilizar o

fornecimento de dados e informações acerca do tráfego aéreo não cooperativo à maioria dos países contratantes dos acordos.

A AÇÃO GOVERNAMENTAL: POLÍTICAS DE DEFESA DA AMAZÔNIA DE 1985 A 2006

Além dos problemas e desafios oriundos dos aspectos geopolíticos de sua gigantesca extensão territorial, a Amazônia Legal foi, ao longo de sua história, palco de políticas regionais desencontradas e conseqüentes desperdícios de recursos financeiros e sócio-ambientais. No período de 1965 a 1980, durante os governos militares, patrocinadores do slogan pró-amazônico "integrar para não entregar", uma das principais vertentes da política de desenvolvimento do Governo Federal foi justamente integrar a região amazônica ao restante do país. O plano de integração, como estratégia de defesa, pregava a ocupação humana através de programas de colonização e grandes projetos de infra-estrutura, principalmente no setor de rodovias denominadas "integradoras", mineração e eletricidade. (BECKER, 1990). Já na década de 1960, a preocupação com a ocupação e vivificação das fronteiras amazônicas como estratégia de garantir a soberania brasileira naquele território já se fazia sentir no meio militar. Conforme afirmam Martins Filho e Zirker (2001, p. 263), "A criação [...] do Plano de Integração Nacional e dos projetos rodoviários como os da Transamazônica refletiram a crescente percepção militar de que a fronteira vazia era fundamentalmente vulnerável à cobiça estrangeira".

Entre os projetos desse período, podem ser citados: a construção da hidrelétrica de Tucuruí; a descoberta e o desenvolvimento da extração mineral de Carajás, no sul do Pará; a construção da ferrovia Carajás à Ponta da Madeira, e do porto na Baía de São Marcos; a construção da Alumar, em São Luís (MA); a construção da Albrás-Alunorte, em Bacarena (PA), a criação da mineradora Rio do Norte, extraindo bauxita no rio Trombetas; o Projeto Jari, etc. A respeito da questão estratégica especificamente foi implementado o projeto "Radam" (Radar da Amazônia), que empreendeu o primeiro inventário científico do solo e subsolo da região.

Os projetos de infra-estrutura supracitados envolveram grande mobilização de recursos, com investimentos públicos e privados de grande escala, e também grandes deslocamentos humanos. Esse esforço governamental contribuiu para a expansão demográfica e da fronteira agrícola, pecuária, mineral e industrial, mas não promoveu efetivamente a propalada ocupação integradora, além de também estimular tensões sociais na região: disputas por posse de terra e invasões de áreas indígenas. Essa situação foi gerada e se agravou em virtude do atraso de uma política nacional de preservação ecológica e desenvolvimento social que estivesse integrada à política de desenvolvimento econômico então vigente.

Muitos projetos, como o da rodovia Transamazônica, mostraram-se excessivamente agressivos à natureza e às peculiaridades regionais, caracterizando-se pela improvisação e negligência quanto a conseqüências ecológicas. Soma-se a esse quadro uma precária infra-estrutura de fiscalização e repressão estatal, em que se inclui o fator da corrupção, frente à atuação de garimpeiros clandestinos poluentes fluviais, de madeireiras predatórias, de guerrilheiros estrangeiros amiúde ligados ao narcotráfico e de falsos missionários contrabandistas de armas e da biodiversidade florestal, favorecidos pelos 1600 km de fronteiras mal sinalizadas, com insignificante presença social e governamental, civil ou militar.

Esse panorama acabou gerando vários protestos na comunidade internacional, especialmente a partir dos anos de 1980, com o desenvolvimento da detecção por satélite de desmatamentos e focos de incêndio destruindo a mata virgem. Governos e organizações não-governamentais de países desenvolvidos, particularmente do G7 (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Japão), acusavam o Brasil e outras nações amazônicas de incompetência e irresponsabilidade ecológica pela destruição do ecossistema e biodiversidade amazônicos, pela queima e desmatamento indiscriminado da floresta, poluição dos rios por mercúrio dos garimpos; de não promover o desenvolvimento da região de forma racional e sustentável; e de não garantir a integridade física dos povos indígenas que habitam a região. (LOURENÇÃO, 2003).

Assim, com essa pressão da comunidade internacional, a partir de meados da década de 1980, houve algumas modificações no plano do discurso e no das políticas governamentais empreendidas na Amazônia. Primeiramente, em relação ao modelo de fomento ao desenvolvimento e de defesa da Amazônia; se durante o regime militar, a estratégia para a região pregava a ocupação humana através de grandes projetos de infra-estrutura, no período posterior, o modelo foi sendo substituído pela valorização da presença do Estado na região (Programa Calha Norte), posteriormente, através do uso de tecnologia de inteligência artificial (Sivam). Outro fator inédito foi a adoção do tema ambiental para justificar os empreendimentos de defesa; o apelo ecológico foi o grande marketing do Sivam, sendo o desenvolvimento sustentável, com o significado de gerar riquezas sem destruir o meio ambiente, a palavra de ordem do discurso oficial. (LOURENÇÃO, 2003).

Nessa linha, o Governo Federal acenou com a viabilidade de substituir grandes empreendimentos do passado - como a Fordlândia, das décadas de 1930 e 1940, de capital estrangeiro; o projeto Jari[13], na década de 1970, do empresário norte-americano Daniel Ludwig; projetos de exportação de madeira, garimpo e pecuária extensiva - por novos empreendimentos com suporte na biotecnologia, inteligência artificial, no cooperativismo, ecoturismo e no conhecimento estratégico da região. Por exemplo, todos os 17 projetos do Programa de Ações Estratégicas 1998/1999 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)[14] contemplavam macroplanejamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de desenvolvimento regional, desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento social, reorientação da base produtiva, além de modernização administrativa e organização da própria Sudam. Esses projetos envolviam recursos orçamentários oriundos dos acordos de cooperação internacional celebrados com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com a Organização dos

[13] Posteriormente o projeto Jari foi nacionalizado e redirecionado para a produção de caulim e celulose branqueada, próximo à fronteira entre o Pará e o Amapá.

[14] A Sudam foi extinta em 02/05/2001, pela medida provisória 2.145, sendo criada, em seu lugar, a Agência de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de desenvolvimento da Amazônia.

Estados Americanos (OEA) e com a Organização das nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). (BCDAM, 8 Dez. 1999).

Um outro exemplo desta reorientação tem-se no modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (ZFM) que, durante esse período, através de incentivos fiscais e extrafiscais, alavancou um processo de desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental assentado em novas bases. Mediante identificação de oportunidades, atração de investimentos e formação de parcerias, objetivou-se a auto-sustentabilidade dos empreendimentos, a geração de empregos e renda e a melhor distribuição de riquezas. Com isto, a Suframa proporcionou um acentuado crescimento do setor industrial – em 1990, atingiu um faturamento de US$ 8,4 bilhões, gerando 80 mil empregos diretos; em 1996 o faturamento foi de US$ 13,2 bilhões – caracterizado pelo acesso a modernas tecnologias, substituição de importações e desenvolvimento de uma indústria nacional de componentes e outros insumos (BCDAM, 8 Dez. 1999).

Um terceiro exemplo dessa nova mentalidade que foi ganhando espaço no discurso público e na ação governamental pode ser observado no pronunciamento do embaixador Luiz Felipe Lampreia, na condição de ministro brasileiro das Relações Exteriores, por ocasião da V Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)[15], realizada em Lima, em dezembro de 1995. Em seu discurso, o ministro afirmou que o conceito de desenvolvimento sustentável, aliado à consciência sobre a riqueza do patrimônio ambiental amazônico, particularmente de sua biodiversidade, teriam fortalecido nos países membros o "sentimento" de que a Amazônia tem uma importância central em seus projetos de desenvolvimento econômico e social, e de que seria possível o desenvolvimento da região

[15] O TCA foi firmando em Brasília, aos 3 de julho de 1978, teoricamente como um instrumento multilateral para promover a cooperação entre os países amazônicos – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – em favor do desenvolvimento da região.

em harmonia com a utilização racional e sustentável dos seus recursos naturais em benefício das suas populações. (BRASIL, MRE, 8 Dez. 1999).

O PROGRAMA CALHA NORTE

O "Programa de desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas" ou, abreviadamente, Programa Calha Norte (PCN) foi iniciado em 1985, a partir da aprovação da Exposição de Motivos nº 018/85, encaminhada pelo general Rubens Denys, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, ao presidente José Sarney. Essa Exposição de Motivos trazia uma análise das características geográficas e dos aspectos ambientais, psicossociais, demográficos e militares, alertando para a necessidade de que o Estado estabelecesse medidas destinadas a enfrentar as carências mais importantes da área, em particular as de caráter sócio-econômico, e assegurar a soberania e a integridade territorial naquela região. (BRASIL, Governo Federal, 1985). A região ao norte (margem esquerda) da calha dos rios Amazonas e Solimões abrange a totalidade dos estados do Amapá e Roraima e parte dos estados do Amazonas e Pará. Atravessada pela linha do Equador na sua parte central, esta região totaliza uma área de mais de um 1.200.000 km2, correspondente a 1/3 da Região Norte e cerca de 14% do território brasileiro, junto à faixa de fronteira setentrional e ocidental com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. (BRASIL, Presidência da República, 1993).

A referida Exposição de Motivos analisava que algumas peculiaridades da região agravavam sua vulnerabilidade político-estratégica: área de mais de 1,2 milhões de km^2, contrastada com uma população de apenas 2,3 milhões de habitantes, concentrados, em sua maioria, nas cidades de Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Macapá (AP), correspondente a apenas 1,5% da população brasileira; presença de índios, em diversos graus de aculturação, representando 0,04% da população nacional e 22,7% de toda a população indígena do país; falta de integração ao território nacional, com reduzida presença de brasileiros, ainda mais crítica ao longo das áreas próximas aos mais de seis mil km de extensão da linha de fronteira; acentuada carência de recursos sociais básicos,

especialmente na área da saúde, à exceção dos grandes centros de Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Macapá (AP); incipientes vias de comunicações e transportes terrestres, a maioria dependente das condições climáticas; solos sujeitos à erosão e à rápida perda de nutrientes, dependentes da cobertura vegetal, sendo os solos férteis, em geral, restritos às orlas ribeirinhas; subsolo extremamente rico em recursos minerais, identificados em sua maior parte; utilização predatória de recursos naturais, com degradação do solo, flora e fauna em alguns pontos da região; existência de narcotráfico, sendo que a plantação, colheita, refino e comercialização de epadu (coca) movimentam recursos financeiros que, muitas vezes, neutralizam a presença do poder público da região; ocorrência de contrabando e descaminho de recursos minerais diversos; desordenada atividade de garimpagem, acarretando danos ao meio ambiente, com graves deficiências sociais e trabalhistas; por fim, problemas decorrentes de conflitos envolvendo, especialmente, índios, posseiros, garimpeiros e empresas de mineração. (BRASIL, Governo Federal, 1985).

A exposição de motivos, antecipando a montagem do Programa Calha Norte, considerou que um planejamento abrangente de médio e longo prazo, diferentemente de esforços isolados, poderia direcionar a atuação governamental e a da iniciativa privada, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável da região, de modo adequado aos interesses nacionais. Além disso, as soluções sugeridas pelo documento apontavam que a integração dessa região geoeconômica ao resto do país contribuiria para a manutenção de um nível adequado de relacionamento com os vizinhos, por meio de canais de cooperação técnica, econômica, comercial e cultural, podendo esperar-se, como decorrência desse incremento quantitativo e qualitativo nas relações, que o Brasil despontasse como parceiro confiável e cooperativo para o desenvolvimento recíproco. (BRASIL, Governo Federal, 1985), Portanto, o PCN surgiu "em função da incapacidade do TCA em dar respostas satisfatórias à proteção do país". (MIYAMOTO, Fev. 2002, p. 10).

Em face dessas premissas, o estudo listou o que considerou como necessidades fundamentais e imediatas: intensificação das relações bilaterais com países vizinhos, com destaque para as trocas comerciais; aumento da presença brasileira na área, com base na ação pioneira das Forças Armadas; proteção e assistência às populações

indígenas da região; intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira; ampliação da infra-estrutura viária; aceleração da produção de energia local; estímulo à interiorização de pólos de desenvolvimento, com base na identificação da vocação sócio-econômica da região; ampliação da oferta de recursos sociais básicos; e incremento da colonização, baseada nas populações da própria região e na assistência dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela condução da política agrícola do país. (BRASIL, Governo Federal, 1985).

Considerando a amplitude e complexidade das tarefas a serem empreendidas, bem como a impossibilidade de obtenção, a curto e médio prazo, de recursos financeiros que permitissem concretizar aquelas tarefas, o governo definiu duas concepções estratégicas de ação: implementação de "projetos especiais", denominados em seu conjunto de "Programa Calha Norte", com participação coordenada de órgãos federais e estaduais, no atendimento de necessidades fundamentais e imediatas da região; e projetos subseqüentes, compatíveis com as diretrizes gerais do "Plano de Desenvolvimento da Amazônia" e com as recomendações contidas no capitulo "Desenvolvimento Regional" do "I Plano Nacional de desenvolvimento", relativo ao período compreendido entre 1986 e 1989. (BRASIL, Presidência da República, 1993).

A implementação dos projetos especiais foi iniciada em 1986, com previsão de conclusão para o ano de 1991, o que não ocorreu, em virtude das dificuldades econômicas do país. A designação dos diversos órgãos federais e estaduais para áreas selecionadas da faixa de fronteira procurou atentar à aptidão e localização física de cada órgão. Assim, por exemplo, a Funai incumbiu-se de concentrar seus esforços na região habitada pelos índios Ianomâmis. Por seu turno, ao norte e leste de Roraima, assim como em Tabatinga (AM), a prioridade recaiu sobre as medidas de revisão dos esquemas do comércio fronteiriço. Nesse contexto, a presença militar serviria de base logística para apoio aos demais órgãos federais e estaduais, particularmente nos setores da educação, saúde, transporte e telecomunicações. (BRASIL, Presidência da República, 1993).

Entre os projetos especiais previstos e desenvolvidos, estavam os seguintes: Projeto especial para incremento das relações bilaterais com países vizinhos, pela ação do Ministério das Relações Exteriores, através da instalação de postos diplomáticos na fronteira; Projeto especial para aumento da presença militar na faixa de fronteira, cabendo à Marinha intensificar as atividades relativas à segurança da navegação e o controle e patrulhamento de embarcações, ao Exército a ocupação física e vigilância de pontos sensíveis da fronteira e suas vias de acesso[16], e à Força Aérea a manutenção de uma infra-estrutura aeronáutica capaz de apoiar a ação das outras armas; Projeto especial para incremento das ações da Funai na faixa de fronteira, através do fortalecimento de sua estrutura operacional (construção e reforma de postos indígenas, instalação de postos de vigilância, implantação e melhorias de aeródromos, aquisição de viaturas e equipamento de radiocomunicação), necessária à condução da política indigenista, priorizando a demarcação de áreas nas comunidades indígenas em estágio inicial de contato, como a Ianomâmi; Projeto Especial para recuperação dos marcos limítrofes - tarefa que constitui um prolongamento do trabalho diplomático, sendo realizada em bases bilaterais, por comissões mistas - dotando as equipes brasileiras de demarcação de limites de equipamentos e recursos e possibilitando a manutenção das sedes e subsedes das Comissões Demarcadoras[17]; Projeto Especial para ampliação da infra-estrutura viária, implementado a partir de 1987; e Projeto Especial para ampliação da oferta de recursos sociais básicos - decorrente da regulamentação do inciso 1, do Art. 17, do Estatuto do Índio - com implantação e desenvolvimento nas áreas de saúde, educação e abastecimento de alimentos,

---

[16] Para que o Exército se fizesse presente na faixa de fronteira foi necessária uma reestruturação da força: organização do Comando de Fronteiras do Rio Negro, com a criação do 5º Batalhão Especial de Fronteira (São Gabriel da Cachoeira - AM); reorganização do Comando de Fronteira de Roraima; organização e articulação dos Comandos de Fronteira do Solimões e do Amapá, equipando-os adequadamente; e criação de um Pelotão Especial de Fronteira em Tiriós, no Pará. (RUMBELSPERGER, Out. 1994.).

[17] No que diz respeito à fronteira setentrional do Brasil, a incumbência de zelar pelos limites definidos em atos internacionais é da Primeira Comissão Demarcadora de Limites, com sede em Belém. Essa unidade funcional, vinculada ao Itamaraty, é responsável pela inspeção unilateral das fronteiras, bem como, pelas campanhas bilaterais de inspeção, caracterização e reconstrução de marcos fronteiriços.

nos municípios da faixa de fronteira Norte. (BRASIL, Presidência da República, 1993; SAE/PR, 1998).

Em suma, o Programa Calha Norte objetivava fortalecer a presença do Estado, incluindo a das Forças Armadas, numa região bastante extensa, uma das mais despovoadas do planeta - com densidade demográfica de cerca de 1 habitante por km^2, comparável à Sibéria e ao Alasca, significando 1,5% da população nacional, constituída parcialmente por indígenas - e muito afastada da capital do país e dos principais centros de desenvolvimento, contando com apenas um grande pólo de desenvolvimento político-sócio-econômico, localizado em Manaus (AM), e outros dois menores, em Macapá (AP) e Boa Vista (RR). De acordo com a percepção governamental, essa região tinha se constituído num desafio e preocupações constantes quanto à sua efetiva integração ao contexto nacional, devido, entre outros fatores, aos aspectos geopolíticos, sobretudo às dificuldades impostas pelo meio-ambiente, particularmente ao afastamento acentuado pelo obstáculo natural das calhas dos rios Solimões e Amazonas, limitando o acesso terrestre. O aumento da presença militar nas áreas de fronteira tenderia a dificultar a prática de ilícitos, fortalecendo o sistema de defesa e de proteção da região. (SAE/PR, 1998).

Considerando essa vulnerabilidade geopolítica, o Calha Norte previa a instalação de pequenas unidades militares, que contribuíssem com o aumento da densidade populacional, através do estabelecimento de vilas e povoados, como historicamente tem ocorrido na Amazônia brasileira. Portanto, objetivando primordialmente garantir a soberania e integridade territorial da região, o Programa Calha Norte - além da vigilância terrestre, aérea e naval - também buscava enfrentar as carências sócio-econômicas sofridas pelas populações locais, visando a colonização e o desenvolvimento dessa área e sua conseqüente integração ao restante do Brasil, através da implantação, manutenção e desenvolvimento de infra-estrutura básica como escolas, hospitais, estradas, energia, etc. (BRASIL, SAE/PR, 1998).

No entanto, apesar de em sua concepção original prever a ação dos vários ministérios não-militares, provendo a região com infra-estrutura de ensino, saúde, moradia,

transporte, etc., o Calha Norte ficou estigmatizado como um projeto militar e de militarização da Amazônia. Na prática, o programa ficou limitado à criação de pelotões de fronteira, com pequenos efetivos, nas proximidades dos quartéis já existentes ou dos campos de pouso da Força Aérea ou dentro do alcance dos navios da Marinha, em razão do apoio logístico; os ministérios civis tiveram pouca inserção no programa. Pela análise da alocação de recursos destinados aos órgãos executores do programa Calha Norte, constata-se que 79% das verbas serviram a objetivos militares: 46% das verbas foram dirigidas ao Ministério do Exército, para a ampliação e melhoria dos quartéis, aquisições de armamentos e embarcações; 22% das verbas foram destinadas ao Ministério da Marinha, para construção de navios-patrulha, de uma base naval no Pará e da estação naval do Rio Negro; 10,5% ficaram com o Ministério da Aeronáutica, para a manutenção, melhoria, construção e ampliação de aeroportos e pistas de pouso. (BRIGAGÃO, 1996).

Na fase em que o orçamento do programa convergiu acentuadamente para finalidades militares, devido ao seu caráter de confidencialidade, o Calha Norte era basicamente ignorado, sendo pouco debatido no meio político e ministerial, em discussões baseadas em dados insuficientes. Mais recentemente, procurando extirpar o estigma de projeto militar, o PCN, em processo de renovação conceptual, passou a concentrar-se na luta contra o tráfico de drogas, com a implantação de postos da Polícia Federal, e no incremento da assistência e proteção às comunidades indígenas, contribuindo com a demarcação de suas terras.

Quando, a partir de junho de 1994, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR) finalmente assumiu todas as tarefas pertinentes ao projeto[18], percebe-se que novos temas concernentes à ecologia e aos valores culturais, secundários na formulação original do Calha Norte, foram destacados. Nessa época, as premissas definidas para regular o planejamento das ações de governo na Amazônia

[18] A rigor, já a partir de 1990, o Calha Norte começou a estar sob a responsabilidade da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR), através da Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos.

preconizavam que a utilização de recursos naturais deveria obedecer simultaneamente a três requisitos essenciais: que seu uso fosse "economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável". O mesmo documento atentava para a importância de se reconhecer e valorizar as características e peculiaridades da sociedade e cultura amazônicas, como elementos decorrentes das condições ecológicas, antropológicas e históricas. Passou-se a destacar no Calha Norte, a ação coordenada das diversas esferas governamentais e proporcionando "o desejado equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente" (SAE/PR, 1998, p. 19).

As concepções de ação coordenada e desenvolvimento sustentável - que seriam, mais tarde, as principais tônicas da formulação original do projeto Sivam - traduzem a nova mentalidade que foi sendo impressa no Calha Norte, após aproximadamente dez anos de seu início. Formulou-se que o objetivo primordial de garantir a soberania e integridade territorial da região seria alcançado não só pela vigilância terrestre, aérea e naval; seria igualmente necessário enfrentar as carências sócio-econômicas sofridas pelas populações locais, visando à colonização e ao desenvolvimento da região e sua conseqüente integração ao restante do Brasil, incluindo a implantação dos itens de infra-estrutura básica, como escolas, hospitais, estradas, energia, etc.; por fim, citava-se a importância de se valorizar a sociedade e as culturas locais. Exemplos de como esses novos temas aumentaram seu espaço na agenda governamental para a Amazônia podem ser encontrados nas definições da SAE/PR para o programa. A respeito do planejamento estratégico, consta que precisaria ter sempre em vista: "elevar o nível e a qualidade de vida da população por intermédio da expansão do emprego produtivo, do acesso aos bens e serviços produtivos e das formas de participação social". Em outro excerto, apregoam-se as seguintes diretrizes gerais para guiar as ações de governo, a política de ocupação da Amazônia e o uso de recursos naturais: disciplinar as atividades econômicas e estabelecer um ordenamento territorial que "compatibilize os objetivos sócio-econômicos com os aspectos ambientais"; intensificar o desenvolvimento da ciência e tecnologia, estabelecendo "ampla coordenação de todos os órgãos e segmentos de pesquisa em desenvolvimento na Amazônia", de forma a atrelar efetivamente a pesquisa à ação

planejadora, baseando o processo de ocupação regional em conhecimentos sobre a região; valorizar a cultura das sociedades indígenas, com o propósito de integrá-las progressivamente "à comunhão nacional", estendendo-lhes "a proteção das leis pátrias em igualdade de condições" com os demais brasileiros, preservando, delimitando e demarcando suas terras. (BRASIL. SAE/PR, 1998, p. 26).

No primeiro governo do presidente Lula (2002-2006), através da Exposição de Motivos nº 616, de 19 de janeiro de 2003, o PCN teve sua área de abrangência aumentada, estendendo-se aos estados do Acre e Rondônia. Com essa ampliação, o PCN passou a cobrir uma área de mais de dois milhões de quilômetros quadrados, atingindo 151 municípios, dos quais 95 se encontram em área de fronteira. Em termos de arquitetura organizacional, atualmente o PCN está subordinado ao Departamento de Política e Estratégia da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa[19]. (Nascimento, 2005).

O SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM

O Sivam é a infra-estrutura técnica e operacional de um programa governamental multiministerial, o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), cujos objetivos são a defesa e a garantia da soberania brasileira na Amazônia Legal, priorizando a sistematização e otimização das ações governamentais na região[20]. Formado por um conjunto de recursos que compõe um sistema de aquisição e processamento de dados, constituindo uma rede integrada de telecomunicações e controle sobre todo o espaço aéreo e terrestre da Amazônia Legal, o Sivam procura gerar informações destinadas aos órgãos governamentais que atuam na região.

---

[19] Para uma relação das atividades realizadas ao longo da história do PCN, cf o *site* do Ministério da Defesa, <www.defesa.gov.br>.

[20] Para maiores explicações sobre o processo governamental de institucionalização do Sivam, bem como sobre sua infra-estrutura operacional, cf. Lourenção, 2003.

Concebido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) em conjunto com os Ministérios da Justiça e da Aeronáutica, o Sipam-Sivam, foi preliminarmente apresentado ao Presidente da República Collor de Mello em setembro de 1990, tendo sido inaugurado em agosto de 2002. A exposição de motivos original, identificando os problemas existentes na Amazônia Legal, particularmente a ocorrência de ações ilegais com expectativa de seu incremento, fazia referência à necessidade de estabelecer uma vigilância sistematizada na região, com o acréscimo da segurança do tráfego aéreo; e de construir um sistema eficiente de produção e processamento de informações qualificadas sobre e para a região amazônica, com a função de subsidiar ações governamentais coordenadas. Esses sistemas de informações e de vigilância propiciariam um conjunto integrado de políticas regionais e de defesa para a Amazônia que, enquanto combatesse os ilícitos (contrabando, tráfico de drogas, destruição ambiental) favorecesse também a preservação racional e o desenvolvimento sustentado da região e da população local. (SAE/PR, 8 Dez. 1998).

Em sua concepção, o Sivam possibilita que a defesa da Amazônia seja viabilizada por equipamentos tecnológicos, substituindo, parcialmente, a presença humana como meio de manter a segurança e subsidiar o desenvolvimento da região. Seu sistema de inteligência artificial é capaz de disponibilizar conhecimentos aplicáveis à análise de situações, à tomada de decisões e ao planejamento de ações estratégicas e/ou emergenciais. Enfatizando a ação inteligente baseada em informações críticas e precisas, o Sivam objetiva melhorar a utilização de recursos, pela ação coordenada e integrada de órgãos atuantes na Amazônia. Isso porque a falta de ferramentas capazes de estabelecer um bom nível de comunicação e coordenação entre os representantes dos órgãos governamentais, e de gerar e processar informações úteis, integradas e adequadas sobre as potencialidades e limitações da Amazônia seria, entre outros, fator determinante da recorrente ineficácia governamental na região. Por exemplo, o conhecimento a respeito da sensibilidade do ecossistema amazônica poderia nortear políticas agrícolas e de colonização para a região. (SAE/PR, 8 Dez. 1998).

Com a implantação do Sivam, o Estado brasileiro tem conseguido aumentar sua credibilidade e conquistar a confiança da opinião pública mundial de que quer e é capaz de estimular a exploração econômica da região amazônica enquanto contém a devastação ecológica. Assim, o Sivam e as políticas resultantes do aproveitamento de seus produtos têm um papel importante na soberania da Amazônia, não para impedir uma invasão, improvável, deste território por uma superpotência, mas para propiciar o controle deste espaço, superficial e aéreo, monitorando a exploração econômica, combatendo os ilícitos e outras ameaças. Assim, o Sivam além de constituir um fator dissuasório, é principal e simultaneamente um projeto promotor de integração e desenvolvimento.

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE DEFESA DA AMAZÔNIA

O processo governamental que resultou na formulação das políticas de defesa da Amazônia a partir da década de 1980 ressaltou a importância estratégica da região, priorizando a necessidade de potencializar e integrar as políticas públicas que ali incidem. Face à percepção de ameaças, tais políticas deveriam contemplar: a assistência às populações locais, principalmente indígenas, garantindo as condições de sobrevivência, estimulando a cidadania e a salvaguarda e valorização das diversidades culturais que habitam o espaço amazônico; o desenvolvimento econômico-social de forma sustentável e racional, por um lado, combatendo a destruição ecológica (poluição, desmatamento, queimadas ilegais, etc.), por outro, explorando e ao mesmo tempo protegendo as reservas florestais, os recursos hídricos e a biodiversidade; reprimindo o contrabando e o tráfico de drogas. Particularmente, o projeto Sivam evidenciou a percepção segundo a qual, sem essa ocupação racional, publicamente orientada, o caminho da devastação seria uma tendência natural, trazendo consigo toda sorte de pressão internacional e de intervenções sobre o assunto, além de manter o tão pernicioso atraso social e tecnológico.

Oliveira (1994) nota que o Programa Calha Norte não esteve exatamente em função da perspectiva geopolítica de manter a segurança e a soberania nacional frente a

uma possível intervenção estrangeira – militar ou diplomática – no território amazônico e sua conseqüente internacionalização[21]. Segundo ele, no momento em que foi formulado, não havia manifestas ameaças à soberania nacional na faixa de 6.500 km de fronteiras, ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, não obstante se tratar de um território susceptível ao tráfico de drogas e ao trânsito de movimentos armados de países vizinhos. Sustenta que a preocupação central concernia, inicialmente, às alegadas pretensões de setores da Igreja de erigirem um Estado indígena desvinculado da Federação brasileira, na fronteira com a Venezuela. Essa análise não deixa de ser controversa, pois, diante dos vários indícios da denominada cobiça internacional, sinalizados ao longo da década de 1980, tal como percebidos por oficiais das Forças Armadas, não é improvável que o Calha Norte - mesmo tendo sido formulado no contexto de alinhamento brasileiro ao ideário e à política ocidental, próprio da Guerra-Fria - também tivesse preocupações com alguma possibilidade de internacionalização da Amazônia, ainda que não declaradas nos documentos oficiais. Ao encontro dessa última visão, Miyamoto (Fev. 2002, p. 9) informa que "o PCN tinha preocupações com a criação de um território autônomo Yanomami, com a internacionalização da região, dom o contrabando, e com o tráfico de epadu".

Com a melhoria das relações Brasil-Argentina, principalmente a partir da resolução das difíceis negociações com aquele país a respeito da construção da barragem de Itaipu, na segunda metade dos anos 1970, no governo do general João Baptista Figueiredo o sul do país passou a um plano secundário no rol das preocupações estratégicas[22], agora mais voltadas à região amazônica. Para Martins Filho e Zirker (2001, p. 256), antes dos anos 1980, a Argentina constituía a mais provável hipótese de guerra externa para os

---

[21] Esse tema está discutido no capítulo 4.

[22] O processo de superação das desconfianças mútuas entre Brasil e Argentina prosseguiu intensamente ao longo dos anos 1980, com a assinatura de vários acordos cooperação, a saber: Declaração Conjunta sobre Energia Nuclear, firmada em 1985; simpósios envolvendo os Estados-Maiores das Forças Armadas dos dois países, em Buenos Aires (1987) e São Paulo (1988); o Sistema Comum de Contabilidade e Controle, estabelecido em 1990; o Acordo de Aplicação de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica; e a realização sistemática de exercícios militares conjuntos, em ambos os lados da fronteira. (Miyamoto, 2004).

militares brasileiros, principalmente se conseguisse comandar uma coalizão com o Uruguai e o Paraguai, "ocupando o pequeno espaço que restava nas preocupações castrenses centradas na guerra revolucionária interna", contra o inimigo comunista.

O aumento da importância estratégica da Amazônia deu-se também em razão das críticas ambientais crescentes, elaboradas interna e externamente, que recaiam sobre o governo brasileiro. As manifestações, particularmente da comunidade internacional, governos e sociedades, se referiam não só aos recursos naturais, mas incluíam pressões sobre a internacionalização da Amazônia, envolvendo os índios Yanomamis e outros povos indígenas e os movimentos de guerrilheiros próximos às fronteiras nacionais, do lado colombiano. (Miyamoto, 2004).

Baseados nas experiências dos projetos e ações governamentais anteriores, os programas Calha Norte e Sivam, procuraram contemplar direta e/ou indiretamente, as demandas que emergiram mais acentuadamente no contexto internacional pós-guerra fria: salvaguarda e valorização das diversidades culturais, preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida, democratização, participação política e cidadania, desenvolvimento econômico sustentável, foco no investimento educacional, etc. Entretanto, comparado ao Calha Norte, o Sivam tende a pôr em prática de forma mais eficaz aquilo que está presente no discurso de ambos os programas, a saber: que a defesa da Amazônia não deve ser implementada exclusivamente sobre fatores militares, ao contrário, recomenda-se que seja de natureza multiministerial, tendo em vista a otimização de recursos públicos; que é preciso estar sensível aos apelos ecológicos, humanitários e sociais surgidos mais recentemente no discurso global, procurando efetivar a ocupação do espaço amazônico baseada em paradigmas que rompem tanto com o padrão de desenvolvimento industrial, historicamente adotado, como com o ecologismo primitivo e estritamente preservacionista. (LOURENÇÃO, 2003).

Tanto o Calha Norte como o Sivam, em relação ao processo de deliberação governamental para estabelecer políticas para a Amazônia, parecem repetir alguns procedimentos, comuns quando há a exigência de manutenção da autonomia militar no

controle de projetos de interesse das Forças Armadas, especialmente quando a auto-percepção aponta que os militares constituem os autênticos guardiães dos interesses nacionais na Amazônia. Neste sentido, uma das características do Programa Calha Norte que se observou também em relação ao projeto Sivam foi sua condição de assunto sigiloso, elaborado por um grupo reduzido e sem o conhecimento e participação de outros integrantes dos Poderes Públicos, tampouco da sociedade civil. O Congresso Nacional não foi chamado a opinar a respeito da elaboração do programa, nem era informado da matéria, que só lhe chegou ao conhecimento oficialmente em outubro de 1987, quase dois anos após a sua aprovação e início, sendo que a opinião pública só tomou conhecimento da existência do Projeto, aproximadamente, quinze meses após a aprovação da EM-018 e transcorrido quase um ano de sua implementação. (BRASIL, Câmara dos Deputados Federais, 8 Ago. 2002).

Outra característica que se observa claramente no Calha Norte e no Sipam/Sivam, como falha e virtude, é que os mesmos não possuem uma estrutura rígida e sistemática, nem instituem um grupo ou unidade que atue de modo permanente na sua elaboração ou execução. Ambos os programas trataram de formular um conjunto coerente de orientações e metas com as quais todas as iniciativas governamentais voltadas para a região amazônica deveriam se compatibilizar progressivamente. Contrastando com o modelo de outras intervenções governamentais, como, por exemplo, o da Sudam, particularmente o Calha Norte nunca teve um foro definido para as tomadas de decisão, inexistindo um agente claramente responsabilizado que fosse um possível interlocutor para as forças sociais afetadas por suas intenções e decisões. Quem decide em última instância, é o Presidente da República, através da Casa Civil, com todo o peso de sua autoridade, de uma maneira direta e centralizada, chancelando todas as medidas a serem executadas. Em relação ao Sivam, concebido para subsidiar uma atuação governamental integrada, os comandos militares seriam usuários do sistema no mesmo patamar dos outros ministérios da estrutura governamental, entre os quais os ministérios da Justiça, Saúde, Transporte, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. Entretanto, o fato do Sivam ter uma concepção integrada não garante, por si, que a integração ocorrerá, positivamente, pois tal integração,

além dos aspectos administrativos, envolve fortemente os aspectos políticos e a superação das dificuldades observadas em nossa história recente de articulação dos órgãos dos ministérios civis em projetos considerados militares. A excelência do Sivam admite e requer o pleno funcionamento de seu órgão gestor, o Sipam, atualmente subordinado à Casa Civil.

Ambos os projetos, Calha Norte e Sivam, possuem uma terceira característica em comum: são projetos de impacto, isto é, concentram a maioria dos seus investimentos em uma fase inicial, sendo que, posteriormente há uma grande redução prevista de gastos, que ficam em níveis de simples manutenção. Por exemplo, nos dois primeiros anos de existência, o Calha Norte aplicou 75,3% do seu montante total de verba, cumprindo as obras básicas de infra-estrutura (construção e ampliação de quartéis, aeroportos e bases navais), promovendo o reequipamento das instalações militares e a aquisição de barcos para transporte. A partir de 1988, os investimentos declinaram fortemente, ao ponto de em 1991 atingirem o percentual de aporte de recursos de 3,5% do previsto, permanecendo neste patamar pelos anos seguintes, ou seja, não sendo suficientes sequer para manter as unidades e equipamentos inicialmente instalados, ocorrendo, em conseqüência, o seu inevitável sucateamento. Igualmente, em relação ao Sivam, a existência de recursos financeiros que garantissem a implantação de todo o sistema - cobrindo desde o levantamento em campo até a garantia de dois anos de todos os sistemas, incluindo obras civis, transporte, seguros, gerenciamento, instalação, treinamento, testes e operação assistida - foi a principal característica de sua estrutura de financiamento.

No histórico das políticas públicas executadas na Amazônia verifica-se uma profunda desarticulação entre civis e militares. No regime militar pós-1964, a autopercepção das Forças Armadas enquanto genuínas, senão exclusivas guardiãs dos interesses nacionais, em manifesta desconfiança e ausência de diálogo com os múltiplos atores organizados da região (ecologistas, indigenistas, cientistas, etc.) contribuiu em muito para o fracasso de políticas de defesa voltadas para a Amazônia. Tome-se como exemplo o projeto Sivam para demonstrar alguns procedimentos que são comuns quando há a exigência de manutenção da autonomia militar no controle de projetos de interesse das

Forças Armadas: na condição de assunto sigiloso, o Sivam foi elaborado por um grupo reduzido de pessoas - basicamente composto pelos militares que serviam, à época de sua formulação, na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR) -, sem o conhecimento e participação de outros integrantes dos Poderes Públicos, tampouco da sociedade civil; o projeto que chegou pronto ao Congresso Nacional, vindo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), para que, apenas, fosse dado o aval aos pedidos de contratação de empréstimos; uma vez no Congresso, o Sivam não foi discutido nos seus postulados, nem em relação à sua pertinência com os objetivos estratégicos nacionais, mas tão-somente houve uma "queda-de-braço" com o governo, quanto à averiguar as suspeitas de corrupção[23]. (LOURENÇÃO, 2003).

Atualmente, dada a experiência histórica das políticas púbicas e de defesa para a Amazônia e as críticas sofridas, tem-se enfatizado e reiterado - até em setores militares, como se verá adiante - a tese de que a questão da defesa da Amazônia não deve ser tratada como assunto exclusivo das Forças Armadas. Nesse enfoque, para garantir a defesa da Amazônia é preciso, além da presença militar, que se viabilize um conjunto de políticas públicas mais sensível às especificidades da região, que faça convergir o crescimento econômico, o desenvolvimento social, a preservação ambiental e a defesa. Conseqüentemente, o país estaria fornecendo soberbas demonstrações de competência e responsabilidade para com o desenvolvimento da Amazônia e seu delicado ecossistema; ou seja, com uma ocupação racional e ética, o país estaria calando as vozes das críticas externas, sem se render ao preservacionismo absoluto, tal como proposto por certas facções do ambientalismo radical. Nesse rumo, a Amazônia passaria, cada vez mais, a receber, direta e indiretamente, os benefícios sócio-econômicos típicos da ação planejada e racional do Estado.

---

[23] Para analisar o processo de deliberação governamental do Sivam com mais profundidade, cf: Lourenção, 2003.

CAPÍTULO 4
A AMAZÔNIA SOB A ÓTICA DAS FORÇAS ARMADAS

O presente capítulo trata das abordagens desenvolvidas pelas Forças Armadas a respeito da segurança e defesa da Amazônia, no período entre 1985 e 2006. Nesse período, o fato mais importante ocorrido na estruturação de defesa brasileira, na esfera político-institucional, foi a criação do Ministério da Defesa, em 1999, contribuindo para fomentar a profissionalização na defesa do Brasil. Em tese, o Ministério da Defesa é o centro por excelência da constituição de uma política integrada de defesa, articulando as forças singulares - articulação que é considerada crucial para fazer frente aos desafios regionais e internacionais. Obviamente, essa desejável integração de políticas de defesa não é ainda fato consumado, nem uma melhor articulação entre as três forças se tornaria uma realidade pela simples constituição de um Ministério da Defesa. Vários óbices se interpõem, não só de natureza operacional ou orçamentária, mas acentuadamente de ordem cultural.

No que se refere à segurança pública, no interior das Forças Armadas prevalece o consenso de que, diante das ameaças dos crimes transnacionais como tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, terrorismo, contrabando, etc., o tratamento mais adequado deve ser provido pelas instituições responsáveis pela ordem pública, Polícia Federal e polícias dos Estados da Federação. Nessa visão, o ponto de maior contribuição das Forças Armadas no combate a tais ameaças seria no setor de inteligência e no apoio logístico em áreas de fronteiras, onde a ação policial é difícil ou inviável, como nas fronteiras amazônicas. Exemplo desse apoio encontra-se no projeto "Nitro", de detecção e destruição de pistas clandestinas utilizadas por aeronaves clandestinas, normalmente a favor do tráfico de drogas.

A percepção militar de ameaça à soberania nacional ganha um vigor extraordinário quando trata da Amazônia, que tem se constituído como prioridade

estratégica das Forças Armadas, especialmente do Exército e da Aeronáutica. Conforme poderá ser observado abaixo, as publicações militares expressam, de forma reiterada e abundante, que a região amazônica está sob riscos de diversas naturezas, com destaque para a cobiça internacional por suas riquezas.

Essa percepção, detalhada mais adiante, se inicia pela formulação de que no contexto internacional pós Guerra Fria instaurou-se o conceito e a prática do "Direito de Ingerência", cujo marco fundamental encontra-se na ação norte-americana na Guerra do Golfo, entre 1990 e 1991. Nas palavras do Vice-almirante (reformado) Armando Vidigal (Abr.-Jun., 2002, p. 93), "os princípios de não-intervenção e autodeterminação, que foram os fundamentos das relações internacionais durante a Guerra Fria, foram agora relegados a plano secundário". Nessa perspectiva, deduz-se que os Estados Unidos, "que vêm se posicionando como árbitro da nova ordem mundial", na condição de superpotência militar, certamente intervirão em Estados estrangeiros nos casos em que estes discordem de seus interesses estratégicos vitais, inclusive, sem ouvirem o Conselho de Segurança da ONU, por receio de veto da Rússia ou da China. "As recentes intervenções da Otan, totalmente dominada pelos Estados Unidos, na Bósnia-Herzegovina e, especialmente, em Kosovo, sem qualquer consulta ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, portanto, em clara violação à Carta das Nações Unidas, comprova nitidamente a crescente tendência intervencionista". Uma intervenção estrangeira - primordialmente norte-americana, não necessariamente armada, mas, provavelmente, na forma de pressões políticas ou econômicas - tender a ocorrer em Estados ou parte deles em que há menor projeção do poder nacional, "os objetos preferenciais das pressões". (VIDIGAL, Abr.-Jun., 2002, p. 93).

Em publicação anterior, o vice-almirante afirmara que as grandes potências "pregam a intervenção sempre que, na sua exclusiva avaliação, há risco para a democracia, violação grave dos direitos humanos, possibilidade de tragédia ecológica, ameaça à paz, ou qualquer outra nobre razão que os idealistas de plantão saberão achar no momento oportuno". (VIDIGAL, 1996, p. 59).

Nesse mesmo sentido segue o pensamento do General-de-Divisão Meira Mattos (1993), segundo o qual, as ameaças de confronto com os vizinhos continentais foram reduzidas às exigências de um grau de precaução mínimo; ameaça maior reside na projeção dos interesses estratégicos das grandes potências, em suas tentativas de implantar de uma nova ordem mundial. A análise dessa realidade suscita a crítica à conveniência de que o Brasil se mantenha automaticamente alinhado aos interesses norte-americanos, como na época da disputa ideológica.

REFERÊNCIAS À IMPORTÂNCIA POLÍTICO-ESTRATÉGICA DA AMAZÔNIA

Segundo a percepção das Forças Armadas, a importância estratégica e geopolítica da Amazônia brasileira é estabelecida por dois fatores críticos e interligados: sua baixa densidade demográfica, em torno de 4 habitantes por km², e sua relativamente enorme extensão de fronteiras, sendo, 11 mil km de fronteiras terrestres e 1,6 mil km de fronteira marítima. (BRASIL, 1998 B). Segundo o general Luís Gonzaga Schröeder Lessa (08 Dez. 2002), ex-comandante militar da Amazônia, há extensões de fronteira ao longo das Guianas com até 1.670 quilômetros, que seria a distância do Rio de Janeiro a Porto Alegre, sem a presença de qualquer representante do Estado brasileiro, seja soldado ou funcionário civil.

Segundo o Vice-almirante (reformado) Armando Vidigal (Abr.-Jun., 2002), esta situação fronteiriça é agravada pelo fato de que a boa navegabilidade de sua bacia fluvial, conectada ao oceano Atlântico, permite que a Amazônia se articule comercialmente com os Estados Unidos e União Européia, ao mesmo tempo sofrendo a influência dessas potências. Essa influência tem crescido após o término da guerra-fria, com a ascensão norte-americana à condição de superpotência. A proximidade das rotas marítimas do Atlântico Norte (Caribe, costa leste dos Estados Unidos e Europa Ocidental) facilita o acesso internacional à região. Ademais, segundo Ribeiro (Abr-Jun. 1995), o preço da passagem aérea de Manaus a Brasília ou de Manaus ao Rio de Janeiro, conforme a flutuação cambial, praticamente se equipara ao de Manaus a Miami ou a Washington.

Assim, a gigantesca área fronteiriça da Amazônia, somada ao seu vazio demográfico, adquire extrema importância estratégica, com as responsabilidades e cuidados que sua proteção envolve.

Além da imensidão geográfica, a Amazônia Legal possui uma série de bens atuais e potenciais - minerais, hídricos, ambientais, turísticos e energéticos - que aumentam exponencialmente seu valor estratégico. Para Rezk (08 Dez. 2002), a nação que tiver a Amazônia sob seu controle, terá não apenas o domínio de toda a América meridional, como também os recursos naturais para sustentar-se como potência hegemônica absoluta do século XXI.

A abordagem das Forças Armadas confere grande importância geopolítica à Amazônia no âmbito dos minérios. Segundo dados constantes no site oficial do Sivam (CCSIVAM, 15 Out. 2002), a região possui enorme pujança quantitativa e qualitativa em termos de riqueza mineral; suas jazidas de metais nobres de vários tipos - como bauxita, cassiterita (minério do estanho), ferro, nióbio, ouro, titânio, urânio, cobre, caulim, manganês, níquel, zinco e diamante, dentre outros - acumulariam recursos estimados em US$ 1,6 trilhão. Especificamente sobre o nióbio, almirante Vidigal (Abr.-Jun., 2002) informa que ele tem o dobro da resistência do alumínio à temperatura, por isso vem sendo utilizado no revestimento de mísseis, foguetes aeroespaciais e satélites. A maior reserva de nióbio do mundo foi localizada recentemente próxima a São Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro; estima-se que tais reservas correspondam a 90% das reservas conhecidas de nióbio.

A importância estratégica da região em razão de seus recursos minerais aumenta exponencialmente ao se considerar a dependência de minérios dos países ricos e de blocos econômicos. Essa dependência é vital para sustentarem suas economias industriais, podendo ser observada na tabela abaixo, extraída e adaptada de Rezk (08 Dez. 2002). Os valores estão representados em percentuais, na seguinte ordem: Estados Unidos da América (EUA), União Européia (UE) e Japão.

Minérios/ Países ou blocos	EUA	UE	Japão		Minérios/ Países ou blocos	EUA	UE	Japão
Nióbio	100	100	100		Platina	91	100	98
Manganês	98	100	100		Níquel	70	87	100
Alumínio	91	97	100		Tungstênio	52	87	75
Tântalo	91	100	100		Antimônio	51	91	100
Estanho	82	80	85		Cobre	13	80	80
Zinco	57	57	48		Fosfatos	01	99	100
Mica	100	83	100		Vanádio	42	100	100
Cobalto	97	100	100		Chumbo	13	44	47
Cromo	91	97	99		Molibdênio	--	100	99

Tabela 1: Dependência de minerais por países ou blocos desenvolvidos.

No contexto da percepção militar dessa dependência a afirmação de Henry Kissinger, feita em 1979, incide diretamente sobre a vulnerabilidade e necessidade de proteção da Amazônia. Segundo Kissinger (Apud CHAGAS, 2000), "os países industrializados não poderão viver à maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não-renováveis do planeta. Para isso, terão que montar sistemas mais requintados e eficientes de pressões e constrangimentos, que garantam a consecução de seus objetivos".

Outro fator apontado em escritos militares que tende a conferir significativa importância estratégica à região amazônica advém da perspectiva de que a água doce está se constituindo, crescentemente, em um dos recursos naturais mais sensíveis do século XXI, dado o aumento populacional e a redução das fontes hídricas. Para o coronel da Aeronáutica, Carlos Lorch (2000, p.21), a "água certamente será o recurso mais valioso do Planeta à medida que sua população continuar a crescer". Citando dados da Organização das Nações Unidas, em 2050 a população mundial poderá ultrapassar a cifra dos nove bilhões de pessoas; a previsão é de que nesse ano 42% da população mundial sofram com a falta de água em situação de insuficiência, o que significa menos de 17.000 m³ de água por pessoa/ano (24% da população), ou de escassez, com menos de 1000 m³ por pessoa/ano (18%). (LORCH, 2000).

Vidigal (Abr.-Jun., 2002) informa que do volume de água do planeta Terra, calcula-se que 97% são de água salgada. Dos 3% constituídos de água doce, 77% formam as calotas polares, 22% são subterrâneos, formando os lençóis freáticos, e apenas 1% forma as águas superficiais na forma de rios, lagos, etc. Apesar de não estar bem distribuída pela superfície do planeta, esse montante de água doce disponível seria suficiente, se não fosse a degradação ambiental provocada pela antropia. O Amazonas, não obstante ser apenas o terceiro rio em extensão, forma a maior bacia de água doce, superficial e em estado líquido do planeta, correspondente a 20% dessa importância e sendo responsável por, aproximadamente, 15% do desaguamento global dos rios. Para melhor dimensionar o rio Amazonas, pode se ter em mente que ele despeja no Atlântico 643,5 milhões de m³ de água por dia, cerca de 60 vezes mais que o Nilo; o rio Mississipi, nos Estados Unidos, leva 12 dias para lançar o mesmo volume de água, já o rio Tamisa na Inglaterra demora um ano. (CCSIVAM, 15 Out. 2002). Além dele, há outros três rios amazônicos entre os dez maiores do mundo: o Juruá, 8º lugar em extensão; o Madeira, 9º lugar; e o Purus, 10º lugar. (VIDIGAL, Abr.-Jun., 2002, p. 91).

Assim, ao se considerar o alto custo financeiro e ambiental que o aproveitamento da água das calotas polares envolve, a bacia amazônica se torna ainda mais vital, não só pelo fornecimento de água para ser bebida, mas também por seu gigantesco potencial de recursos pesqueiros, capaz de prover grandes quantidades de alimento protéico para a população humana. A produção pesqueira atual da Amazônia é da ordem de 180 mil toneladas por ano, porém, se devidamente explorada, estima-se que tem potencial para chegar a mais de 300 mil toneladas/ano. (REZK, 08 Dez. 2002).

O potencial hídrico da bacia amazônica também se refere ao transporte. Dos Andes ao Atlântico, o Amazonas possui 5,5 mil quilômetros de extensão que, somados aos seus afluentes, resulta em 19 mil km de rios navegáveis. No Brasil, o Rio Amazonas estende-se por 3,1 mil km, possibilitando o acesso à Tabatinga, no extremo oeste da região, na fronteira com a Colômbia e o Peru, em todos os meses do ano, a navios com calados de até 4,5 metros; já à Manaus, pelo rio Negro, a navios de até 10 metros de calado.

A biodiversidade amazônica, bastante afirmada também fora da literatura militar, é tida como mais um dos principais fatores que atribuem grande importância estratégica à Amazônia. Para Branco (2001, p. 10), "o século que se inicia será considerado o da era da 'biotecnologia'", em que os 'os genes' "participarão da produção de melhores sementes, do aperfeiçoamento dos medicamentos, na cura de certas doenças e, até mesmo, na produção de energia". A vulnerabilidade a esse fator ocorre na forma de biopirataria, de dificílimo combate.

A partir de estimativas, acredita-se que vivem e se reproduzem na Pan-Amazônia pelo menos um quarto das espécies existentes no planeta, quer dizer, mais de 25% de todas as seqüências de DNA que a natureza combinou em nosso planeta - o estoque genético - fonte natural de produtos farmacêuticos, bioquímicos e agronômicos[24]. Tais estimativas apontam que deve existir entre 5 milhões e 30 milhões de espécies na Amazônia, sendo que somente 1,4 milhão delas estão descritas. São cerca de 750 mil insetos, 40 mil vertebrados, 250 mil plantas, mais de 30 mil espécies de plantas, mais de 200 espécies diferentes de árvores por hectare, 1.400 tipos de peixes, 1.300 espécies de pássaros e mais de 300 mamíferos diferentes, totalizando cerca de dois milhões de exemplares. Calcula-se ainda que haja quinze vezes mais peixes no Rio Amazonas e em seus mais de 1000 afluentes que em todo o continente europeu. Outra comparação interessante pode ser feita em relação à diversidade vegetal: enquanto apenas um hectare da floresta amazônica pode conter até 300 tipos de árvores, na floresta temperada dos Estados Unidos existem somente 13% do número de espécies de árvores desse montante. (CCSIVAM, 15 Out. 2002).

Além de sua vasta biodiversidade, a Amazônia possui também grande quantidade de árvores de utilização econômica, usadas na confecção de móveis, utensílios e

[24] Um exemplo da utilização do estoque genético da floresta é o desenvolvimento de um remédio contra a hipertensão inspirado no veneno da jararaca, que mata sua presa com uma substância tóxica que reduz a zero a pressão sangüínea da vítima. Os estudos sobre a ação do veneno no organismo trouxeram informações valiosas para o reconhecimento da pressão no ser humano. (REVISTA CIÊNCIA HOJE, 2002).

instrumentos musicais, fabricação de papel, construção civil e náutica, etc. Entre os tipos de coberturas vegetais amazônicas, destaca-se a floresta tropical úmida, denominada "Hiléia", único ambiente do mundo onde florescem abundantemente as madeiras de lei. (BRANCO, 2001). Somente as reservas de madeiras de lei que podem ser extraídas da Amazônia estão calculadas em valores próximos aos US$ 1,7 trilhão, principalmente com a previsão, para as próximas décadas, do esgotamento dessas madeiras nas florestas tropicais da Ásia e da África. (CCSIVAM, 15 Out. 2002).

Por fim, na percepção de vários oficiais das Forças Armadas, a Amazônia brasileira possui um potencial energético muito significativo, tanto maior ao se considerar que há previsões de escassez de petróleo dentro de 40 a 50 anos e ao se considerar a necessidade dos países hegemônicos em garantir futuras fontes de energia. Apesar do potencial hidroelétrico ser citado amiúde, enfoque maior é dado à denominada energia da biomassa, aquela que as plantas armazenam, pela fotossíntese, em amidos, açúcares, celuloses, etc. Como ocorre a partir do aproveitamento da luz solar, a biomassa é abundante nas madeiras de florestas tropicais, cana-de-açúcar, girassol, mamona, babaçu, dendê, mandioca, amendoim, etc. Calcula-se que a Amazônia tem cerca de 500 a 700 toneladas de matéria verde viva por hectare, incluindo caules, troncos e raízes, que podem ser revertidas em energia da biomassa, uma fonte alternativa à do petróleo, limpa, renovável e escassa nos países frios. Segundo Vidigal (Abr.-Jun., 2002), um segmento da biomassa de extrema relevância é o óleo diesel feito a partir de óleos vegetais combustíveis. Na área disponível na Amazônia, sem comprometer a cobertura de florestas, seria possível produzir mais de 5,8 milhões de barris/dia de óleo diesel, pois essa planta pode se desenvolver em solos relativamente pobres em nutrientes. Segundo o físico J. W. Bautista Vidal (apud VIDIGAL, Abr.-Jun., 2002), na região amazônica, mantendo-se a floresta em pé, pode-se obter energia com o óleo extraído do dendê o equivalente à produção atual do petróleo da Arábia Saudita; acrescente-se ainda os demais óleos vegetais que podem substituir esse derivado de petróleo, como o óleo de mamona, babaçu, girassol, colza, amendoim e muitos outros.

Sem citar nenhuma fonte ou referência, o que é comum em artigos e monografias defendidas nas escolas de comando e estado-maior, o Coronel de Infantaria do

Exército Walter R. Castelo Branco segue a mesma linha de raciocínio de Vidigal. Em sua monografia defendida na Eceme, informa que a exaustão dos depósitos minerais existentes faz aproximar o fim da "idade dos hidrocarbonetos" e o início da "idade dos carboidratos", na qual as biomassas substituirão o petróleo em todos os seus usos atuais, menos na petroquímica, colocando assim, a Amazônia em situação privilegiada. (BRANCO, 2001, p. 9).

A QUESTÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

A partir da visão de que o atual contexto internacional se caracteriza crescentemente pela negligência ao princípio da não-intervenção e pela prática do denominado direito ou dever de Ingerência, traduzida em intervenções operadas pelas nações mais poderosas do planeta, a percepção realista própria das Forças Armadas, considera que a Amazônia corre um risco mais ou menos iminente de ser internacionalizada, em razão do forte interesse estratégico que desperta nos países desenvolvidos e por se encontrar numa zona geopolítica de forte influência norte-americana. A tese da internacionalização procura fundamentar que várias entidades - governos estrangeiros e agentes inseridos no governo brasileiro, organizações não-governamentais, nacionais ou não, incluindo aí diversas igrejas - estariam orquestrando, de longa data, ora de forma velada, ora explicitamente, uma trama com o objetivo de tomar a Amazônia do domínio brasileiro. Nas palavras do fundador do Colégio Militar de Manaus, Cel. Altino Brasil (08 Dez. 2002), "desde os tempos coloniais, a cobiça estrangeira à Amazônia tem sido uma constante [...] a história nos mostra um extenso rol de sacrifícios impostos a portugueses e brasileiros, a fim de garantir a posse da região".[25]

[25] Pode-se deduzir que o autor dessa frase confere legitimidade a Portugal em virtude de seu pioneirismo em colonizar a Amazônia, defendendo-a de outras nações estrangeiras, como Espanha, Inglaterra, Holanda ou França, e agregando essa vasta região ao leste e centro-sul do continente.

A tese de que há pressões internacionais no sentido de subtrair a Amazônia da soberania nacional, recorrente na literatura de alguns setores das Forças Armadas, principalmente em homepages patrocinadas por militares da ativa e/ou da reserva, é, episodicamente, veiculada também pela grande imprensa (jornais e periódicos). Ela foi substancialmente revigorada a partir da realização da conferência da ONU sobre meio ambiente, a Rio 92. Por ocasião dessa conferência, o governo do presidente Fernando Collor estabeleceu uma ampla demarcação de terras na fronteira norte do país, reservadas aos índios Ianomâmis, o que limita os investimentos públicos e privados na região, tornando-a mais isolada e vulnerável, situação ainda agravada pelo vazio demográfico, particularmente nas áreas fronteiriças à Guiana e Suriname.

De acordo com a tese de internacionalização, o interesse estrangeiro sobre a Amazônia decorre de sua importância estratégica derivada das riquezas supracitadas, referentes aos minerais, aos recursos hídricos, à biodiversidade e ao potencial energético. Conforme consta em monografia defendida na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar) pelo Ten.-Cel. Intendente, Jayro Guimarães Júnior (2003),

> A Amazônia representa hoje um dos perímetros mais cobiçados do planeta, entretanto, apesar de se constituir numa fonte de riquezas capaz de conferir ao País um lugar de excelência neste terceiro milênio, continua isolada do Poder Central, sofrendo com a falta de políticas públicas adequadas e voltadas para a problemática da região. (GUIMARÃES JR., 2003, p. 5).

Como afirmou o brigadeiro Sócrates Monteiro, na condição de ministro da Aeronáutica, os recursos naturais presentes na Amazônia ajudarão o Brasil, em futuro próximo, a ser uma grande potência; e as Forças Armadas estão alerta em relação às nações poderosas, que estão com seus interesses econômicos voltados para aquela região ainda inexplorada, a pretexto da causa ecológica, visando sua internacionalização. Na perspectiva militar, a soberania territorial e de gestão dos recursos amazônicos são pontos inegociáveis. (OLIVEIRA, 1994).

Para Gama e Silva (Jul.-Set. 2004, p. 45), o fato do Brasil ser, indubitavelmente, o "campeão mundial dos recursos naturais remanescentes no planeta

Terra", junto com a dimensão e a posição de seu território, o habilitam a ser a "sede de uma nova civilização, a primeira a despontar nos trópicos, dotada de todos os pressupostos para sobrepujar o 'Império', enquadrando-se como inimigo potencial dos Estados Unidos da América". Sobre isso, Gama e Silva levanta a seguinte questão: "Que pretexto poderá movimentar a máquina de guerra do 'Império' para justificar uma intervenção armada no Brasil?" (Jul.-Set. 2004, p. 46). Responde que o pretexto giraria em torno do tema das agressões ao meio ambiente, devido às freqüentes acusações que retratam os brasileiros como predadores desenfreados da floresta tropical úmida da Amazônia.

Para o Major de Infantaria do Exército, Omar Zendim (2005), em monografia defendida na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), a Amazônia, em razão de suas potencialidades, "naturalmente desperta a cobiça internacional". Atualmente, segundo o major, "os conceitos de soberania relativa, de dever e de direito de ingerência e de intervenção, de proteção de minorias étnicas (povos indígenas) e de preservação do meio-ambiente moldam as relações internacionais". (ZENDIM, 2005, p. 1).

Vidigal (1996) segue a mesma percepção e linha de raciocínio: "Não é absurdo imaginar que, num futuro não muito distante, forças internacionais, sob a égide das nações Unidas, sejam usadas para 'evitar uma catástrofe ecológica', como, por exemplo, a 'devastação' da floresta amazônica". (p. 56).

Para o Coronel de Infantaria do Exército, Walter Romero Castelo Branco, em monografia apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), para o curso de política, estratégia e alta administração do exército, a preocupação atual da política internacional "está se voltando para os chamados interesses coletivos da Humanidade, vistos como a proteção de direitos humanos, a preservação do meio ambiente, e o combate ao crime organizado e ao narcotráfico, aspectos esses presentes no Brasil e, em particular, na Amazônia" (BRANCO, 2001, p. 6). Revelando indignação com a passividade governamental, Branco (2001) afirma que "As ações das grandes potências interessadas na Amazônia consubstanciam uma estratégia perfeitamente definida aos olhos daqueles que se

preocupam com a sobrevivência do Brasil como Nação, mas que inexplicavelmente parece oculta para algumas autoridades nacionais" (p. 7). Reforçando a tese da internacionalização, para Branco (2001),

> "A estratégia que vem sendo metodicamente posta em execução tem o claro objetivo de acuar politicamente o Governo brasileiro, atuando principalmente pela via diplomática e pela exploração econômica [...]. Tais opositores procuram disseminar para o mundo que os recursos existentes na Amazônia são essenciais à Humanidade, mas que só poderão ser gerenciados por um consórcio dos países ricos (G8) e nunca pelo Brasil". (BRANCO, 2001, p. 7).

Fazendo uma analogia com o território mexicano que foi conquistado pelos Estados Unidos no século XIX, Branco (2001) se refere ao risco de "mexicanização" da Amazônia - entenda-se, a perda da soberania brasileira sobre a Amazônia - "na medida em que desperta, hoje, a cobiça inconfessável de superpotências estrangeiras, que têm por ponta-de-lança algumas das chamadas organizações não governamentais, [...] cuja linguagem é precursora, introdutória e preparatória do assalto à soberania, não tendo obviamente a reserva, o comedimento e a dissimulação do discurso diplomático. Suas ameaças já são palpáveis e constituem a pré-agressão do futuro". (BRANCO, 2001, p. 17).

Para o General do Exército, Luiz Gonzaga Schröeder Lessa (2003), comandante na Amazônia por muitos anos, após os atentados terroristas de onze de setembro a preocupação da política internacional focalizou-se nos denominados interesses coletivos da humanidade, com destaque para os seguintes temas: proteção dos direitos humanos; preservação do meio ambiente; combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas; e controle da proliferação de armas de destruição em massa. Nesse contexto, para Lessa (2003, p. 239), "intervenções armadas crescentes sem o patrocínio da ONU já vêm ocorrendo e vão continuar a ocorrer cada vez mais". Sobre a defesa específica da Amazônia, cabe alertar que "intervenções militares para proteção do meio ambiente seguramente vão acontecer" (p. 239).

Reforçando esse pensamento, nas palavras de Branco (2001),

> A soberania nacional está correndo grave risco de desintegrar-se, em virtude da ampla campanha internacional de convencimento da opinião pública mundial de que as questões existentes na Amazônia são do interesse da Humanidade. As pressões internacionais sobre a soberania na Amazônia são mais que evidentes. Ataques econômicos, políticos e ideológicos são freqüentes. (BRANCO, 2001, p. 23).

Segundo o General-de-Divisão Meira Mattos (1993, p. 87), uma verdadeira conspiração contra o domínio brasileiro sobre a Amazônia está sendo fundamentada em ideologias elaboradas no interior de organizações científicas e religiosas de países do Hemisfério Norte e endossadas por seus governantes, que as deixam vazar ou as divulgam intencionalmente. A divulgação dessas ideologias, preservando os interesses de grupos ambientalistas, de antropólogos e de reformadores sociais, estranhos aos interesses do Estado brasileiro, provoca a aceitação do estabelecimento de áreas consideradas "patrimônio da humanidade". O Estado perde a soberania plena sobre as áreas sancionadas como patrimônio da humanidade, de acordo com Mattos, rebaixando-se ao status de "soberania limitada" ou "meia soberania", devendo, agora, aceitar as exigências impostas em nome dos denominados interesses comuns da humanidade. Com a renúncia ao princípio de soberania, o Estado estaria se desqualificando perante os demais, se inferiorizando e se deixando colonizar. "O princípio da não intervenção vem sendo posto de lado e isso é um aspecto que nos preocupa muito na Amazônia". (MATTOS, 1993, p. 87). As intervenções armadas sem o patrocínio no Conselho de Segurança da ONU, aproveitando casos de narcotráfico, incêndios na floresta, agressão aos ianomâmis e outros motivos, tenderão a crescer nas próximas décadas.

Nessa perspectiva, apesar de haver denúncias sérias e realistas circulando pela mídia internacional, em relação à Amazônia é comum o cultivo de um clima de catastrofismo, de alarmismo, muito facilmente divulgados pela internet. Para Mattos (1993), esse clima reflete e favorece uma conspiração para que o Brasil perca sua soberania sobre o território amazônico, sob variados pretextos, como os de proteção do meio ambiente ou dos índios, por exemplo.

> Qualquer observador mais arguto poderá lembrar a extraordinária mobilização da propaganda internacional sobre os problemas da Amazônia que, a partir de 1987, passaram a receber tratamento privilegiado de organizações, organismos, governos, personalidades, mídia e outros segmentos. Estimativas exageradas em relação à extensão das queimadas, afirmações sobre extermínio de índios, matança e tráfico de animais silvestres, problemas de garimpo, poluição dos rios, narcotráfico e militarização da área passaram a fazer parte de um noticiário inteligentemente bem orquestrado e respaldado pela Organização das Nações Unidas. (MATTOS, 1993, p. 87).

Aqui as ONGs e outras entidades agiriam no sentido de convencer a opinião pública mundial de que a questão amazônica é do interesse da Humanidade e não apenas dos países sul-americanos que possuem floresta tropical; os governos e cidadãos desses países são, muitas vezes, apresentados como vilões e irresponsáveis. Uma grande mobilização da opinião pública nacional e internacional poderia pressionar o governo brasileiro a tornar cada vez mais inacessíveis grandes áreas florestais, declaradas reservas indígenas, parques nacionais ou áreas de proteção ambiental, restringindo sua exploração econômica por parte do Estado. Assim, mesmo as mais nobres intenções de preservação ambiental, divulgadas e elogiadas na grande mídia, fariam parte de uma manobra de institucionalização dos conceitos de soberania limitada ou restrita, no interior de uma campanha mal-intencionada para usurpar a Amazônia.

> "A campanha de utilização da política ambientalista para institucionalizar conceitos de soberania limitada ou restrita é o que se convencionou chamar de 'dever de ingerência' sobre países em desenvolvimento, particularmente, aqueles que, como o Brasil, por seu imenso Poder Latente, são detentores de grandes reservas de matérias-primas". (Mattos, 1993, p. 86).

Nesse enfoque, a internacionalização da Amazônia poderia ocorrer a partir de instante em que recebesse o status de patrimônio mundial. Qual seria a autoridade mundial credenciada para conferir esse status? Refletindo sobre essa questão, Mattos (1993) ressalta que o ex-ministro da defesa dos Estados Unidos, Mr. Robert McNamara, já propôs que o clube dos países que formam o G-7 (Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha, França, Inglaterra e Itália) poderia cumprir esse papel. O assalto à Amazônia poderia se dar sob o patrocínio da ONU, que comandaria uma força militar intervencionista e multinacional, respaldada por resoluções do seu Conselho de Segurança, nos mesmo

moldes da United Nations Preventive Deployment Force (Unpredep), que de 1995 a 1999, foi acionada para defender a integridade da antiga República Iugoslava da Macedônia. Outrossim, a prévia autorização das Nações Unidas poderia ser desnecessária, pois em documento firmado logo após a intervenção em Kosovo, a OTAN passou a considerar-se "autorizada a intervir em locais onde considerar imperiosa a defesa dos direitos humanos, o combate ao narcotráfico e a defesa das reservas estratégicas da humanidade - como a Amazônia, a maior biosfera restante". (REZENDE, 12 Dez. 1999). Em outras palavras, após o conflito da Iugoslávia, a OTAN foi transformada em braço militar intervencionista de seus membros mais poderosos, que ainda dispõem do controle dos mais importantes organismos internacionais, como o próprio Conselho de Segurança da ONU e instituições financeiras internacionais.

HISTÓRICO DA PRESSÃO INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Segundo o ex-embaixador Antonio Amaral de Sampaio (31 Ago. 2000), conferencista da Escola Superior de Guerra e das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército e da Marinha, desde o período colonial, potências européias tentaram estabelecer-se na foz amazônica, com o intuito de subir o rio em busca de riquezas minerais. "Portugal soube, porém, defender, com unhas e dentes, suas possessões por meio de iniciativas concebidas e mandadas executar pelo marquês de Pombal". Uma vez que a literatura militar afirmar que a Amazônia tem sido objeto de desejo internacional desde a época de seu descobrimento, quando o interesse maior recaia sobre os recursos minerais, segue abaixo uma síntese cronológica daquilo que são consideradas as investidas internacionais para a conquista da Amazônia. Entretanto, esse resgate histórico focaliza as tentativas de subtrair a Amazônia do Brasil, restringindo-se, portanto, ao período pós-independência, considerado aqui o marco da criação do Estado brasileiro.

Se nos primórdios da colonização da Amazônia, o interesse maior recaía sobre seus virtuais recursos minerais, o almejado e fabuloso Eldorado, no contexto sócio-econômico do século XIX, o foco de interesse passou a ser relativo ao comércio, imigração e navegação do rio Amazonas. Segundo Garner (Mar. 1996), em meados do século

dezenove, os Estados Unidos advogavam a abertura da região amazônica ao comércio, imigração e colonização, movimento que representava a aplicação da ideologia de superioridade da raça anglo-saxônica sobre a hispânica, como a única capaz de realizar a missão de "civilizar" várias partes do mundo. De fato, no período que sucedeu ao seu descobrimento, o vale do Amazonas permaneceu fechado à navegação estrangeira, primeiro por Portugal e, no período imperial, pelo Brasil. Esse isolamento passou a ser fortemente criticado porque contradizia a idéia anglo-saxônica de progresso e de civilização, ligados à expansão comercial, abertura de novos mercados e acesso a riquezas naturais.

Assim, em 1850, o chefe do Observatório Naval dos EUA, em Washington, e importante hidrógrafo da marinha norte-americana, tenente Matthew Fontaine Maury, começou uma campanha nos EUA para engajar o governo norte-americano na tarefa de forçar o governo brasileiro a abrir o Amazonas à navegação e ao comércio estrangeiros, considerado por ele, um ato absolutamente necessário ao bem-estar dos EUA e da América do Norte. (GARNER, Mar. 1996). Em 1849, Maury já havia publicado um artigo na revista "Boys Review", no qual teorizava que o Golfo do México e a Amazônia fariam parte de um mesmo complexo geográfico, em razão do que a Amazônia seria uma extensão natural do vale do rio Mississipi. Para Luz Costa (Jul. 1995), com essa teoria, Maury pretendia fortalecer seu plano de estimular a abertura do rio Amazonas ao comércio externo e a expansão dos EUA na Amazônia. Essa conclusão dos estudos oceanográficos de Maury advinha de suas observações de que um tronco de madeira lançado pelo rio amazonas, boiando no oceano, seria carregado pelas correntes do mar das Antilhas, no Caribe, chamado por ele "o nosso mar", até o Golfo do México e à desembocadura do Mississipi. Além do argumento geográfico, Maury defendia outro, de natureza racista, expressando o preconceito de que somente a raça saxônica, forte e decidida, teria a habilidade de gerar desenvolvimento civilizatório e de conquistar científica e economicamente o paraíso das matérias primas que formava o mundo amazônico (GARNER, Mar. 1996).

O movimento iniciado por Maury inspirou algumas expedições à bacia do rio Amazonas, patrocinadas pelo governo norte-americano e apresentadas oficialmente como viagens de estudo. Tais expedições comandadas pelos tenentes William Herndon e

Lardner Gibbon ocorreram entre 1851 e 1852, por ordem do Secretário da Marinha estadunidense, William Graham. (Garner, março de 1996). Numa época em que os transportes eram dominados pela navegação a vapor, era de importância vital dominar os sistemas hidrográficos. Assim, essas expedições tiveram por função, seguindo instruções do próprio Maury, coletar o maior número possível de dados sobre a região, entre eles: a navegabilidade dos rios; o número de habitantes e suas condições comerciais, industriais e sociais; o clima, a qualidade do solo, a capacidade de cultivo e de produção; tipo e extensão das riquezas comerciais não cultivadas, que ocorressem nas florestas, nos rios, ou nas reservas minerais. Esses dados seriam úteis para analisar as possibilidades econômicas da região, sobretudo a viabilidade da abertura do rio para o comércio internacional. Os resultados da viagem de Herndon e Gibbon foram amplamente divulgados nos EUA. Como conseqüência, em 1853, em mensagem enviada pelo governo dos EUA ao congresso brasileiro, referia-se à Amazônia como uma região que obteria fundos inesgotáveis de riquezas ao se abrir à indústria mundial. (GARNER, Mar. 1996).

Entretanto, o governo imperial brasileiro recusou abrir o Amazonas ao comércio estrangeiro, o que levou Maury a iniciar uma campanha de difamação contra o Brasil nas imprensas dos EUA e Europa. O episódio acabou tornando-se um assunto de Estado e levou D. Pedro II a convocar o Conselho de Estado, em 1 de abril de 1854, para discutir a questão. Baseando-se no Direito das gentes e nas Leis das nações, os conselheiros de Estado, cientes do impulso expansionista dos EUA, defenderam e afirmaram o "direito perfeito" - direito de constranger externamente - de soberania brasileira sobre o rio Amazonas. (RUIZ, 1986).

Por fim, para além dos argumentos de natureza oceanográfica, Maury via na Amazônia uma solução para a escravidão norte-americana e propunha que a Amazônia fosse colonizada pelos brancos sulistas e seus escravos. Planejava que essa colonização, aliada à exploração comercial da região por comerciantes americanos, criaria uma "colônia americana" na Amazônia, eventualmente, levando ao estabelecimento de um novo Estado, a "República Amazônica", sob a esfera de influência dos Estados Unidos. Na seqüência, a Guerra Civil dos Estados-Unidos passou a ser o centro de atenção dos norte-americanos e

Maury, ao direcionar seu apoio aos Confederados, acabou desacreditado. Mesmo assim, posteriormente, a idéia de Maury serviu para que se propusesse nos EUA - em princípio, ocultamente - a criação de uma República Amazônica a partir do estabelecimento de uma colônia norte-americana na Amazônia, "de clima adaptado à raça negra", para abrigar os negros norte-americanos libertados pelo Ato do Congresso dos EUA, em 1861. Em 1862, D. Pedro II, obviamente percebendo o perigo de permitir uma colonização norte-americana na Amazônia sem que a região fosse primeiramente povoada por brasileiros, rejeitou a proposta do general James Watson Webb, ministro dos EUA no Rio de Janeiro, de organizar uma companhia, com capital de 25 milhões de dólares, para introduzir negros sulistas na Amazônia. Em consonância a isso, no decorrer da segunda metade do século XIX, o governo imperial, para revitalizar o princípio de "*uti possidetis*", fomentou a implantação de colônias militares na Amazônia Ocidental. (LUZ COSTA, Jul. 1995).

No século XX, observa-se um reajuste do foco de interesses estrangeiros sobre a Amazônia, agora em função do advento da Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, devido à necessidade de se garantir o acesso a matérias-primas estratégicas para substituir aquelas caídas em mãos dos japoneses, a Amazônia brasileira foi considerada essencial para a vitória aliada. Já em 1937, diante do avanço nazista na Europa, Nelson Rockefeller, empresário da Standard Oil Company que empreendera uma viagem de três meses pela Amazônia, lançou a idéia de que os EUA, para garantirem seu poderio bélico-industrial, deveriam desde logo assegurar o acesso às incomensuráveis riquezas do solo e subsolo da região. Em 1940, Rockefeller, com a criação da American International Association for Economic and Social Development (AIA), órgão alegadamente filantrópico, implantou um projeto que colocou, de início, várias missões religiosas na Amazônia. (BRASIL, 08 Dez. 2002).

Em 1943, Nelson Rockefeller, na função de coordenador dos Assuntos Interamericanos, requisitou um estudo para determinar a possibilidade de abertura de um caminho fluvial ligando os rios Orinoco, Casiquiare, Negro e Amazonas, da cidade de Belém do Pará à cidade Bolívar, na Venezuela, passando pela Colômbia, ligando assim dois dos mais importantes rios da América do Sul, o Orinoco e o Amazonas. O levantamento

dessa área da Amazônia internacional, com planos integrados para a exploração da borracha nos três países, foi articulado pelo Estado-maior norte-americano, que, enquanto durou a II Guerra Mundial, manteve-se preparado para defender a Amazônia militarmente, caso o teatro de guerra passasse da Europa para as Américas. (GARNER, Mar. 1996). Os projetos de Rockefeller para a Amazônia se enfraqueceram devido a invenção da borracha sintética, que removeu o interesse pela borracha dos seringais amazônicos, e ao término da Segunda Guerra, em razão da prioridade ao Plano Marshall na Europa. (BRASIL, 08 Dez. 2002).

Segundo Garner (Mar. 1996), até 1940, a noção de que o meio-ambiente da Amazônia e suas populações originais, os indígenas, devessem ser preservados em seu estado natural não constava na agenda política internacional. Foi mais precisamente a partir da criação da ONU, após o término da Segunda Guerra Mundial, que conceitos elaborados nos países que saíram vitoriosos da guerra foram, paulatinamente, se tornando globais. Esse processo foi se intensificando progressivamente e, a partir da década de 1980, os temas do meio ambiente e dos direitos humanos já estavam bem consolidados na agenda internacional. O princípio de "soberania nacional perfeita", identificado com o Estado, passou a se enfraquecer diante do desenvolvimento do conceito de "soberania do povo", inspirado pela idéia rousseauniana de contrato social, que enquadra os governos nacionais como virtuais opressores dos povos. Nesse contexto, diante da universalização e consolidação de conceitos como democracia, direitos humanos, meio-ambiente, etc., novamente, a Amazônia passou a ser foco de atenção crescente e, com o desenvolvimento do conceito de soberania do povo, os direitos humanos e territoriais dos índios da Amazônia passaram a ser incluídos na pauta de pressão internacional.

Em 1948, foi criado na Unesco, órgão da ONU, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, cujo objetivo era orientar, apoiar, centralizar e difundir a pesquisa científica na área. Esse órgão coordenaria a exploração da floresta no Brasil e nos demais países amazônicos, com o suporte financeiro do Banco Mundial (Bird). Todavia, na terceira conferência, em 1949, à medida que os problemas de ordem cultural eram discutidos na Unesco, os delegados brasileiros começaram a perceber que os projetos que estavam sendo

propostos e aprovados tornavam-se mais abrangentes e iriam, fatalmente, colidir com o fator de soberania nacional. Assim, o Congresso Nacional solicitou que o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) examinasse o assunto. Os militares concluíram que as atividades do Instituto não poderiam ser realizadas sem o consentimento prévio e explícito dos respectivos governos nacionais. Diante disso, o Congresso - pela ação do ex-presidente Arthur Bernardes, na época, deputado federal que incitou intensa campanha popular - rejeitou o plano proposto pela Unesco, alegando que o Brasil perderia o controle da região. (RETRATO DO BRASIL, 1986). Com a recusa brasileira o instituto, praticamente, encerrou suas atividades. Segundo Mattos (1993, p.88), "[...] esse projeto já previa a internacionalização da nossa Amazônia".

Entre 1967 e 1968, o Hudson Institute, sediado em Nova York, dirigido por Hermann Khan, sugeriu a criação de insólitos grandes lagos na Amazônia sul-americana, apresentando o plano ao então ministro do Planejamento Roberto Campos. O projeto do Instituto Hudson - ressaltando que o referido instituto trabalhava para o Departamento de Estado e para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (Pentágono), de onde provinham 85% de seu orçamento - previa a inundação de 600 mil km², com o desaparecimento de 18 municípios dos estados do amazonas e Pará, incluindo Manaus, e iria provocar a destruição de todo o potencial mineral já identificado na região, bem como da vida rural que ali já se desenvolvia com êxito. (REIS, 1971). Complementando o estudo requisitado por Rockefeller a engenheiros norte-americanos, feito em 1943, sobre a viabilidade de ligar os rios Orinoco e Negro através da navegabilidade do Casiquiara, o projeto visava o desvio parcial do rio Caquetá para o Putomaio possibilitando um fácil acesso ao rio Amazonas pela parte ocidental da Colômbia. O projeto do grande lago também previa que, em caso de um conflito nuclear, parte da população norte-americana para ali se deslocaria, em condições favoráveis de recriar a civilização. Na época, por motivos estratégicos, o projeto foi desaprovado pelas Forças Amadas brasileiras e repelido pelo Itamaraty, que sugeriu ao governo medidas preventivas da soberania nacional na Amazônia. (LUZ COSTA, Jul/1995).

Em julho de 1981, ocorreu em Genebra o "1º Simpósio Mundial sobre Divergências Interétnicas na América do Sul". Nesse evento, baseando-se implicitamente no conceito de "soberania do povo", uma instituição denominada Conselho Mundial de Igrejas Cristãs (Christian Church World Council) divulgou amplamente um documento negando a soberania do Brasil sobre a Amazônia, considerada patrimônio da humanidade pelos participantes do encontro. (BRASIL, 08 Dez. 2002). O simpósio elaborou um documento declarando que a posse da Amazônia pela Venezuela, Colômbia, Peru e Brasil seria meramente circunstancial, por decisão "filosófica" dos organismos presentes ao Simpósio e de seus membros. O documento também aventava uma forma jurídica para preservar tais áreas, incluindo a propriedade da terra, "que deverá compreender o solo, o subsolo e tudo que neles existir, tanto em forma de recursos naturais renováveis como não-renováveis. É nosso dever preservar e evitar, em caráter de urgência, até que as novas nações estejam estruturadas, ações de mineração, garimpagem, construção de estradas, formação de vilas, fazendas, plantações de qualquer natureza. [...] É nosso dever conseguir o mais rápido possível emendas constitucionais no Brasil, Venezuela e Colômbia, para que os objetivos destas diretrizes sejam garantidos por preceitos constitucionais. [...] É nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e de seus habitantes aborígines, para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias, cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico". (CRISTALDO, 12 Fev. 1995). Na seqüência, o mesmo documento traçava algumas estratégias para alcançar a missão acima referida. Para o cumprimento dessas diretrizes, os missionários deveriam angariar o apoio de "pessoas ilustres, como é o caso de Gilberto Freyre no Brasil, bem como principalmente entre políticos, sociólogos, antropólogos, geólogos, autoridades governamentais, indigenistas e outros de importante influência, como é o caso de jornalistas e seus veículos de imprensa". Outra estratégia seria a de superdimensionar as necessidades de terra dos índios, "sempre pedindo três ou quatro vezes mais, sempre reivindicando a devolução da terra do índio, pois tudo pertencia a ele". (CRISTALDO, 12 Fev. 1995). Não bastasse a pretensão de se intrometer em assuntos internos do Estado brasileiro, o documento também instruía para que se incitasse nos índios o racismo e a hostilidade para com o branco. Deve-se alfabetizar os povos indígenas em suas línguas maternas, "incutindo-lhes coragem, determinação, audácia, valentia e até um

pouco de espírito agressivo, para que aprendam a defender os seus direitos, é preciso levar em consideração que os indígenas desses países são apáticos, subnutridos e preguiçosos. É preciso que eles vejam o homem branco como um inimigo permanente, não somente dele, índio, mas também do sistema ecológico da Amazônia. É preciso despertar algum orgulho que o índio tenha dentro de si. É preciso que o índio veja e tenha consciência de que o missionário é a única salvação. [...] É preciso insistir no conceito de etnia, para que desse modo seja despertado o instinto natural de segregação, do orgulho de pertencer a uma nobreza étnica, da consciência de ser melhor que o homem branco". (CRISTALDO, 12 Fev. 1995). Para o general Altino Brasil, esse simpósio e o documento por ele gerado, são demonstrações inequívocas do interesse estrangeiro pela Amazônia brasileira, no sentido de usurpa-la; interesses provindos dos Estados e corroborados pela sociedade civil. (BRASIL, 08 Dez. 2002).

De forma bastante recorrente, os escritos militares, na grande maioria das vezes sem citar as fontes bibliográficas, procuram ilustrar a ameaça de internacionalização da Amazônia com excertos de pronunciamentos que seriam de grandes personalidades políticas mundiais, realizados a partir da década de 1980. Um exemplo bem significativo dessas repetidas citações pode ser encontrado em ordem cronológica na monografia do coronel de infantaria do exército, Walter Romero C. Branco, defendida em 2001 na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme).

> - 1989 – François Mitterrand, presidente da França. "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia"
>
> - 1989 – Al Gore, futuro vice-presidente dos EUA. "A Amazônia é um patrimônio da humanidade e não dos países que a ocupam". "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós".
>
> - 1991 – Helmut Kohl, chanceler alemão. "Os países que constituem o Grupo dos Sete precisam buscar um acordo com o Governo brasileiro para que as regras para a administração da Amazônia sejam estabelecidas".
>
> - 1992 – Mikhail Gorbatchov, presidente da extinta União Soviética. "O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes"
>
> - 1992 – John Major, primeiro ministro do Reino Unido. "As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todos no Mundo. As campanhas ecologistas internacionais que visam à limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região".
>
> - 1994 – Henry Kissinger, secretário de Estado americano. "Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta. Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos".
>
> - 1998 – General Patrick Hugles, chefe do órgão central de informações das Forças Armadas americanas. "Caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente dos EUA, temos de estar prontos para interromper esse processo imediatamente".
>
> - 1999 – Al Gore, vice-presidente dos EUA. "Acabou a fase de contemporização. Agora é a vez da ação militar, pois os países que têm a Amazônia dela não sabem cuidar". (BRANCO, 2001, p. 42).

Mantendo a ordem cronológica, seguem essas e outras citações acrescidas de outros episódios relatados em vários textos de oficiais das Forças Armadas que ilustrariam a investida estrangeira contra a soberania brasileira na Amazônia.

Em 20 de agosto de 1993, o jornal "The New York Times", em matéria de primeira página, publicou o massacre dos índios Ianomâmis na região fronteiriça com a Venezuela, notícia que causou grande comoção. Três dias depois, 23 de agosto, o mesmo jornal publicou um editorial de Terence Tuner, antropólogo da Universidade de Chicago,

intitulado "Brasil, culpado do massacre na Amazônia", no qual sugeria que os EUA e outros países pressionassem o Brasil para dar fim à sua hostilidade contra os povos indígenas e para permitir uma investigação do massacre por técnicos independentes, diga-se, estrangeiros. Para o Coronel de Artilharia e Estado Maior, Nilton Freixinho (1994), o editorial de Tuner, ao sugerir que países estrangeiros têm o direito de defenderem povos e regiões de outro Estado, age no sentido de enfraquecer o princípio da soberania perfeita, em nome do princípio da soberania do povo. Para o coronel, a soberania perfeita do Brasil sobre áreas dos Tikunas no alto Solimões já pode ser contestada, uma vez que o governo suíço investiu aproximadamente US$ 450 mil para demarcá-las, mesmo considerando que essa operação financeira tenha recebido o aval do governo brasileiro. O mesmo se pode dizer sobre, outro exemplo, a demarcação de 5 milhões de hectares de reserva indígena no sul do Pará, que foi financiada por uma organização norte-americana. (FREIXINHO, 1994).

Aprofundando essa tendência, mais recentemente, vem sendo articulado nos fóruns internacionais um princípio denominado "direitos da humanidade", que possui caráter global e sobrepuja o princípio de soberania nacional perfeita e mesmo o de "soberania do povo". Pontos centrais desse princípio são: a preservação ecológica do planeta para os habitantes de todas as nações; e a expansão e imposição de valores desenvolvidos no Oeste, pelos países hegemônicos, como valores universais, tais como direitos humanos, democracia e erradicação de drogas. Essa reformulação dos "direitos da humanidade" vem sendo largamente empregada pelas grandes potências com o fim de legitimar o "direito de ingerência", ou seja, um pretenso direito auto-outorgado, para ser exercido conforme seus próprios interesses e os ditames do realismo político. (GARNER, Mar. 1996). Segundo Vidigal (Abr.-Jun., 2002, p. 93), "os princípios de não-intervenção e autodeterminação, que foram os fundamentos das relações internacionais durante a Guerra Fria, foram agora relegados a plano secundário".

Para Therezinha de Castro (1999), conferencista da Escola Superior de Guerra (ESG), e para muitos outros oficiais militares, o Brasil não estaria imune a essa investida de Estados estrangeiros, a julgar pelas declarações de seus chefes e governantes.

Segundo Mattos, (1993), o estabelecimento de um "sistema de soberanias limitadas" sobre as áreas do planeta e sob os mais variados pretextos implica na destruição do conceito de Estado Nacional Soberano. "Neste cenário, a Amazônia e seus vastos recursos naturais passariam a ser considerados como 'Patrimônio da Humanidade'". (MATTOS, 1993, p. 86). Em 1989, na Conferência de Haia, o então presidente da França, François Miterrand, levantou a tese da soberania relativa, afirmando que Brasil deveria aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia, considerada por ele "patrimônio da humanidade". Nesse mesmo evento, Miterrand foi apoiado por Mikhail Gorbatchev, da então URSS, segundo a qual o Brasil e os demais países onde há florestas tropicais deveriam delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos Organismos Internacionais competentes, reforçando as doutrinas da soberania relativa e do direito de ingerência. (CASTRO, 1999; VIDIGAL, Abr.-Jun., 2002). Também para John Major, então primeiro-ministro da Inglaterra, as nações desenvolvidas deveriam estender os domínios da lei ao que pertence a todo o mundo, iniciando uma fase operativa que pode definitivamente ensejar intervenções militares diretas sobre a região amazônica. (LUZ COSTA, Jul. 1995). Em outro exemplo, Vidigal (Abr.-Jun., 2002, p. 94), cita o senador Al Gore, que depois se tornaria vice-presidente dos Estados Unidos, que disse em 1988, "ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós".[26] O teor desse discurso repetiu-se em 1990, pelas palavras da secretária de Estado do governo Bill Clinton, Madeleine Albright: "[...] quando as questões são de meio ambiente, não existem fronteiras". (CASTRO, 1998). Em 1998, o general norte-americano Patrick Hughes, chefe do órgão central de informações das Forças Armadas norte-americanas, afirmou publicamente que se o Brasil fizer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente, os Estados Unidos deverão interromper esse processo imediatamente. Na ocasião a diplomacia brasileira reagiu e foi emitido um desmentido formal. "Mas o fato é que ele fez a declaração; por que disse isso?" (Mattos, 2002).

Retornando a 1989, ao encontro dessa investida estrangeira, Cel Altino Brasil (1998), informa que a ONG britânica "The Nature Conservancy" (TNC), junto com a

---

[26] Também citado por CASTRO (1998).

World Resources Institute, de Washington, lançaram mundialmente o falso alarme de que o Brasil seria o terceiro maior contribuinte mundial para o "efeito estufa". Esse fato, não obstante desmentido pela comunidade científica internacional, serviu parcialmente para minar a credibilidade brasileira em proteger os recursos naturais. Outro episódio relevante que contribui para deteriorar a imagem do Brasil no exterior ocorreu por vários meses, entre fins de 1999 e início de 2000, quando a rede de televisão CNN transmitiu um comercial institucional dedicado à Amazônia, apresentado por sua correspondente no Rio de Janeiro, Marina Mirabella. O comercial iniciava mostrando as belezas e maravilhas da região, exaltando-as; de repente um corte, e apareciam cenas de queimadas, garimpos, devastação da flora e da fauna e sujeiras. Terminava com a conclusão da jornalista, ditas em "*off*": "São os brasileiros que estão fazendo isso. Até quando? A Amazônia pertence à Humanidade e o Brasil não tem competência para preservá-la". (CHAGAS, 24 Fev. 2000).

Em 1998, na Inglaterra, o Centro Hadley para a Previsão e Pesquisa do Tempo e a Unidade de Pesquisa Climática da Universidade de East Anglia, em Norwich, anunciaram em conjunto que o ano de 1998 apresentou as médias globais de temperatura mais elevadas já registradas desde 1860, quando as medições foram iniciadas, constituindo também a pior estiagem dos últimos 118 anos. Alarmado por estes dados e também pela informação de que os rios do oeste e sul do Pará (Tocantins, Tapajós e outros afluentes do Amazonas) estavam secando, em média, 5 cm por dia, segundo um estudo meteorológico divulgado pela Agência Folha, o Centro Hadley divulgou em Londres que áreas da floresta amazônica se tornariam desérticas por volta de 2050, aumentando o efeito estufa mundial. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1999). Tal divulgação acabou gerando protestos de ecologistas de várias partes do mundo e grande comoção na comunidade internacional. Ocorre que o desmatamento na Amazônia, segundo interpretação predominante, afetaria o clima mundial e, especialmente, o meio ambiente no sul dos Estados Unidos. Em 1989, um debate ocorrido no senado dos Estados Unidos confirmou a responsabilidade da Amazônia pela sobrevivência da espécie humana. (CASTRO, 1999). Para Vidigal (Abr.-Jun., 2002, p. 94), "responsabilizar o desmatamento da Amazônia pelo agravamento do efeito estufa é apenas

um pretexto para internacionaliza-la e desviar a atenção do mundo do verdadeiro problema, [a queima de combustíveis fósseis]".

O coronel-aviador Cambeses Júnior (Ago. 1998), cita que, a partir de 1987, os problemas da Amazônia passaram a receber tratamento privilegiado de organizações, governos, personalidades, mídia e outros segmentos sociais. "Estimativas exageradas em relação à extensão das queimadas, afirmações sobre extermínio de índios, problemas de garimpo, poluição dos rios, narcotráfico e militarização da área passaram a fazer parte de um noticiário inteligentemente bem orquestrado e respaldado pela Organização das Nações Unidas". Para coronel-aviador, essa campanha ambientalista tem o propósito de institucionalizar conceitos de soberania limitada ou restrita, e o conseqüente dever de ingerência sobre países em desenvolvimento, particularmente, aqueles que, como o Brasil, são detentores de grandes reservas de matérias-primas. (CAMBESES JÚNIOR, Ago. 1998, p. 9).

Segundo Paiva (08 Dez. 2002), percebe-se nos textos condenatórios publicados nos Estados Unidos e Europa, algo etnocêntrico, marcado por meias verdades: os países pobres seriam os grandes culpados de tragédia ecológica, os novos bárbaros a pressionar as fronteiras do império tranqüilo dos ricos, metidos em suas casas bem aconchegantes, com suas geladeiras, sprays desodorantes, ar condicionado e máquinas de lavar. Portanto, se a Amazônia funciona como "esponja" em absorver o dióxido de carbono lançado ao ar pela queima de combustíveis fósseis, esta queima é procedida em muito maior volume pelas sociedades do Norte industrial do que pelas do Sul subdesenvolvido industrialmente. (PAIVA, 08 Dez. 2002).

Em resumo, segundo a tese da internacionalização, o cenário da defesa da Amazônia é preocupante em razão de uma série de conjuntos que se somam. 1.) O desenvolvimento do conceito de Direitos da Humanidade, relativizando o conceito de soberania absoluta. 2.) Os pronunciamentos recentes de autoria de chefes de Estado e de outras autoridades importantes na determinação das políticas internacionais - recorde-se aqui a declaração da secretária de Estado do governo Bill Clinton, Madeleine Albright de

que quando o meio ambiente está em perigo, não existem fronteiras. 3.) As várias operações de intervenções norte-americanas, especialmente ocorridas a partir da década de 1990, sinalizando que os Estados Unidos poderão intervir militarmente, sob o pretexto de garantir os direitos humanos e o meio ambiente ameaçados, em qualquer parte do mundo em que seus interesses estejam em jogo. Essa leitura faz com que setores das FFAA brasileiras fiquem mais críticos e mobilizados em relação aos Estados Unidos, elegendo-o como o principal inimigo em potencial do Brasil. Se na época da bipolaridade, os Estados Unidos não se arriscariam a jogar o Brasil e talvez toda a América Latina para o lado socialista, a situação não é mais a mesma. (AZEREDO, 16 Ago. 1999)

AS QUESTÕES DOS ÍNDIOS E DAS ONGS

Tal como ocorre em relação ao tema ambiental, nas questões acerca da população de diversos povos indígenas que habitam a Amazônia, estimada em menos de 200 mil pessoas, aparece forte antagonismo entre o pensamento militar e o posicionamento de outras instituições que abordam esse tema, como ONGs, Universidades e Igrejas, notadamente, a Igreja Católica, através de seu órgão, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Sob a perspectiva militar, a demarcação de imensas áreas junto à fronteira traz claras ameaças à soberania nacional. A preocupação internacional com os indígenas é considerada exagerada e seria outro indício do conluio que objetiva apropriar as riquezas amazônicas, em especial as do subsolo - muitos textos advindos das Forças Armadas afirmam haver grande quantidade de minérios no subsolo de reservas indígenas e atentam para essa vulnerabilidade amazônica.

Segundo Mattos (1993, p. 86), as reivindicações das organizações mundiais ligadas ao campo da antropologia pretendem manter intocáveis as poucas tribos indígenas existentes na Amazônia, "no estado de seu primitivismo original, a serem preservadas como verdadeiro laboratório vivo destinado à curiosidade de estudiosos". A mentalidade predominante é de que os índios brasileiros devem permanecer intocados e isolados em sua cultura, como exemplares de um zoológico humano, sem direito a integrar-se à sociedade contemporânea. Para a profa. Terezinha de Castro (1999), membro do Corpo Permanente

da Escola Superior de Guerra (ESG), especificamente da Divisão de Assuntos Internacionais dessa escola, o argumento em prol da intocabilidade seria mal intencionado, pois, com a cumplicidade da ONU, do G-7, de ONGs e Organizações Religiosas, apoiado pela inépcia do Governo Brasileiro, a região amazônica tem sido vasculhada para, em reservas indígenas, se instalarem seus respectivos poderes políticos. A situação é agravada com a "Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas", pela qual a ONU concede o direito a autodeterminação às "nações indígenas", por quem as ONGs tanto brigam. É agravada também pelas críticas que essas organizações internacionais têm dirigido à tradicional política brasileira de aculturar a população indígena, aplicada desde os tempos de Rondon.

Na Amazônia existem cerca de 133.600 índios conhecidos, que ocupam uma área, predominantemente florestal, de mais de 1,04 milhões de km², ou seja, uma proporção de 0,8% da população ocupando 20% das terras. Questiona-se por que tantos representantes de diversas igrejas e demais organizações revelam acentuado interesse dirigido aos Ianomâmis, que vivem numa área rica em ouro, diamante, estanho, cobre, chumbo e urânio, sendo que outras tribos indígenas da própria região amazônica - entre outras, na região do Alto Solimões há uma população indígena composta de 20.000 indivíduos; no Nordeste Amazônico habitam 14.500 índios; e, no Acre, 8.200 - são sumariamente ignoradas por essas organizações. Não se observa o mesmo empenho explícito em defender essas populações de outras localidades por parte das organizações que tomam a bandeira dos Ianomâmis. (CASTRO, 1999).

Esse interesse estrangeiro foi contemplado quando o então presidente Fernando Collor, em 15 de novembro de 1991, criou - por decreto, sem consultar o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) - a reserva Ianomâmi com 9,4 milhões de hectares, na região de fronteira com a Venezuela. A área dessa reserva é três vezes maior que a da Holanda ou da Bélgica, abrigando pouco mais de 9.000 índios. Para se ter uma noção mais precisa sobre o fenomenal tamanho dessa reserva, é preciso considerar que se a proporção geográfica de hectares por número de pessoas referente ao espaço cedido aos Ianomâmis valesse para os 150 milhões de brasileiros, uma estimativa da população da época, seria

necessário que o país tivesse uma área três vezes maior que o planeta, incluindo no cômputo a superfície líquida. (CASTRO, 1999).

Segundo Zendim (2005, p. 6), a demarcação da reserva Ianomâmi, "área extremamente rica em ouro", foi em razão de "pressão externa", por parte da Inglaterra e dos EUA, e de "clara ameaça à soberania nacional", envolvendo "falta de informações precisas quanto à localização e ao efetivo de indígenas", que foi superdimensionado, e a "inclusão de malocas de diferentes etnias, generalizadas, providencialmente, como ianomâmis".

Para Mattos (Jul-Set. 1992), a demarcação de terras foi tratada em nível emocional elevado, marcado pelo excesso de pressão política de grupos ambientalistas internacionais. Tal reserva, além de chamar à atenção pela enorme área em relação à pequena população indígena lá existente, se encontra parcialmente situada na faixa de fronteira de 150 km, o que desrespeita o parágrafo 2º, inciso XI, do Art. 20 da Constituição brasileira. (CASTRO, 1999). Segundo Vidigal (Abr-Jun. 2002, p. 96), o caso da reserva Ianomâmi, que se estende por dois estados, representa insuportável vulnerabilidade estratégica. A insistência da comunidade internacional em denominá-la "Nação Ianomâmi" é o início de um processo "que visão ao reconhecimento da autonomia da região sob mandato das Nações Unidas".

Segundo o Gen. Brigada Fernando Henrique Pereira Rosa (2004), em Monografia apresentada na Escola Superior de Guerra no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, publicada na Revista da Escola Superior de Guerra (ESG), o processo de demarcação de terras indígenas é passível de críticas ao levar em consideração somente aspectos antropológicos e culturais, ignorando, algumas vezes, aspectos políticos, socioeconômicos e de segurança, como é o caso da faixa de fronteira, gerando tensões sociais para os estados e municípios envolvidos e podendo até mesmo gerar problemas para a defesa nacional. O general questiona que o assunto não foi levado ao Congresso Nacional nem ao então Conselho de Defesa Nacional, sendo importante demais, por envolver a

defesa nacional, para ser tratado somente na esfera do Ministério da Justiça e da Funai. (ROSA, 2004).

Nessa mesma linha de raciocínio, segundo Branco (2001, p. 21), coronel de infantaria do exército, em monografia apresenta da na ECEME, a demarcação das reservas indígenas, ocorrendo sob forte pressão internacional, em verdade não corresponde aos interesses do índio brasileiro, "mas aos desígnios predatórios da cobiça imperialista, empenhada já na ocupação dissimulada do espaço amazônico e na preparação e proclamação da independência das tribos indígenas como nações encravadas em território nacional, do qual se desmembrariam". Essa demarcação desde muito deixou de ser uma questão de proteção ao silvícola para se converter numa grave ameaça à integridade nacional. Para Zendim (2005, p 7), a ideologia de preservação incondicional das culturas indígenas justificando a necessidade de demarcação de gigantescas reservas ocorre em detrimento de populações inteiras, do desenvolvimento sócio-econômico da área e da própria segurança nacional. Causas ambientais e indígenas "são manipuladas para dificultarem a construção de hidrovias, gasodutos, instalações militares, portos, aeroportos, hidrelétricas e demais empreendimentos necessários ao desenvolvimento sócio-econômico do país e da Amazônia". (ZENDIM, 2005, p. 8).

Além disso, reservas gigantescas para tão poucos indivíduos podem ser prejudiciais para o próprio índio. A História mostra que é impossível para o tempo e manter um grupo humano isolado artificialmente. Pelo contrário, em situações em que um grupo étnico, até então conservado isoladamente, passa a ter contato com outros agrupamentos humanos que estão em diferentes estágios de desenvolvimento civilizatório, ocorre uma interação e a conseqüente absorção de traços culturais, resultando na geração de novas realidades socioculturais. Como não é possível garantir o total isolamento ou um policiamento protetor, sem uma política de integração, a tendência é que cheguem aos indígenas somente os subprodutos da civilização ocidental, o que há de pior na sociedade moderna, enquanto o que há de melhor é mantido à distância pelo respeito à lei. Portanto, entre a manutenção de um isolamento parcial, sem controle do Estado, deixando o índio à mercê de toda sorte de interferência alienígena - funcionários da Funai, missionários de

diferentes seitas religiosas, garimpeiros, mineradores, caçadores clandestinos, pescadores, colhedores de açaí, de palmito, de castanhas, madeireiros, contrabandistas, narcotraficantes, plantadores de epadu, etc. - e a determinação de planejar uma integração gradual do índio ao restante da riqueza cultural e tecnológica do país, a segunda opção se apresenta mais racional. Conclui-se que devem ser dados aos Ianomâmis os mesmos direitos de um cidadão brasileiro, para que possam usufruir de benefícios do século XXI e não apenas de suas misérias. (MATTOS, Jul-Set. 1992).

Nessa mesma linha de raciocínio, para Vidigal (Abr-Jun, 2002, p. 94), a política indigenista brasileira é equivocada; a segregação dos índios em reservas "é uma violência praticada contra esses brasileiros que precisam ser, o mais rapidamente possível, integrados à sociedade" (p. 96). Segundo o General de Brigada Fernando Henrique Pereira Rosa, em Monografia apresentada na Escola Superior de Guerra (ESG) no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, os brasileiros de origem índia, à semelhança dos demais, são titulares de direitos inerentes à cidadania brasileira, pois cabe ao Estado promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (ROSA, 2004).

Provavelmente a instituição de porte nacional que mais polemiza com a visão dos militares sobre a questão indígena é a Igreja Católica, especificamente através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criado em 1972, que, em sua atuação missionária, representa o trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas. O CIMI discorda frontalmente da visão pró-integração, predominante no pensamento das Forças Armadas, contestando diretamente a ação do Estado brasileiro no sentido de promover "a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária, como única perspectiva". Pelo contrário, o objetivo da atuação do Cimi é o de fortalecer o processo de autonomia dos povos indígenas "na construção de um projeto alternativo, pluriétnico, popular e democrático". Os princípios que fundamentam a ação do Cimi, em seus próprios termos, são: "o respeito a alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e histórica e a valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas". Colocando-se na posição de aliado nas lutas pela

garantia dos direitos históricos dos índios, o CIMI acredita estar defendendo a causa indígena "dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural". (CIMI, 15 Out. 2002). A manutenção da pluralidade étnica é a divisa principal do discurso clerical em relação aos povos indígenas, sem conferir relevância às questões de Estado, que mais importam aos militares. Na perspectiva destes, o pluralismo étnico daria margens à emergência do pluralismo nacional, totalmente indesejável. Ambas as instituições, CIMI e Forças Armadas permanecem em dissenso sobre a questão indígena e agem no sentido de que as decisões estatais na determinação de políticas indigenistas estejam de acordo com suas perspectivas.

Muitos textos publicados ou veiculados por instituições militares, notadamente pela Escola Superior de Guerra (ESG), dirigem críticas à atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) na Amazônia. A principal crítica é que muitas das ONGs que atuam na Amazônia têm objetivos espúrios, muito diferentes dos declarados; algumas delas são "não-governamentais" somente na denominação, estando, na verdade, à serviço dos governos estrangeiros, ou, pelo menos, sendo manipuladas por eles. Segundo Castro (1999), em conferência proferida no I Seminário do projeto Sivam[27], a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR) havia identificado em 1997 que cerca de 60 organizações estrangeiras atuantes na Amazônia eram mais especializadas em geologia e antropologia do que sintonizadas com a causa missionária.

As críticas expressam que as campanhas "das ONGs e outras entidades inspiradas geralmente por intenções ocultas, pretensamente religiosas umas, mercantis outras" trazem prejuízos à ação do Estado na Amazônia, causando, por exemplo, um atraso na implantação do Programa Calha Norte. Nessa linha de críticas, às ONGs interessa a continuidade da ausência do Estado na região, para que possam "prosseguir agindo à vontade, com o objetivo ou de auferir lucros ou de estabelecer condições que venham a facilitar a verdadeira e já desvendada meta de promover a internacionalização de parcela da

[27] Realizado em Manaus (AM), entre 27 e 29 de outubro de 1998.

Amazônia". Sob o pretexto humanitário de preservação da cultura indígena, os principais articuladores das ONGs, apregoam, "cínica e descaradamente, que os atuais Estados devem ser divididos de acordo com rastros raciais e étnicos, de forma a vulnerabilizar a sangria das riquezas nacionais por potências estrangeiras". (SAMPAIO, 31 Ago. 2000).

Para Branco (2001, p. 24), "o principal instrumento utilizado pelas grandes potências para atingir seus objetivos tem sido o emprego das ONGs".

> O emprego instrumental dessas organizações para advogar interesses e, até mesmo, patrocinar involuntariamente causas lesivas à soberania nacional do Brasil, tem sido freqüente, porquanto neutraliza suspeitas, remove desconfianças, propicia manipulações, transforma opinião publicada em opinião pública, e, sobretudo, confere, à primeira vista, teor de legitimação a esse processo de interferência acobertada. (BRANCO, 2001, p. 24).

Segundo Zendin (2005), inúmeras organizações não-governamentais (ONGs) atuam na Amazônia sem o controle estatal, tomando, por vezes, atitudes contrárias aos interesses nacionais, em atendimento aos interesses de seus financiadores, notadamente estrangeiros. "Para isso, manipulam o ambientalismo-indigenismo a fim de imporem dificuldades ao povoamento e à efetiva integração da Amazônia, criando condições favoráveis ao seu futuro desmembramento". Além disso, a atuação das ONGs cria uma "artificial e extremada necessidade de preservação" da cultura de minoritárias indígenas, que se sobrepõe às carências de desenvolvimento sócio-econômico da maioria da população. (ZENDIM, 2005, p. 1).

Na mesma linha de raciocínio, o major de infantaria do Exército, Azambuja Junior (2005), expressa a recorrente desconfiança das Forças Armadas em relação às ONGs e igrejas que atuam na Amazônia. Segundo o major,

> A cobiça que desde a colonização esteve sempre presente, caracterizada pelas investidas de agentes econômicos imediatistas com reduzido compromisso com o Brasil somados aos interesses externos camuflados pelas ações em defesa dos índios, da fauna e da flora facilmente identificados pela existência de ONGs e Missionários buscam tão somente a exploração das riquezas lá existentes, caso contrário, tentam impedir que o Estado Brasileiro possa explorá-las. (AZAMBUJA JUNIOR, 2005, p. 6)

Para Mattos (08 Dez. 2005), alegando a incapacidade do Brasil em preservar a natureza amazônica, inúmeras ONGs européias e norte-americanas lutam para que se estabeleça o status de "território do interesse da humanidade" na Amazônia, de forma tal que um organismo supranacional, com autoridade decisória, passe a participar de sua administração. "As ONGs já envolveram a ONU, a Unesco e entidades financeiras internacionais na tese de apoio à criação de uma entidade supranacional para preservar a floresta amazônica". Muitas ONGs pressionam as instituições financeiras mundiais no sentido da implantação de uma autoridade com essas características na Amazônia e, com esse objetivo, aprovam ou desaprovam pedidos de empréstimo. Igualmente, mantêm e financiam várias agências na região que se apresentam como ambientalistas, antropológicas, naturalistas, indigenistas, pacifistas e de direitos humanos.

> Destacam-se entre as ONGs atuantes na Amazônia: a inglesa Survival International!, também conhecida como "Casa de Windsor" (dado sua estreita ligação com a coroa inglesa), cuja infiltração na região data dos anos 60; a European Working Group on Amazon (EWGA), o Conselho Mundial de Igrejas, reunindo igrejas protestantes da Europa e Estados Unidos; a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN); e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), sediado na Suíça. As acima citadas ONGs internacionais, além de outras, irradiam no Brasil - e em particular na Amazônia - uma rede de dezenas de agências que buscam criar na população local e nos indígenas uma conscientização da necessidade de internacionalizar a região. Entre as ONGs nacionais mais presentes na Amazônia destacam-se o Conselho Indigenista de Roraima (CIR), controlado pela Comissão Pastoral da Terra; a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (Apir); a Associação Regional Indígena dos Rios Kinô, Cotongo e Monte Roraima (Arikom). A Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte do Estado de Roraima defende a convivência pacífica e comunitária entre índios e não-índios. (MATTOS, 08 Dez. 2005).

Para o coronel-aviador da reserva Manuel Cambeses Júnior, membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra, diversos grupos de antropólogos,

etnólogos, ecologistas e indigenistas, em comunhão com os principais articuladores das ONGs, que denomina "centuriões da Wall Street", buscam encetar a idéia-força de fragmentação dos Estados. Estes grupos apregoam, "cínica e descaradamente, que os atuais Estados devem ser divididos de acordo com rastros raciais e étnicos, de forma a vulnerabilizar a sangria das riquezas nacionais por potências estrangeiras". (CAMBESES, JÚNIOR, Ago. 1998, p. 9).

Segundo Rosa (2004), as ONGs, majoritariamente estrangeiras, preconizam a criação de "Nações Indígenas", principalmente na faixa de fronteira e a desmilitarização das terras indígenas. Relata que recentemente uma ONG entrou com um processo na Justiça brasileira, questionando a existência de um Pelotão de Fronteira na Reserva Indígena de Raposa Serra do Sol, em Roraima, tendo sido indeferido pela Justiça. Para o Almirante-de-esquadra (reformado), Hernani Goulart Fortuna (Jul-Set. 2003),

> O trabalho pouco divulgado das missões religiosas estrangeiras, dedicadas à catequese indígena, com tarefas e missões definidas no exterior, também é motivo de preocupação, em face da possibilidade de ser, eventualmente, exigida a autonomia de nações tribais dentro do próprio território nacional. (FORTUNA, Jul-Set. 2003, p. 87)

De acordo com Rosa (2004), o serviço militar constitui uma boa oportunidade de reforçar a cidadania brasileira nos indígenas e imunizá-los à pregação das ONGs que, sem controle por parte dos Governos federal, estaduais e municipais, dificultam os projetos de desenvolvimento da região, atuando, ademais, como elemento dissociador da nacionalidade brasileira.

Assim, uma das estratégias das ONGs seria a de pressionar o governo brasileiro a preservar a floresta e a tornar cada vez mais inacessíveis grandes áreas dela, declaradas reservas indígenas, parques nacionais ou áreas de proteção ambiental que hoje ocupam quase 25% da Amazônia. Em Roraima, essa proteção impede que o governo estadual tenha qualquer ingerência sobre uma área equivalente a dois terços do estado, considerada restrita para exploração econômica, mas aberta para a atuação de ONGs, amiúde financiadas com recursos enviados do exterior. A título de exemplo, em 1998 no Estado de Roraima, a Funai demarcou uma área de 1,6 milhão de hectares na região de

Raposo, na Serra do Sul, garantindo 900 hectares para cada uma das 1.778 famílias indígenas cadastradas; enquanto isto, o Ministério da Reforma Agrária propõe para os assentamentos da Amazônia, áreas de 20 hectares para cada família de colono, sendo cinco hectares para produção e outros 15 para preservação. Dessa forma, segundo o Almirante-de-esquadra (reformado), Hernani Goulart Fortuna (Jul-Set. 2003), o desenvolvimento fica contido. Segundo o almirante,

> [...] amplas áreas dos países, sobretudo da região amazônica, foram transformadas em reservas destinadas à conservação da fauna e flora, ditas raras, onde a presença de comunidades indígenas e daqueles que se dizem responsáveis por suas novas catequeses procura dissimular o verdadeiro potencial das vocações da Amazônia. (FORTUNA, Jul-Set. 2003, p. 87)

As ONGs, por um lado, denunciam as políticas governamentais que induzem ou mesmo permitem ações predatórias contra o meio-ambiente e/ou contra os nativos; por outro lado, estimulam a sociedade em geral para que tenha a mesma atitude fiscalizadora em relação ao governo. Assim, outra estratégia das ONGs seria usar a mídia para convencer a opinião pública nacional e internacional de que a questão amazônica é do interesse da humanidade e não apenas dos países sul-americanos, que não têm capacidade para garantir sua conservação.

> No caso específico da Amazônia, assistimos a uma invasão silenciosa de ONGs, atuando como instrumento de uma verdadeira guerra psicológica, com vultosos recursos de apoio, capazes de mobilizar a opinião pública internacional no sentido de considerar que o desenvolvimento amazônico constitui uma ameaça ao meio ambiente global. (SAMPAIO, 31 Ago. 2000).

Nas campanhas das ONGs, efetuadas prioritariamente em nível internacional, os brasileiros são apresentados como vilões. Não é por acaso que em muitos adesivos de carros que circulam pela Inglaterra, Holanda e Bélgica está escrito: "Lute pelas florestas. Queime um brasileiro". Com a divulgação maciça desse tipo de mensagem, aos poucos, o senso comum iria firmando suas crenças na desqualificação dos brasileiros em cuidar de tão valioso patrimônio e na conseqüente necessidade de intervenção.

> Certas organizações não-governamentais servem de instrumento para a cobiça internacional e sua estratégia, agora, é usar a mídia para convencer a todos, desde as crianças, que não temos capacidade para conservar a Amazônia, 'que pertence à Humanidade'. Assim, daqui a alguns anos, quando um organismo supranacional qualquer decretar a internacionalização, ninguém reagirá: estarão todos com a cabeça feita e acharão perfeitamente natural a ocupação, para a qual, aliás, já treinam batalhões especiais na Flórida e no Panamá, destinados a 'guardar a floresta amazônica'. (CHAGAS, 24 Fev. 2000)[28].

Também para Gama e Silva (Jul.-Set. 2004), o caminho da intervenção internacional já estaria sendo aberto pela atuação de ONGs estrangeiras.

> As ONGs estrangeiras, tendo como suporte dados revelados até por órgãos oficiais brasileiros, que confundem a unidade paisagística natural com os limites da ficção jurídica denominada "Amazônia Legal", vivem espalhando, por esse mundo afora, notícias de agressões brutais aos ecossistemas amazônicos. A reação a essas notícias falaciosas chegou ao absurdo de inspirar a confecção de adesivos com os seguintes dizeres: "Save de Amazon Forest, burn a Brazilian"! (Gama E SILVA, Jul.-Set. 2004, p. 46).

No debate acerca do papel das ONGs na Amazônia, às vezes mesmo integrantes da administração direta do Estado têm opiniões contrárias. Foi bastante propalada pela grande imprensa, em fins de 1991, a polêmica envolvendo o então ministro do meio-ambiente, José Lutzemberger e a cúpula das Forças Armadas. Em reunião preparatória da Rio 92, em Genebra, Lutzemberger criticou rispidamente o general Taumaturgo Vaz, chefe do Estado-maior do Comando Militar da Amazônia, e o então governado do Amazonas Gilberto Mestrinho, que o acusavam de filiar-se às posições entreguistas do primeiro mundo contra os interesses brasileiros na Amazônia. (OLIVEIRA, 1994).

Após a gestão de Lutzemberger, a percepção desse ministério acerca do risco de internacionalização e da atuação das ONGs sofreu mudanças a partir da gestão de Sarney Filho, que comandou a pasta durante quase todo o segundo governo FHC. Sarney Filho identificou quatro grandes problemas relacionados à soberania amazônica carentes de

---

[28] O artigo de Chagas foi reproduzido no site do Clube Militar: <http://www.clubemilitar.org.br>.

respostas do poder público: o risco de que os povos indígenas um dia pleiteiem soberania própria; o risco de uma ação internacional na região, sob a desculpa de combater o narcotráfico; o receio de que a atuação das ONGs internacionais coloque em risco a soberania brasileira; e o receio de que o Brasil não seja capaz de proteger seus recursos naturais da utilização predatória, fato que estimularia as pretensões de internacionalização. Entretanto, apesar desse discurso confluir com a visão militar, há divergências bem visíveis quanto às formas julgadas mais eficazes para combater esses problemas, Para o Ministério do Meio Ambiente e outros setores governamentais, a parceria do governo com ONGs no combate à devastação ambiental e a demarcação das reservas indígenas com apoio e financiamento dos países que integram o G-7 são positivas e não constituem ameaça à soberania brasileira. (FOLHA DE SÃO PAULO, 17 Jul. 2001). Não obstante o receio quanto à atuação das ONGs, a percepção do ministro foi diametralmente oposta à percepção corrente no meio militar. Referindo-se às ONGs, Sarney Filho fez a seguinte declaração: "Tenho tido ampla interlocução de trabalho com elas e quero dar o meu testemunho pessoal: sem desmerecer as outras, converso freqüentemente com integrantes do Greenpeace, WWF, SOS Mata Atlântica e Amigos da Terra. Considero essas entidades modelos de dedicação ao bem comum, fazendo um combate pioneiro e primordial em defesa do meio ambiente. Pode ser que haja indivíduos e organizações mal-intencionadas, mas, no caso das ONGs ambientalistas, não as encontrei". (Apud MANESCHY Fev.-Mar. 2000).

A título de comparação, Terezinha de Castro, conferenciando em seminário promovido pelo Ministério da Aeronáutica, afirmou exatamente o contrário do que diria, depois, o ministro. "Pode ser que existam ONGs bem intencionadas, mas não as conheço". (CASTRO, 1999). Endossando a posição corrente dos militares em relação às organizações não-governamentais, em maio de 2000, o então ministro da defesa, Geraldo Quintão, em visita a diversas unidades de fronteira da Amazônia, criticou publicamente a atuação das ONGs no País, particularmente na Amazônia, defendendo um maior controle por parte do governo sobre essas instituições. "O que fazem essas ONGs que estão aí cheias de dinheiro, que propagam ao mundo que defendem os índios e que estariam aqui no Brasil para

defendê-los? [...] São ONGs que se banqueteiam de recursos internacionais e que dão umas migalhas para os índios que moram no norte do Brasil". Na ocasião o ministro mostrou-se indignado com a presença de uma ONG francesa, comandada por Daniele Mitterrand, mulher do ex-presidente francês François Mitterrand. "Chega uma ONG francesa, cheia de dinheiro, e vai tomar conta de toda a reserva ianomani? [...] Por que nós brasileiros precisamos ser tão submissos e permitir que essas entidades supranacionais venham aqui intervir em nossas vidas?" (MONTEIRO, 16 Mai. 2000, p. 16). Ainda em maio de 2000, o comandante militar da Amazônia, general Lopes, também expressou objeções a respeito da vinda do navio Amazon Guardian para a Amazônia, de bandeira inglesa, pertencente à ONG Greenpeace, com a missão de "vigiar e a proteger a selva e os rios da Amazônia", incluindo também equipamentos médicos para prestar assistência às populações ribeirinhas. Disse o general Lopes: "[...] nesse momento, o navio Amazon Guardian, do Greenpeace, está no Rio Juruá insuflando os índios. Isso é interferência em nossa soberania". (O ESTADO DE SÃO PAULO, 28 Out. 2002, p. 8).

A QUESTÃO DO PLANO COLÔMBIA

Segundo autoridades colombianas, o Plano Colômbia é uma estratégia governamental para a paz, a prosperidade e o fortalecimento institucional. O plano tem por metas: diminuir a desigualdade social, beneficiando as camadas sociais menos favorecidos; e recuperar a confiança da população no Estado, por meio da promoção da democracia, da justiça, da integridade territorial, da geração de condições de trabalho, do respeito aos direitos humanos e da conservação da ordem pública, entre outros aspectos. (Colômbia, 19 Jan. 200).

Quando da concepção do Plano, em agosto de 1998, o governo do presidente Andrés Pastrana solicitou ao governo dos EUA que contribuísse com verbas, principalmente para financiar as negociações com os principais grupos guerrilheiros do país, visando à substituição da produção de cocaína e papoula por atividades econômicas

alternativas[29]. Entretanto o governo norte-americano condicionou sua ajuda econômica à elaboração de uma estratégia bem definida de combate ao narcotráfico, abrigando um forte componente militar e policial. Como o financiamento do Plano Colômbia foi majoritariamente proveniente do governo dos Estados Unidos, o Plano passou a ser confundido com o próprio pacote financeiro norte-americano.

Segundo o Capitão-de-Corveta (FN) Alexandre Ricciardi dos Reis, em monografia apresentada na Escola de Guerra Naval (EGN), o emprego das FFAA colombianas no combate ao narcotráfico, na esteira do Plano Colômbia, faz com que narcotraficantes entrem clandestinamente no Brasil e utilizem a floresta amazônica como refúgio e esconderijo. "A Amazônia brasileira é utilizada como área de circulação da pasta base para a produção de cocaína, fornecendo a matéria-prima utilizada no refino dessa droga". (RICCIARDI DOS REIS, 2004, p. 9).

Segundo o capitão-de-corveta Márcio Pereira Rippel, em monografia apresentada na Escola de Guerra Naval (EGN), um dos efeitos do Plano Colômbia é a facilitação da penetração militar norte-americana nos países da América Latina, particularmente na Colômbia. "Essa presença crescente assume diferentes formas: programas de treinamento; assessoria; exercícios conjuntos; venda de material militar; estabelecimento de bases aéreas; e instalação de radares, entre outras". A responsabilidade pela implantação dos programas norte-americanos de segurança para a América Latina e Caribe cabe ao *U.S. Southern Command (Southcom)*, sediado em Miami, Flórida[30]. As tarefas atribuídas ao *Southcom* incluem o combate ao narcotráfico, o relacionamento com as forças armadas dos diversos países, o controle e a não-proliferação de armas, as operações anti-terroristas, a assistência humanitária e operações de busca e salvamento. (RIPPEL, 2004).

---

[29] Para maiores detalhes do Plano Colômbia, bem como do posicionamento das Forças Armadas brasileiras sobre o mesmo cf MARTINS FILHO, 2006.

[30] A área de responsabilidade desse comando unificado exclui o México e a Guiana Francesa.

Para Rippel (2004), o equilíbrio de forças entre os diversos países pode ser alterado segundo as circunstâncias do interesse norte-americano. Os governos dos países que se submetem às orientações estadunidenses, abrindo mão de parte de sua soberania, passam a receber apoios financeiro, material, tecnológico e mesmo tropas norte-americanas. Entretanto, juntamente com esse apoio atendem aos interesses da superpotência, mesmo que se considere a diretriz segundo a qual, para cumprir a tarefa de combate ao narcotráfico, as tropas norte-americanas não devem se envolver diretamente nas ações contra os produtores ou traficantes de drogas, mas apenas ajudar os governos responsáveis por esse combate com apoio logístico e de inteligência. Nessa perspectiva, o Plano Colômbia não seria exceção; "parece constituir um instrumento da estratégia norte-americana para favorecer seus interesses na América Latina, particularmente nas Regiões Amazônica e Andina". Esses interesses seriam: promover a disseminação de instituições democráticas, o incremento do comércio e de oportunidades de investimento para empresários e trabalhadores norte-americanos, e a redução da produção de narcóticos e do narcotráfico que ameaçam a sociedade estadunidense. (RIPPEL, 2004, p. 39).

O EPISÓDIO DO MAPA DO BRASIL SEM A AMAZÔNIA

No primeiro semestre de 2000, o tema da internacionalização da Amazônia foi ampla e nacionalmente propalado, inclusive suscitando pronunciamentos de autoridades governamentais e pareceres de colunistas de jornais de grande circulação. Evidentemente, o debate que se criou contou com a ampla participação de oficiais das Forças Armadas brasileiras, não exatamente expressa nos sites oficiais de responsabilidade das forças singulares ou do próprio Ministério da Defesa, mas, particularmente, em escritos constantes em sites extra-oficiais.

O elemento deflagrador dessa polêmica foi a divulgação em um site hospedado nos Estados Unidos, <www.brasil.iwarp.com>, de um mapa do Brasil dividido e

um texto[31], ambos supostamente contidos em um livro de geografia adotado em uma escola de ensino médio norte-americana, instruindo aos alunos que a Amazônia não pertence ao Brasil, sendo uma floresta sob jurisdição internacional. A autoria desse site - contendo artigos e mensagens ultranacionalistas, e cujo mote é "Brasil, ame-o ou deixe-o" - foi, posteriormente, atribuída à oficiais reformados das Forças Armadas brasileiras. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 08 Dez. 2002).

Em março e abril daquele ano, o referido site também publicou na seção "curtas", uma nota informando, de forma indignada, que além do mapa, em algumas escolas dos Estados Unidos, os professores estariam conclamando o apoio dos alunos a uma intervenção e, se preciso, uma guerra, para tirar a região amazônica dos "destruidores da natureza", os brasileiros. Isso seria prova de que a idéia estrangeira de intervir na Amazônia já teria alcançado a "fase operativa". Logo após a publicação, cópias do mapa constante no site e da nota começaram a ser espalhados pela internet, através de mensagens de *e-mails* aparentemente criados pelos mesmos autores do site.

Em 11 de maio de 2000, uma professora do Departamento de Ecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Simone de Freitas, após ter recebido uma das mensagens apócrifas, transcreveu-a em uma carta endereçada ao jornal Ciência Hoje Eletrônico (CHE), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Na seqüência, o CHE, sem verificar a origem da informação, publicou *on-line* a carta da professora, contribuindo para disseminar ainda mais o "fato" criado pelos autores do site, e, o que é pior, dando-lhe credibilidade. No mesmo dia, o ministro-conselheiro Paulo Roberto de Almeida, da embaixada brasileira em Washington, escreveu ao CHE, pedindo que fizesse contato com a leitora Simone de Freitas para obter esclarecimentos, a partir dos quais a embaixada iniciaria uma investigação sobre o assunto. Como resultado, em 16 de maio, o CHE publicou uma carta de Simone de Freitas pedindo desculpas por ter divulgado informação possivelmente incorreta. (BECK, 13 Jun. 2000).

---

[31] Cf. figura 1 do anexo.

Poucos dias antes, ainda no início de maio, a pesquisadora Michelle Zweede, do *Brazil Center* da Universidade do Texas em Austin, recebeu um telefonema da então senadora Marina Silva (PT-AC), que havia recebido as tais mensagens e pedia sua ajuda na investigação. A Sra. Zweede enviou, então, uma mensagem eletrônica ao endereço indicado no website, <contatos@brasil.iwarp.com>, na qual perguntava quais escolas americanas estariam usando os mapas. Além de nunca ter recebido uma resposta dos responsáveis pelo site, três dias depois de enviada sua mensagem, Sra. Zweede recebeu uma mensagem da Universidade da Flórida que lhe fazia exatamente as mesmas perguntas que fizera ao site autor da denúncia. Para sua grande surpresa, a mensagem da Flórida reproduzia a nota do <www.brasil.iwarp.com> assinada por ela mesma, Michelle Zweede, e pelo *Brazil Center* da Universidade do Texas, reforçando ainda mais a credibilidade da informação inventada. Provavelmente, foram os próprios autores do site que acoplaram a assinatura eletrônica da pesquisadora e o nome da universidade à mensagem original. (BECK, 13 Jun. 2000).

Em 18 de maio, o referido site publicou uma quase retratação[32], informando que a fonte da notícia não estava mais disponível, em razão de "problemas computacionais" (perda do disco rígido). Os autores do site retiraram a denúncia, admitindo que, por não conseguirem localizar a origem da notícia e por não disporem de provas, julgavam ser leviano mantê-la na página. Entretanto, já em 23 de maio uma cópia do e-mail falso assinado por Zweede chegou a César Giobbi, colunista do jornal O Estado de São Paulo, que, induzido ao erro, publicou uma nota que, mais uma vez, reproduzia o exato teor da mensagem original. Rapidamente, uma cópia da nota de Giobbi também passou a ser divulgada pela Internet. (BECK, 13 Jun. 2000).

Na tentativa de desfazer o mal-entendido gerado pela falsa denúncia e também de estancá-la, em 8 de junho de 2000, o então embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Rubens Antônio Barbosa, remeteu uma carta ao jornal Ciência Hoje Eletrônico (CHE), explicando não haver evidências encontradas pelo Itamaraty da existência dos tais

---

[32] Cf em <http://brasil.iwarp.com/retrata.htm>.

mapas nos EUA. Na carta esclarecia que o episódio do falso mapa não era resultado de uma suposta conspiração norte-americana para desmembrar a Amazônia, mas havia sido forjado por brasileiros mesmo. (BECK, 14 Jun. 2000). Também no site oficial da embaixada brasileira em Washington consta uma nota explicativa afirmando que a página copiada de certo livro de geografia "supostamente adotado em escolas de ensino médio norte-americanas, que afirmaria ser a Amazônia área sujeita a controle internacional [...], de autoria de um certo David Norman [...], trata-se de uma falsificação". (BRAZILIAN EMBASSY IN WASHINGTON, 08 Dez. 2002).

Em resumo, a partir da denúncia leviana do site "brasil-iwarp", de 2000, a cada temporada, em anos subseqüentes, têm surgido novas ondas de milhares de mensagens reproduzindo os rumores do falso mapa e da internacionalização da Amazônia, demonstrando também toda a potência de boatos que trafegam na internet. Uma dessas ondas se deu em outubro de 2001, em mensagens que continham um fac-símile de uma única página da suposta obra, que foram espalhadas inclusive por professores e pesquisadores de universidades paulistas.

Ocorre que a informação de que escolas norte-americanas estariam usando um mapa do Brasil dividido ao meio, em que a Floresta Amazônica aparece como área de "Controle Internacional", em aulas de geografia é fictícia. Até hoje, nenhum exemplar do livro jamais foi obtido por alguém ou apresentado pelos denunciantes. A imagem do tal livro, em formato ".jpg", anexada às mensagens distribuídas por *e-mail*, não constitui prova alguma, pois, como se sabe, as imagens digitalizadas são facilmente editáveis e falsificáveis. Além disso, o inglês do texto que acompanha a figura do mapa é péssimo, típico daqueles produzidos por quem não domina o idioma ou por tradutores eletrônicos. Por fim, nenhum escritor chamado "David Norman", citado como autor do livro, foi encontrado.

Enfim, a credibilidade do site que apresentou o mapa, é totalmente questionável. A identidade dos autores do mapa e do website <www.brasil.iwarp.com> é obscura, pois cita nomes vagos como "Rafael M.M." e "Luiz Antônio", não constando

endereços físicos ou telefones. Posteriormente, a autoria do site foi atribuída a ex-integrantes das Forças Armadas brasileiras, ligados à direita nacionalista. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 08 Dez. 2002). Além disso, os autores do site fizeram circular pela rede mundial de computadores mensagens apócrifas ou, o que é lastimável para sua credibilidade, se apropriaram indevidamente das chancelas de autoridades acadêmicas, como a do *Brazil Center*, da Universidade do Texas.

A DEFESA DA AMAZÔNIA

Decorrente da percepção de ameaças descritas acima, o pensamento militar, particularmente a porção deste que levanta a tese do risco de internacionalização e suspeita das ONGs atuantes na Amazônia, aponta para necessidade urgente de que a defesa da Amazônia seja fortalecida em várias frentes, apresentando propostas de soluções consideradas eficazes para prevenir e combater ameaças externas sobre a soberania brasileira na região. Segundo o almirante Fortuna,

> Hipóteses de conflitos precisam ser identificadas e explicitadas à luz de fatores como consolidação e vivificação de fronteiras, patrimônio da humanidade, internacionalização, biodiversidade, pulmão do mundo, fonte inesgotável de água doce, e outros que possam justificar tentativas de monitoramento ou limitação da plena soberania nacional em solucionar a grande questão da Amazônia brasileira, que esperamos ver resolvida e definitivamente integrada ao restante do território nacional. (FORTUNA, Jul-Set. 2003, p. 91)

Parte-se do reconhecimento de que os "esforços envidados, ao longo das últimas décadas, não têm sido suficientes para assegurar a defesa e a integração da região ao restante do país" (GUIMARÃES JR., 2003, p. 5). Sobre isso, Branco, coronel de infantaria do exército, alerta para a relativa ausência de "Poder Nacional" em território amazônico. Em sua monografia defendida na Eceme, afirma que

> A Amazônia tem corrido sérios riscos de ordem territorial e patrimonial. Para inibir pressões internacionais das grandes potências que almejem a preservação radical da região Amazônica, medidas governamentais devem ser tomadas com a finalidade de integrar aquela área ao núcleo do Poder Nacional do Brasil. A situação é preocupante pela constatação do vazio do Poder Nacional na região e pela fragilidade da presença efetiva de brasileiros em muitas áreas sensíveis [...]. (BRANCO, 2001, p. 28).

Em muitos textos que versam sobre a defesa da Amazônia, seus autores, integrantes das Forças Armadas brasileiras, afirmam explicitamente que objetivam chamar a atenção de diversos extratos sociais influentes, com poder decisório e formadores da opinião pública, sobre os riscos de internacionalização da região. Pressupõe-se que a população, uma vez esclarecida, passe a exigir que órgãos governamentais desenvolvam políticas de integração e de desenvolvimento da Amazônia. Segundo Zendim (2005, p. 3), por exemplo, sua monografia defendida na Eceme, visa a "contribuir para o convencimento da classe política a contemplar as Forças Armadas com recursos que permitam uma atuação ainda mais eficaz naquela estratégica área [a Amazônia], buscando a atingir um expressivo poder de dissuasão que respalde as decisões soberanas da Nação em relação às insidiosas pretensões alienígenas que se voltam à região".

Desdobrando esse enfoque, para garantir a defesa da Amazônia é preciso, além da presença militar, que o Brasil dê fartas demonstrações de competência e responsabilidade para com o desenvolvimento da Amazônia e seu delicado ecossistema. Além do empreendimento estratégico-militar, é imprescindível que se implante um conjunto de políticas públicas que faça convergir o crescimento econômico, o desenvolvimento social, a preservação ambiental e a defesa, como, por exemplo, podem ser os projetos de estímulo a\o extrativismo e ao ecoturismo.

Diante da pressão internacional, afirma-se que o Estado brasileiro precisa mostrar para o mundo que é capaz de defender a Amazônia e de gerir racionalmente os recursos naturais preservando o meio ambiente. Para Vidigal (Abr-Jun. 2002, p. 97), o programa Calha Norte deve ser restaurado em sua plenitude, "com a participação não só de militares, mas das demais organizações governamentais". Renovando e enfatizando a

reiterada tese de que a integração da região constitui a melhor estratégia de defesa, nesse mesmo texto, Vidigal também preconiza o desenvolvimento e a melhoria dos acessos rodo-ferro-hidroviários aos portos da região amazônica.

Nesta perspectiva, com uma ocupação racional e ética, o país estaria calando as vozes das críticas externas, sem se render ao preservacionismo absoluto, tal como proposto por certas facções do ambientalismo radical. Uma ocupação racional e ética seria aquela que busca contemplar, integrada e simultaneamente, as demandas ecológicas, econômicas, políticas e sociais que emergiram mais acentuadamente com o novo contexto internacional pós-guerra fria, a saber: valorização das diversidades culturais que habitam o espaço amazônico, preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida para a população local, abertura e estímulo à participação política e à cidadania, desenvolvimento econômico sustentável, investimento educacional, etc. Em resumo essa ocupação deve ser operacionalizada pela articulação das políticas estratégica, ambiental, energética, tecnológica, de educação, de saúde e de defesa. Igualmente preconiza-se uma integração maior com os demais países amazônicos. Para Guimarães Jr. (2003, p. 5),

> [...] é de fundamental importância que se promova uma maior articulação entre os países limítrofes com a Amazônia para que se construa uma visão estratégica comum, em busca de soluções definitivas para os seus grandes desafios.

Contra um eventual uso do argumento da "soberania do povo" por parte de nações estrangeiras, o Estado brasileiro deve defender melhor os indígenas e sua riqueza cultural, enquanto vai promovendo seu desenvolvimento, a partir de uma proposta de integração. Assim, a Amazônia e sua população passariam, cada vez mais, a receber, direta ou indiretamente, os benefícios sócio-econômicos típicos da ação planejada e racional do Estado. Essa política resultaria no aumento da vontade política - nos brasileiros, em geral, e dos amazônidas, em particular - de preservar a Amazônia e manter a soberania brasileira na região. Antes dos fatores militares e policiais, esse constitui o melhor dispositivo de dissuasão frente às ameaças de diversas origens. Ou seja, os valores e sentimentos de pátria - aqui, de brasilidade - inclusos na vida cultural de um povo, constituem importantes fatores de defesa, nos moldes como já se verificou na guerra do Vietnã.

Historicamente, o primeiro instrumento de defesa brasileiro tem sido a via diplomática, que tem sido capaz de afastar os dissensos sem a necessidade de violência. Entretanto, na hipótese de falha dos recursos da negociação diplomática, como Estado soberano, o país não pode excluir a defesa bélica. Por isto, como o General-de-Divisão Meira Mattos (1993, p. 87) enfatiza, é preciso investir no poder dissuasório, na constituição de uma força armada que seja capaz de oferecer uma ameaça a qualquer aventura militar interna e/ou externa; que seja capaz de desencorajar, se não pela possibilidade de vitória, pela capacidade de tornar caro e pesado, em vidas humanas e em recursos logísticos, o preço dessa investida. Assim, a dissuasão estratégica procura, simultaneamente, garantir a soberania e evitar o confronto armado.

Em idêntica linha de raciocínio, para o general do exército Branco (2001), o país deve buscar desenvolver uma Força Armada capacitada à exercer forte resistência "a qualquer aventura militar estrangeira na região", objetivando dissuadir, se não pela pouco provável chance de vitória, a menos pela capacidade de encarecer e avolumar o ônus de uma ação ofensiva na região. Segundo o coronel, "o Exército brasileiro tem adotado [doutrinariamente] o emprego da estratégia da resistência, que visa desgastar ao máximo um inimigo de maior poder de combate, a fim de convencê-lo de que pagará muito caro, em vidas humanas e em recursos logísticos, à decisão de intervir na Amazônia". (BRANCO, 2001, p. 34).

Além da presença militar, fixa e ostensiva, a defesa eficaz da Amazônia comporta a capacidade de mobilidade e a presença irregular das forças militares, típicas da guerra de guerrilha, bastante treinadas no CIGS - Centro de Instrução de Guerra na Selva, do Exército brasileiro. Na área de fronteira, ainda muito desguarnecida, faz-se necessária a criação de novos Batalhões Especiais de Fronteira e Batalhões de Infantaria na Selva. Não obstante as críticas que têm sido feitas sobre a presença das Forças Armadas em Terras Indígenas, segundo Rosa (2004), a retirada da tropa dessa área fragiliza a segurança nacional. Pois é de interesse das Forças Armadas manter um estreito relacionamento com as comunidades indígenas em todo o território nacional, particularmente na Amazônia para complementar a estratégia da presença na região. As Forças Armadas, por doutrina,

precisam estar presentes em pontos estratégicos do País, principalmente na região amazônica e ao longo da faixa de fronteira, para desencorajar qualquer ameaça externa. Neste sentido precisam ser construídas instalações fixas, em terras indígenas ou não, para abrigar e facilitar o adestramento da tropa, bem como para marcar a presença do Estado. (ROSA, 2004).

De certo modo, a ampliação e o fortalecimento da presença militar na Amazônia, ocorridos nos últimos anos, refletem a tentativa de se estabelecer esse poder dissuasório. Pressupõe-se que, dada a grande importância estratégica da Amazônia, por diversos fatores supracitados, as Forças Armadas não descartam a hipótese da conquista do espaço amazônico, com ocupação efetiva do território, pelas grandes potências; hipótese que teve maior relevo quando os Estados Unidos realizaram exercícios militares na Guiana, como se intentassem iniciar um cerco da Amazônia brasileira. Em face da hipótese da ocupação efetiva do território, as Forças Armadas devem nortear sua presença na Amazônia pelo emprego da "estratégia da resistência", que objetiva dificultar a ocupação do território amazônico pelo invasor, de modo que o levasse a repensar a continuidade da guerra, dado o pressuposto de que é possível resistir, por longo período, a uma ação militar na Amazônia. (CAVAGNARI FILHO, 08 Dez. 2002).

Para Cavagnari (08 Dez. 2002), dado que o teatro de operações amazônico não se presta ao emprego centralizado de grandes unidades e de grandes efetivos, as operações seriam descentralizadas, com uso de unidade tática de pequeno efetivo. No espaço amazônico, o controle do território se dá pelo controle de núcleos populacionais e de suas vias de acesso, já que a mobilização e articulação das forças só se tornam viáveis se forem pelos rios ou pelo ar, fator que restringe a logística de grandes unidades. Portanto, considerando as características inóspitas do terreno, de dimensões continentais, que criam óbices consideráveis à logística, e as condições climáticas e sanitárias desfavoráveis, a Amazônia seria um típico cenário de uma guerra prolongada, demandando uma mobilização de recursos de tal magnitude que uma grande potência não teria a certeza se alcançaria resultados compensadores, mesmo que estivesse em jogo algum interesse considerado vital para ela. No espaço amazônico a resistência à uma "força militar

extracontinental dotada de um poder superior de combate" dar-se-ia pelo uso da denominada Estratégia da Lassidão ou da Usura, que pressupõe a instalação de uma guerra irregular, empregável em casos de assimetria e evidente desequilíbrio de poder de combate entre as partes beligerantes. (PINHEIRO, 1995).

Dessa forma, entre as grandes potências de hoje, somente os Estados Unidos teriam a capacidade de realizar unilateralmente uma intervenção militar de ocupação da Amazônia. E esta ação militar estrangeira só teria sentido se algum interesse vital norte-americano fosse violado, ou mesmo se estivesse ameaçado, induzindo o apoio da opinião pública norte-americana à sua defesa. Depois da experiência negativa da Guerra do Vietnã, e, mais recente, no Iraque, qualquer envolvimento militar norte-americano numa guerra prolongada só se viabilizaria com esse apoio. Por isso, a opinião pública norte-americana necessitaria ser convencida de que algum interesse vital de seu país estivesse em risco - por exemplo, pela devastação do meio ambiente amazônico - para que os EUA interviessem militarmente na região, mesmo sob o risco de se envolverem numa guerra prolongada.

Desde a guerra do Vietnã, as Forças Armadas norte-americanas priorizam cada vez mais o poder aéreo para minimizar as baixas entre seus efetivos. Entretanto, apesar das Forças Armadas brasileiras estarem relativamente vulneráveis a ataques aéreos, tal como observados nas ofensivas ao Iraque, a rede de infra-estrutura militar e industrial brasileira é dispersa, o que inviabilizaria também uma ofensiva majoritariamente aérea. Diante disso, os Estados Unidos podem empregar outros meios, notadamente econômicos, para pressionar o Brasil, mais eficazes e baratos e com menores riscos. O país teria grandes dificuldades em resistir às pressões econômicas do chamado G-7. (CAVAGNARI FILHO, 08 Dez. 2002).

Numa ótica mais realista, por um lado não se desconsidera, em termos absolutos, qualquer possibilidade de intervenção militar na Amazônia, porém, por outro lado, não se cultiva um tipo de "paranóia", segundo a qual, os "gringos" estariam às portas da Amazônia, para invadi-la e toma-la do Brasil. Para fins de planejamento operacional, dentro do extinto Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) considerava-se possível

somente uma específica e localizada intervenção militar estrangeira na Amazônia, conhecida como "hipótese Ianomâmi", que seria circunscrita a uma área restrita, talvez apoiada por forças tarefas atuando na região de Belém (REZENDE, 12 DEZ. 1999). Alternativas além desta teriam um custo político alto demais.

Para Cavagnari (08 Dez. 2002), por enquanto, não há ameaças à Amazônia que exijam resposta militar. A rigor, nem mesmo o conflito colombiano, nem a virtual transferência, deste país, das unidades de produção de cocaína e heroína, nem a fixação da guerrilha de esquerda em "santuários" na Amazônia brasileira atentam contra a soberania nacional ou contra a integridade do território brasileiro. Todavia, mesmo não havendo contenciosos com países da região, nem indicativos de que ameaças de natureza militar eclodam no cenário amazônico num futuro próximo, o Estado brasileiro, por princípio, deve manter-se ativo tanto em relação à defesa, na capacidade de pronta resposta de suas forças singulares presentes na Amazônia, quanto em relação à formulação de um projeto de desenvolvimento econômico sustentável, tão ao gosto do discurso das potências mundiais. Ou seja, mesmo que se pressuponha que uma intervenção militar estrangeira na Amazônia seja apenas uma possibilidade teórica, não sendo uma possibilidade real no curto prazo - portanto, considerada no planejamento estratégico-militar, mas não exigindo pronta resposta militar -, ainda assim, é fundamental que estruture e mantenha uma forte capacidade dissuasória na região.

Para Coimbra (28 Dez. 2002), o Estado brasileiro precisa promover a defesa, a ocupação e a articulação da Amazônia com as áreas mais avançadas da economia brasileira, com o propósito de defendê-la da cobiça internacional, principalmente em razão das críticas que a comunidade internacional, governos estrangeiros e ONGs, dirigem ao governo brasileiro a respeito da devastação ambiental e da degradação sócio-cultural. O que parece certo é que sem essa ocupação racional, que leve em conta preservação dos recursos da região, publicamente orientada, o caminho da devastação se imporá como tendência natural e o país sofrerá, crescentemente, o peso da crítica e da pressão internacional. Um sentido de urgência que reforça essa idéia está contido nas palavras do Brigadeiro (Ten.-Brig.-do-ar) Ivan Moacyr da Frota, para quem "a qualquer momento a Amazônia brasileira

poderá tornar-se o próximo alvo dessa voraz e insaciável estratégia de dominação das potências ocidentais". (apud OLIVEIRA, 1994, p. 130).

A QUESTÃO DA LEI DO ABATE

Uma das grandes questões discutidas nos escritos produzidos pelas Forças Armadas acerca da defesa da Amazônia refere-se à necessidade de regulamentação da denominada lei do "Abate", que é a lei nº 9.614, de 05 de março de 1998. A lei prevê a possibilidade de abate de aeronaves hostis com o chamado "tiro de destruição", sendo a Força Aérea a instituição que dispõe dos meios repressivos necessários ao seu cumprimento. Evidentemente, o tema adquire especial relevância e é mais debatido por oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB), especialmente em uma monografia defendida na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar), pelo major aviador Felipe Alberto B. Siaudzionis (2002), em que elabora uma proposta de regulamentação para a referida lei. A FAB ressente-se da falta de uma regulamentação que propicie efetividade à lei do "abate", pois perpetua uma situação em que aeronaves interceptadas respondem desdenhosamente aos procedimentos indicados.

A gênese da lei nº 9.614 se deu em 03 de novembro de 1995, quando os Ministros de Estado da Justiça e da Aeronáutica encaminharam a Exposição de Motivos nº C-004/GM3 à Presidência da República, que mencionava a necessidade de que o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, recebesse complementação a respeito do policiamento do espaço aéreo brasileiro. O documento fazia menção à atribuição da FAB em preservar a inviolabilidade do espaço aéreo pátrio, impedindo o seu uso por aeronaves e outros engenhos aéreos para a prática de atos hostis ou atentatórios contra a segurança nacional. Entre os dispositivos disponíveis citados pelo CBA, encontrava-se a determinação para que aeronaves suspeitas pousassem em aeródromos pré-determinados, com o propósito de submetê-las às denominadas "Medidas de Controle de Solo".

Entretanto, ocorria que, uma vez recebida a ordem de pouso, as aeronaves abordadas freqüentemente adotavam procedimentos evasivos, obrigando o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA) a autorizar que o avião interceptador iniciasse uma série de medidas, denominadas "Medidas de Policiamento do Espaço Aéreo", com o objetivo de compeli-las a pousar. Segundo as Normas Operacionais do Sistema de Defesa Aeroespacial (NOSDA) em vigor, nessa situação, cabia à aeronave interceptadora executar o "tiro de aviso" e, em caso extremo, o "tiro de destruição", que, em tempo de paz, somente pode ser disparado quando expressamente autorizado pelo Presidente da República. Todavia, o texto do Código Brasileiro de Aeronáutica não esclarecia devidamente quais seriam as situações extremas que legitimariam o abate de aeronaves infratoras, ainda que civis.

Sendo assim a referida Exposição de Motivos propunha um projeto de lei que incluía dispositivos de coerção contra aeronaves classificadas como hostis, sujeitando-as à medida de destruição. Após os trâmites no poder legislativo, a nova lei foi aprovada no Congresso Nacional, sendo sancionada pelo Presidente da República em 05 de março de 1998, sob o número 9.614. Seu texto alterava o Código Brasileiro de Aeronáutica, precisamente ao incluir um parágrafo referente à hipótese de destruição de aeronaves. A íntegra do parágrafo do Artigo 303 da Lei nº 9.614 é a que segue.

> § 2° Esgotados os meios coercitivos legalmente previstos, a aeronave será classificada como hostil, ficando sujeita à medida de destruição, nos casos dos incisos do caput deste artigo e após autorização do Presidente da República ou autoridade por ele delegada. (BRASIL, 1998).

Apesar da lei do "abate" procurar reforçar a autoridade aeronáutica no exercício do policiamento do espaço aéreo, por empregar termos interpretação duvidosa e polêmica, consequentemente, não tem sido cumprida pelo Comando da Aeronáutica. Portanto, trata-se de uma lei sem efetividade. Para o Maj.-Av. Felipe Alberto B. Siaudzionis (2002, p. 17), embora o texto legal deixe claro que o legislador intenta atuar com rigidez sobre aeronaves utilizadas para propósitos ilícitos, somente o denominado "espírito da lei" é insuficiente para permitir sua aplicação, fazendo-se mister o

esclarecimento e o detalhamento de alguns termos e expressões, ou seja, faz-se necessário a regulamentação dessa lei para que não haja dúvidas quanto à sua aplicação.

Conforme Siaudzionis (2002, p. 17), a expressão "meios coercitivos legalmente previstos" carece de explicitação. No caso, a fim de garantir à sociedade que o Comando da Aeronáutica vai agir em conformidade com a norma, sem emulação ou uso excessivo de poder, a regulamentação deve expressar a obrigatoriedade de uma aeronave interceptada em cumprir uma ordem de modificação em sua rota e pousar em aeródromo previamente preparado a fim de ser vistoriada por autoridades competentes. Caso a ordem não seja cumprida, medidas de persuasão deverão ter início através do "tiro de aviso". Outro esclarecimento refere-se à expressão "a aeronave será classificada como hostil". Essa classificação já foi normatizada pelo SISDABRA para um contexto de conflito, no qual o emprego do poder militar é utilizado para neutralizar uma ameaça imediata, porém, ela não se estende para os períodos de paz, podendo trazer complicações jurídicas. Nesse caso, o termo "hostil" é muito genérico, que deve ser evitado, sendo necessário descrever em detalhes os critérios de classificação. Alguns exemplos de critérios para adotar medidas de averiguação seriam: não possuir plano de vôo autorizado, quando proceder do exterior; não possuir autorização de sobrevôo do território nacional ou estiver sendo utilizada com propósito diferente da autorização obtida, quando legalmente exigida; houver decolado de pista clandestina; omitir aos órgãos de controle de tráfego aéreo informações necessárias a sua identificação; estiver equipada com armamento militar ou meios de reconhecimento eletrônico, de sensoriamento remoto ou de interferência no uso do espectro eletromagnético, sem prévia autorização. Somente baseado nesses e em outros critérios que uma aeronave pode ser classificada como "hostil" e, conforme a lei, esgotados outros recursos de intervenção e persuasão, ser abatida. (SIAUDZIONIS, 2002, p. 28).

Obviamente, independente da aplicação dos meios coercitivos, um aeronave pode ser classificada como hostil se adotar uma ou mais das seguintes atitudes: empregar qualquer tipo de armamento contra aeronaves brasileiras ou manobrar colocando-se em posição de ataque; atacar qualquer instalação brasileira, ou preparar-se para fazê-lo; lançar em território nacional ou em águas territoriais brasileiras, sem a devida autorização,

quaisquer artefatos bélicos ou materiais que provoquem danos, morte ou destruição, ou preparar-se para fazê-lo; e lançar pára-quedistas, desembarcar tropas ou materiais de uso militar no território nacional, sem a devida autorização, ou preparar-se para fazê-lo. Com esses comportamentos indicando hostilidade objetiva, essas aeronaves deixam claros seus propósitos de causar danos graves, imediatos e de difícil reparação - podendo, portanto, ser submetidas às medidas de destruição, ou seja, serem alvejadas pelo tiro de destruição, o disparo de armamento adequado, com a finalidade de incapacitar a aeronave hostil a prosseguir o vôo. (SIAUDZIONIS, 2002, p. 30).

Em julho de 2004, o Código Brasileiro de Aeronáutica foi novamente alterado através do Decreto nº 5.144, que entrou em vigor em outubro do mesmo ano. Entre outras medidas relativas às denominadas aeronaves hostis, o decreto procurava sanar uma falta de explicitação referente à delegação de competência do Presidente da República a autoridade de menor escalão, pois em termos jurídicos, é perfeitamente possível que a competência para o tiro de destruição seja delegada ao Ministro da Defesa e ao Comandante da Aeronáutica. Assim, de acordo com o decreto, o conjunto de procedimentos para o cumprimento da lei, desde a abordagem via rádio até os tiros de advertência e de destruição, estão a cargo do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileira (Comdabra), órgão subordinado ao Comando da Aeronáutica.

Em resumo, até o presente, a Lei do Abate ainda permanece polêmica. Além de questionarem a falibilidade do sistema de identificação e reconhecimento de aeronaves hostis, como a Constituição brasileira veda a pena de morte, juristas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros, alegam que ela é inconstitucional, dado que são mínimas as possibilidades de sobrevivência dos ocupantes de uma aeronave abatida.

CONCLUSÃO

Empreendemos nesse capítulo uma interpretação das concepções de defesa da Amazônia tal como elaboradas por oficiais superiores das Forças Armadas brasileiras diante das questões suscitadas pelos contextos nacional, regional e internacional, entre os anos de 1985 e 2006. Buscamos analisar e compreender o enfoque militar, apresentado no capítulo quatro deste trabalho, à luz das teorias das relações internacionais, por sua vez, sintetizadas no primeiro capítulo.

CONCEPÇÕES DE DEFESA DA AMAZÔNIA NO SISTEMA INTERNACIONAL (1985-2006)

As transformações do sistema internacional ocorridas com o término da Guerra Fria, com o abrandamento da bipolaridade ideológica entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), incitaram mudanças de enfoque na questão da segurança e da soberania nacional, com o conseqüente redimensionamento das formulações estratégicas para a defesa e proteção da Amazônia. O fim da confrontação explícita entre o Leste e o Oeste e o decorrente processo, em curso, de reacomodação de forças fizeram surgir um ambiente internacional mais instável, orientado para a multipolaridade, em que os países emergentes - Brasil, Índia, Paquistão, África do Sul, etc - buscam um crescimento econômico que os ascenda ao status de potências regionais.

Nesse cenário, o alinhamento ideológico apriorístico do Brasil aos ideais capitalistas sustentados pelos países ocidentais que combatiam o avanço do bloco socialista, predominante ao longo do período da Guerra-Fria, foi cedendo à afirmação dos interesses estritamente nacionais, que não necessariamente se coadunam com os grandes valores ocidentais, mais retóricos. Se, no período da guerra-fria, o Brasil pautou o conceito de Segurança Nacional ao automático alinhamento político-ideológico à liderança do bloco ocidental, as transformações advindas com a denominada nova ordem internacional

refletiram significativamente no enfoque dado às concepções de segurança e soberania nacional. As mudanças no plano internacional resultaram na adoção de uma defesa mais contundente do que é nacional em lugar da defesa difusa dos valores ocidentais. Quer dizer, a soberania sobre o território, um tema que permanecera subordinado à estratégia de contenção do comunismo ao longo da Guerra-Fria, voltou com força revigorada. (OLIVEIRA, 1994).

O contexto posterior ao da Guerra Fria tem sido reconhecido, enfaticamente nos escritos de oficiais das Forças Armadas, pelo aumento do poder de Organizações Não-Governamentais (ONGs) na definição das políticas de Estado e, simultaneamente, pela instauração do conceito e da prática do "Direito de Ingerência". Simultaneamente ao aumento do papel das ONGs e ao estabelecimento do denominado direito de ingerência, a defesa da Amazônia foi se constituindo num dos principais pilares do discurso militar a respeito da salvaguarda da soberania nacional, em substituição à doutrina de segurança nacional, predominante nos anos de 1960 e 1970.

O DEBATE SOBRE INTERVENÇÃO E SOBERANIA

O moderno conceito de soberania desenvolveu-se com a formação dos grandes Estados nacionais do século XVI, expressando a extensão do pleno poder estatal. A partir do fim das guerras religiosas, organizou-se uma nova sociedade internacional "com base no Direito Internacional resultante dos acordos de Westfália (1648), compreendendo, desde então, um sistema interestatal centrado na teoria da igualdade soberana do Estado". (PEREIRA, Fev. 2003, p. 16). Todavia, o conceito de soberania é uma categoria histórica, que, portanto, sofre variação no tempo e espaço. Assim, as normas que regem as intervenções militares e a relação que estabelecem com os princípios fundamentais do direito internacional, a soberania e o princípio da autodeterminação têm se transformado ao longo da história do sistema westfaliano de Estados.

Até o período napoleônico, não se vislumbrava nem fazia sentido uma concepção intermediária entre o estado de guerra e paz, pois a separação analítica entre o

uso da força militar e a aquisição territorial somente foi elaborada no século XIX. No período pós-1945, com a criação de dezenas de novos Estados, os princípios que ordenava o sistema bipolar se acoplavam à prevalência do princípio da soberania - e intervenções em prol dos direitos humanos não foram cogitadas. Entre os principais corolários do modelo de soberania predominante nessa época estava o dever de não-ingerência na área de jurisdição exclusiva de outros Estados e sua subordinação ao Direito Internacional. (PEREIRA, Fev. 2003).

Entretanto, os processos de transformação das normas que regulam os princípios de intervenções e de soberania - processos sociais de formulação, argumentação, ativação e uso de instrumentos de poder e de institucionalização - ocorrem ininterruptamente, pela ação dos diversos atores envolvidos no jogo político internacional.

Assim, se durante a Guerra Fria e após o processo de descolonização, o respeito à norma de não-intervenção era significativo, nos anos 1990 essa realidade se modificou. Um marco na modificação dessa perspectiva ocorreu com a reação coletiva ao regime sul-africano de Apartheid; pela primeira vez, uma política doméstica de violação dos direitos humanos foi tratada como ameaça à ordem internacional. Na década de 1990, a norma segundo a qual as violações dos direitos humanos e as crises humanitárias representam ameaças à paz e à ordem internacional se institucionalizou; simultaneamente, desenvolveram-se procedimentos de intervenção que lidam com a reconstrução de Estados e sociedades. Nesse período, o termo intervenção ou operação foi substituindo crescentemente o termo guerra - a rigor, pode-se notar que nenhuma das potências declarou guerra desde 1945. "As intervenções humanitárias, ou aquelas baseadas na idéia de que determinados Estados representam uma ameaça à segurança e à paz internacional, tornaram-se um padrão de comportamento no sistema internacional". (HERZ, 2004, p. 108).

No início dos anos 1990 prevaleceu a referência a um mecanismo multilateral de legitimação da intervenção, e mesmo uma superpotência como os Estados Unidos buscou, na primeira Guerra do Golfo, aprovação de sua intervenção dentro da

estrutura legal das organizações internacionais. A partir do processo de reestruturação da sociedade internacional, iniciado após a Guerra Fria, as formas de ameaças que provocaram e justificaram intervenções foram: violação de fronteiras territoriais, conflitos civis envolvendo desastres humanitários, ataques terroristas e, mais recentemente, proliferação de armas de destruição em massa. Nesse contexto, os denominados "failing states" são mais propensos às intervenções, na medida em que se associa a fragilidade das estruturas estatais à criminalidade transnacional, ao desrespeito aos direitos humanos e à proliferação do terrorismo.

A política externa adotada pelos Estados Unidos resultante dos ataques terroristas sofridos em 11 de setembro de 2001 tem formulado o conceito de "intervenção defensiva". Esse conceito fundamenta e justifica ataques preventivos contra grupos terroristas ou contra Estados que os apóiam; a idéia é atacar preventivamente tudo o que representa ser hostil ou ameaça potencial aos Estados Unidos. Os ataques terroristas abalaram a noção segundo a qual a fortaleza norte-americana seria inexpugnável, ou seja, que os Estados Unidos não sofreriam ataques ao seu território, dado que o agressor sofreria uma resposta militar arrasadora. (PEREIRA, Fev. 2003). Uma vez que essa noção ruiu, revelando a vulnerabilidade norte-americana, a nova doutrina de defesa formulou o conceito de "intervenção defensiva", mais fundamentado nas ações externas unilaterais dos Estados Unidos do que no fortalecimento dos mecanismos internacionais de prevenção de crises. Exemplo emblemático da denominada intervenção defensiva encontra-se na guerra do Iraque, ora em curso.

Evidentemente, essa reformulação da concepção estratégica repercute profundamente no debate acerca da limitação da soberania estatal. Por um lado, fatores como o respeito aos direitos humanos e preservação ambiental indicam a necessidade de se repensar os conceitos de soberania, segurança e interesse nacional - e a própria legitimidade da guerra como instrumento da política. Entretanto, a afirmação dos conceitos de competitividade, interdependência, direito de ingerência, interesse coletivo e segurança coletiva também é questionável. (CAVAGNARI FILHO, 1994). Usados unilateralmente por potências militares esses conceitos podem se tornar meros pretextos para a

expropriação de recursos naturais e/ou estratégicos pertencentes às nações estrangeiras. E é assim que têm sido interpretados, em geral, pelas Forças Armadas brasileiras e de outros países em desenvolvimento.

O Brasil, não obstante ser agente desse processo social e fazer parte dos mecanismos multilaterais de intervenção pode, em algum momento futuro, sofrer alguma intervenção - o que força os formuladores da política de segurança brasileira a acompanharem atentamente as transformações históricas em curso. Por enquanto, segundo as normas atuais, a agenda brasileira que inclui o fortalecimento da redemocratização do país, a restrição do programa nuclear brasileiro a fins pacíficos, que renuncia ao desenvolvimento da bomba atômica, e a aceitação dos regimes internacionais para armas de destruição em massa, afasta provisoriamente, mas não elimina os riscos do país ser objeto de intervenção.

Em prol de seus interesses próprios, particularmente em favor da defesa da Amazônia, o Brasil, em termos diplomáticos, que deve continuar a defender enfaticamente, na teoria e na prática, os princípios de autodeterminação do Direito Internacional, repudiando qualquer tipo de ingerência estrangeira que possa ofender o tradicional conceito de soberania perfeita dos Estados.

No que tange à defesa da Amazônia, seu propalado potencial estratégico só poderá se converter em real fator de poder nacional a partir da utilização racional e responsável - postulado encontrado em basicamente todos os textos militares aqui estudados, com o qual concordamos plenamente. Até o presente, as instituições brasileiras que atuam ou ecoam na proteção e desenvolvimento da Amazônia não comunicam grande credibilidade e competência na comunidade internacional. Essa situação aumenta a vulnerabilidade da defesa dessa região. Riquezas minerais, hídricas e de biodiversidade - a teoria realista assim apregoa -, se não forem devidamente defendidas e cultivadas acabam despertando o interesse de países poderosos, abrindo espaço para a aplicação do direito de ingerência.

A AMAZÔNIA E A QUESTÃO ECOLÓGICA

Com a modernidade, e mais especificamente a partir da década de 1980, as pesquisas a respeito da ecologia deram um salto qualitativo; suas questões tornaram-se globais, com extensa presença na mídia. O que antes causava estragos tópicos, agora é tido como ameaçador da vida como um todo.

Dado que os problemas ambientais afetam negativamente os interesses de diversos países, na política ambiental global, a análise institucionalista neoliberal tende a enfatizar as oportunidades de cooperação internacional baseada no interesse mútuo. Assim, a teoria dos regimes procura analisar os impactos das instituições ambientalistas no comportamento dos Estados e suas relações com a ordem e a estabilidade do sistema internacional. (MELLO, Jul/Dez 1996). Noutro extremo, a abordagem de natureza realista enfatiza os conflitos por recursos naturais; tais conflitos podem ameaçar a soberania e a legitimidade dos Estados no que tange à administração dos recursos naturais existentes no interior de seu território.

No contexto percebido como ecologicamente interdependente, como grande parte do habitat natural do planeta ainda preservado se encontra nos países industrialmente subdesenvolvidos, há forte pressão para que estes adotem políticas preservacionistas que impeçam a destruição ambiental, o aumento explosivo da população e a emigração para os países desenvolvidos.

Entretanto, o problema ecológico que incide sobre as florestas tropicais remanescentes, das quais a Amazônia é a mais importante, não pode ser abstraído da lógica do sistema industrial e da dinâmica do mercado globalizado, ou seja, do conjunto da vida econômica moderna, com seus valores, interesses e imposições pragmáticas. No interior da humanidade os índices de consumo são desiguais; cerca de 4/5 da população planetária está marginalizada dos recentes benefícios do progresso material, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2000. Em números relativos, o consumo médio da população de país desenvolvido é em torno de dez vezes mais que o de um país subdesenvolvido, exigindo maior quantidade de matéria-prima,

como cimento, alumínio, asfalto, lã, couro, etc.; energia, como petróleo, carvão, etc.; rede de estradas; infra-estrutura em comunicação; número de fábricas; espaço para residências; e alimentos, como água, cereais, carne, frutas, legumes, etc. Por isso, projeta-se que se os 4/5 da população mundial de baixo consumo, composta de chineses, hindus, africanos, latino-americanos, etc., alcançassem o nível de consumo médio dos Estados Unidos e da Europa Ocidental as reservas naturais do planeta se esgotariam por completo. (PNUD, 2001).

O elevado grau de consumo é responsável pela emissão contínua de gases químicos com alto conteúdo sulfúrico, de metano, cádmio e chumbo que se acumulam na atmosfera e voltam à terra pela chuva contaminada com alto teor ácido; a chuva ácida resulta em poluição de rios e lagos, extinguindo espécies vegetais e animais. Mesmo com uma recente mudança estrutural de superação do modelo fordista, em que a produção e as finanças têm sido internacionalizadas, a atividade industrial promovida pelos países mais ricos do planeta é responsável pelo lançamento na atmosfera de uma quantidade alarmante de gases responsáveis pelo efeito estufa, notadamente o CO2. Os Estados Unidos respondem pela emissão de 1/4 do total de CO2, por seu turno, a União Europa, responde por 23%. (PEREIRA, Fev. 2003). Portanto, a parcela de responsabilidade ecológica que cabe aos países de alta renda é maior que a parte de responsabilidade dos países de baixa renda e baixo consumo. Assim, não se pode transformar o argumento ecológico de que as florestas tropicais são intocáveis em fundamento para se manter os níveis atuais de desequilíbrio de renda, com os custos pagos somente pelas sociedades dos países que abrigam tais florestas.

No ambiente de alta competitividade característico do mundo contemporâneo, os países mais dependentes de capital externo, por seu turno, são impelidos a produzir, gerar divisas e se desenvolver velozmente, muitas vezes, fazendo com que aceitem que grandes empresas nacionais ou transnacionais invistam em seus territórios, desprovidos de uma legislação ambiental e/ou de um aparato de fiscalização que funcione eficazmente. Assim, diante da necessidade de desenvolvimento, somadas às inabilidades gerenciais, não é incomum que as questões ecológicas fiquem num segundo plano na agenda desses governos - o que não significa que esses governos defendam a tese de que os

países pobres têm o direito de destruir seu patrimônio ecológico, mesmo que muitos países ricos já o tenham feito em elevado grau.

Levando em consideração a interdependência dos biomas do planeta, deduz-se que o enfrentamento da questão ambiental só pode ser feito em âmbito global. Nesse contexto é desejável um esforço global para encontrar e empreender reformas no sistema produtivo como um todo para que o desenvolvimento econômico possa prescindir da destruição da natureza. Na ausência deste, mesmo com a assimetria que marca o relacionamento internacional, os países que possuem grandes florestas tropicais biodiversas têm uma moeda de troca forte em suas mãos, com poder para fazer com que os custos e benefícios da proteção ambiental não sejam distribuídos de forma desigual.

ANÁLISE DO ENFOQUE DAS FORÇAS ARMADAS ACERCA DA DEFESA DA AMAZÔNIA

Como foi visto, a argumentação militar sobre a defesa da Amazônia tem se constituído num dos principais pilares do discurso a respeito da salvaguarda da soberania nacional, em substituição à doutrina de segurança nacional dos anos de 1960 e 1970. Os projetos Calha Norte e Sivam exemplificam um novo enfoque no pensamento estratégico brasileiro acerca da salvaguarda da soberania nacional, segundo a qual a política de defesa, em geral, e a defesa da Amazônia, em particular, devem prosseguir adotando a postura dissuasória, tanto em sua acepção mais ampla, que abarca os diversos fatores constitutivos do poder nacional, como em sua conotação mais estrita, referente à dimensão militar.

Dado o caráter difuso das ameaças contemporâneas, a política de defesa de um país tende a pautar-se pela noção de suas "vulnerabilidades", mais do que pela definição de ameaças específicas. A Amazônia - particularmente no que tange às questões ambientais, ao aproveitamento de recursos naturais como fator de desenvolvimento - constitui uma das principais vulnerabilidades do País. Nesse sentido, é muito compreensível que o aparato militar do Estado, volte-se para a Amazônia tomando-a como prioridade. Evidentemente, a preservação da capacidade operacional das Forças Armadas é

necessária para que se concretize uma estratégia de presença e mobilidade militar em território amazônico, particularmente junto às fronteiras.

Como se pôde observar no capítulo quatro, os discursos militares elaboram diversas representações acerca das possíveis ameaças que incidem sobre a Amazônia. Um dos principais pontos que demarcam diferentes percepções entre os escritos militares aqui estudados, se refere aos riscos que pairam sobre a soberania brasileira no território amazônico. Ou seja, no interior do enfoque militar há maneiras muito distintas de se compreender e expressar a natureza das ameaças e a decorrente necessidade de defesa da Amazônia.

Compondo um primeiro grupo de abordagem, representando mais o ponto de vista institucional, dos militares que atuam em órgãos governamentais do setor de defesa, há os que se atêm aos problemas pontuais da Amazônia, acenando para a necessidade de que o país tome as providências cabíveis e preventivas em relação às questões do narcotráfico, da destruição ambiental e da exploração clandestina de recursos naturais, dos problemas sociais, etc., principalmente na região de fronteira com a guerrilha colombiana das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Entre os civis, esta posição é defendida em textos acadêmicos e em discursos políticos de alguns governadores da Região Norte. Por exemplo, na durante a 2ª Conferência da Amazônia, realizada em Macapá, o então governador do estado do Acre, Jorge Viana, afirmou em plenário que a Amazônia, atualmente, não seria mais uma região distante, estando plenamente integrada ao restante do mundo. Para ele, "essa história de internacionalização é inútil, sem significado pratico". (O ESTADO DE SÃO PAULO, 28 Out. 2002, p. 8).

Noutro extremo, encontra-se nos escritos militares a tese de que a Amazônia está sob o risco iminente de ser internacionalizada, a partir da ação de potências estrangeiras. Neste caso, normalmente, a menção à Amazônia se refere à porção ocidental e setentrional da Amazônia Legal, remetendo, portanto, às preocupações com as áreas fronteiriças. Pela análise das publicações e sites mantidos por militares, pode-se perceber que os oficiais da reserva, mais que os da ativa, agremiados em instituições extra-oficiais,

atribuem maior magnitude à ameaça de internacionalização. Amiúde o conceito de "dever de ingerência", desenvolvido com a atual ordem mundial, é mencionado como pseudolegitimador que faltava para que as potências se sintam à vontade para tomar, na plena expressão do realismo, os recursos naturais, energéticos, etc., de países que os possuem, mas não conseguem mantê-los. Por si só isso constitui um quadro perigoso para o Brasil.

Nos moldes de uma teoria da conspiração, alguns setores militares fundamentam que várias entidades - governos estrangeiros e agentes inseridos no governo brasileiro, organizações não-governamentais, nacionais ou não, incluindo aí diversas igrejas - estariam orquestrando, de longa data, uma trama cujo objetivo seria tomar a Amazônia do domínio brasileiro. O início desse processo encontrar-se-ia no esforço conjunto que tais entidades, acentuadamente as ONGs, empreendem para convencer a opinião pública internacional de que os brasileiros, povo e governo, não têm competência para o devido cuidado que a frágil Amazônia requer.

De fato, no ambiente militar, predomina uma atitude bastante reservada quanto às intenções das Organizações Não-Governamentais (ONGs), particularmente as estabelecidas na Amazônia. As críticas se tornam mais veementes quando essas organizações tentam interferir na determinação das políticas internas de gestão ambiental, indigenista, energética, etc.

A falta de maior participação dos órgãos federais na Amazônia, principalmente da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), além do Ministério da Saúde faz com que quase todo o trabalho de assistência às populações isoladas, inclusive aos índios, seja executado pelas Forças Armadas, notadamente o Exército e a Aeronáutica - as denominadas missões de misericórdia. Por isso, integrantes das Forças Armadas estão em contato direto com as localidades mais longínquas e desassistidas da região amazônica e se incomodam com a atuação das ONGs substituindo a ação do Estado nesses locais, em que

deveria ocorrer uma plena estrutura estatal de assistência e fiscalização, bastante precária nos dias de hoje.

Não deixa de ser preocupante a promulgação pelo governo federal da lei nº 9.985, em 19 de julho de 2001, que constitui as denominadas Unidades de Conservação Ambiental, de Proteção Integral ou de Uso Sustentado. Essas Unidades possuem dimensões continentais, são as chamadas "Áreas de Proteção Ambiental", que de acordo com a própria lei, em seu artigo 15, são áreas geralmente extensas, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A referida lei, em seu artigo 30, estabelece que as Unidades de Conservação possam ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão. Assim, abre a possibilidade de internacionalização indireta, através da concessão de gerência ambiental de áreas do território nacional. Ou seja, pelos termos da lei, o poder público instrumentaliza a transferência a uma organização não-governamental, nacional ou internacional, suas funções exclusivas, que sustentam a soberania estatal sobre tal área.

Os dados e argumentos tal como apresentados nos escritos militares - a saber: a retrospectiva histórica do que seriam as investidas estrangeiras dirigidas contra a soberania brasileira na Amazônia; as bulhas que antropólogos e ecologistas vêm renovando periodicamente a nível mundial, denegrindo a imagem brasileira no exterior, normalmente endossados por ONGs nacionais e internacionais; a ação de governos de países militarmente poderosos no sentido de desrespeitar a soberania perfeita de nações estrangeiras, promovendo com isso a tese da soberania restrita; e, por fim, a própria realidade problemática peculiar da região amazônica - nos possibilitam compreender as razões da percepção militar segundo a qual o futuro da Amazônia estaria ameaçado pelo perigo da internacionalização.

Segundo Oliveira (1994), a posição nacionalista de defesa faz parte da natureza da profissão militar. "Quanto aos militares - como atores políticos -, seu apego à tese da defesa da integridade física, estratégica e política do território nacional é simplesmente profissional. O Estado lhes paga para isto com recursos gerados pela sociedade". Assim, os indícios conjunturais que compõem a argumentação militar constituem razões aceitáveis para a elaboração, ao menos no plano hipotético, da teoria da internacionalização da Amazônia.

Sendo ou não pertinentes em si, as percepções militares sobre o risco de internacionalização da Amazônia têm sido classificadas pela imprensa como paranóicas (MARTINS FILHO e ZIRKER, 2001), e por vezes ridicularizadas em fóruns acadêmicos e por parlamentares (NEJAMKIS, 08 Dez. 2005). O incidente diplomático acerca do inexistente livro de geografia que ensinaria que a Amazônia não pertence ao Brasil, estando sujeita à jurisdição internacional, resultou em agravamento da percepção de parte da imprensa que considera improcedente a preocupação dos militares com a internacionalização da Amazônia. É interessante notar que o "*spam*" ultranacionalista contendo o falso anúncio foi amplamente celebrado e retransmitido por indignados alunos de orientação marxista, como alguns do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e de outras universidades. (BECK, 13 Jun. 2000). Como já foi dito, há uma estreita aproximação entre setores nacionalistas, tanto os considerados de esquerda, como os de direita. Portanto, também há muitos setores acadêmicos, e não só os que defendem um nacionalismo de esquerda, que não rechaçam a tese de internacionalização da Amazônia. Passada a celeuma e alguns esclarecimentos sobre esse episódio, para os setores do oficialato das Forças Armadas que se preocupam com indícios verídicos de risco de internacionalização da Amazônia o saldo foi bastante negativo, trazendo descrédito para essa temática. Pode-se afirmar que a propagação de ficções não contribui para a reflexão sobre a real necessidade de defesa e proteção da Amazônia.

O fato é que a denominada tese da internacionalização da Amazônia constitui "o núcleo da atual doutrina militar de defesa do País, mais do que revela a própria

PDN", exercendo efetiva influência sobre "diretrizes estratégicas, conceitos de missão e hipóteses de emprego das forças". (MARTINS FILHO e ZIRKER, 2001, p. 254). De certo modo, a ampliação e o fortalecimento da presença militar na Amazônia, ocorridos nos últimos anos, refletem a tentativa de se estabelecer um poder dissuasório[33].

Parte-se do pressuposto de que o referido aumento da importância estratégica da Amazônia, dentre os outros diversos fatores, foi determinado segundo uma lógica que não descarta a hipótese da conquista do espaço amazônico, com ocupação efetiva do território, pelas grandes potências; hipótese essa que teve maior relevo quando os Estados Unidos realizaram exercícios militares na Guiana, como se estivessem iniciando a aplicação da "teoria do cerco" da Amazônia brasileira. Em face da possibilidade de configuração de tal hipótese, as Forças Armadas estão norteando sua presença na Amazônia pelo emprego da "estratégia da resistência", aquela que visa dificultar a ocupação do território amazônico pelo invasor, levando-o a repensar a continuidade da guerra, dado o pressuposto de que é possível resistir, por longo período, a uma ação militar na Amazônia. Essa possibilidade de resistência se deve às características inóspitas do terreno, de dimensões continentais, criando óbices consideráveis à logística, e às condições climáticas e sanitárias desfavoráveis. Assim, o teatro de operações amazônico não se presta ao emprego centralizado de grandes unidades e de grandes efetivos, exigindo operações descentralizadas, constituindo um típico cenário de guerra prolongada. (CAVAGNARI FILHO, 2002). Ademais, os Estados Unidos podem empregar meios de menores custos e riscos político-econômicos para pressionar o Brasil, notadamente os meios financeiro-comerciais, que poderiam ser empreendidos pelo G-7 ao invés da Otan, geralmente mais eficazes também.

---

[33] Poder dissuasório significa a constituição de uma força armada que seja capaz de oferecer uma ameaça a qualquer investida militar, interna e/ou externa; que seja capaz de desencorajar, se não pela possibilidade de vitória, pela capacidade de tornar caro e pesado, em vidas humanas e em recursos logísticos, o preço dessa investida. Assim, a dissuasão estratégica procura, simultaneamente, garantir a soberania e evitar o confronto armado. (MATTOS, 1993).

Ocorre que os elementos tradicionais de poder continuam resistindo às mudanças conjunturais, apesar de o seu significado ter sofrido recentemente algumas transformações, em particular com o advento do que se denomina globalização. "A luta pela defesa dos interesses nacionais - econômicos, políticos, estratégico-militares -, paradoxalmente, é mais firme hoje do que nas décadas passadas, exatamente em função da globalização econômica". (MIYAMOTO, Jan. 2003, p. 23). O território segue como elemento tradicional de poder nacional muito caro ao pensamento estratégico brasileiro. Por isso, a tendência é que a política de defesa nacional continue a privilegiar a proteção do território, ainda mais diante da crescente desconsideração do secular princípio da soberania e da autodeterminação.

Em síntese, no contexto da denominada Nova Ordem Mundial a defesa do Estado não foi desativada, nem no plano político, nem mesmo no estratégico militar; contrariamente, permanece mais sólida que antes, "criando mecanismos e instrumentos, e visando impedir até mesmo a livre circulação de populações". (MIYAMOTO, Jan. 2003, p. 24). Apesar de as hipóteses de intervenção militar estrangeira no país serem extremamente remotas, a lógica realista própria do pensamento militar preconiza que devem ser levadas a sério, forçando com que o país mantenha-se prontificado para enfrentar qualquer tipo de ameaça externa.

CONCEPÇÕES DE DEFESA DA AMAZÔNIA NAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dentre as abordagens constantes das Teorias das Relações Internacionais, verifica-se que o Realismo constitui o principal paradigma pelo qual se pode compreender as concepções de defesa da Amazônia e as análises conjunturais do Sistema Internacional formuladas pelo oficialato das Forças Armadas. Nos excertos militares estudados, os principais pressupostos implícitos nas análises refletem claramente uma abordagem condizente com o realismo. Entre as concepções características do realismo que se destacam nas abordagens dos escritos militares estão as idéias: de que o Estado é unitário, um ator com vontade própria; de que o território é fator central do poder nacional; e de que para garantir sua segurança e seus interesses os governos (das potências) violam,

recorrentemente, tratados e acordos firmados, bem como qualquer norma jurídica, moral ou política.

Complementarmente, a abordagem marxista também contribui para aumentar essa compreensão, principalmente no tocante às críticas que membros das Forças Armadas elaboram ao chamado "dever de ingerência" e ao enfraquecimento do conceito de soberania perfeita. A análise militar que se aproxima da abordagem marxista segue o seguinte roteiro. Parte do pressuposto realista de que as relações internacionais baseiam-se na coerção política, econômica, ideológica e, em último caso, militar por parte dos Estados mais poderosos, sempre que seus interesses se sintam prejudicados ou ameaçados. Depois sustentam que os organismos internacionais, apesar de denominados multilaterais, na verdade são dominados por um núcleo de poder hegemônico, principalmente econômico; quer dizer, essa multilateralidade é apenas formal. Por fim, esse centro de poder econômico aparece legitimado para estabelecer normas e instrumentos legais de coerção e constrangimentos financeiros e de mercados sobre os demais Estados menos poderosos.

No universo do pensamento militar que destaca a defesa da Amazônia, os autores que sustentam a tese de que governos estrangeiros e ONGs conspiram pela internacionalização da Amazônia constituem uma porção mais ao extremo do espectro teórico, podendo ser denominada nacionalista ou ultra-nacionalista. Ocorre que o nacionalismo militar, considerado "de direita" no contexto das ideologias políticas, tem grande similaridade com o nacionalismo dito "de esquerda", com explícita inspiração marxista, particularmente no discurso que atribui as mazelas brasileiras à ação do denominado imperialismo advindo das potências do hemisfério norte.

O nacionalismo marxista, por exemplo, entra em consenso com o nacionalismo militar em diversas questões, principalmente na oposição às decisões de importação tecnológica, em particular, de produtos ou serviços usados na defesa nacional, pois essa importação significaria maior vulnerabilidade, o aumento da dependência externa e o desalento do desenvolvimento do país. Alguns representantes dessa referida porção não aprovaram, por exemplo, a importação de um pacote tecnológico fechado da empresa norte-

americana Raytheon, tal como ocorreu na ocasião da constituição do Sivam. Pelo contrário, como alternativa eficaz e viável para a defesa da Amazônia proporia fomentar a tecnologia nacional como base do desenvolvimento de um sistema de vigilância[34].

Assim, apesar do pensamento militar como um todo tender ao realismo nas teorias das relações internacionais, o nacionalismo presente no pensamento militar - particularmente o referido acima, engajado na crítica à importação tecnológica como fator de embotamento do desenvolvimento nacional - aproxima-se claramente do pensamento de esquerda. Dessa forma, parte do pensamento militar tende também a uma abordagem marxista ou neomarxista nas relações internacionais. O ponto de encontro mais evidente entre o nacionalismo militar e o nacionalismo de alguns setores da esquerda brasileira está na crítica à política exterior de países desenvolvidos do hemisfério norte sobre o restante das nações. Amiúde, a ação desses países tem sido considerada imperialista e uma ameaça potencial à soberania nacional dos demais países. Essa ideologia, comum entre setores militares e não-militares - jornalistas, acadêmicos, etc. -, expressa uma abordagem neomarxista nas teorias das relações internacionais[35].

Em síntese, se o pensamento militar tende ao realismo no plano das teorias das relações internacionais, esse pensamento também expressa uma análise de conjuntura - em especial, referente às denominadas novas ameaças - que contém itens introduzidos pelo idealismo, pelo neo-realismo e pelo neomarxismo. De outra forma, ao se considerar os militares como os mais incisivos definidores de políticas de defesa no Brasil, como se explicaria que a montagem da defesa da Amazônia não preveja uma intensa militarização da região, tal como pretendido pelo ultranacionalismo, em suas roupagens realista e marxista? Para melhor responder a essa questão, afora os mecanismos políticos de contenção de posições extremistas, é necessário supor que o realismo está incorporando

---

[34] Um estudo bastante detalhado do debate em torno da opção governamental pela importação de um pacote tecnológico fechado para a implantação do Sivam encontra-se em Lourenção, 2006.

[35] Um exemplo emblemático dessa concordância encontra-se na entrevista do Brigadeiro Sérgio Ferolla para a revista "Caros Amigos", nº 20, publicada como matéria de capa em novembro de 1998.

novas bases normativas. Quer dizer, mesmo sob o paradigma realista, agora a cooperação é fator de competição, a razão de Estado precisa ser legitimada democraticamente, devendo, pois os militares persuadir a sociedade como um todo acerca da pertinência dos interesses e projetos que propõem ao país. A faceta ecológica do projeto Sivam, um projeto de defesa da Amazônia, servindo como marketing desse projeto, constitui um exemplo emblemático.

Outro fato, também relativo ao projeto Sivam, reforça a idéia de que o realismo predomina mas não é exclusivo nas concepções militares de defesa da Amazônia. Se por um lado, o Sivam foi tratado sob a ótica da razão de Estado unitário, com mínima participação democrática da sociedade civil ou mesmo da sociedade política - o projeto, por exemplo, foi tratado como sigiloso, sem necessidade de licitação pública para a contratação da empresa desenvolvedora[36] - por outro lado, o discurso governamental a respeito de políticas públicas orientadas para a Amazônia revela uma aposta otimista no ser humano, uma proposta educativa sobre o delicado ecossistema da região, para se estabelecer uma nova relação homem-natureza, não somente monitorada via fiscalização estatal, portanto, deixando transparecer uma abordagem idealista no plano de teorias das relações internacionais.

[36] Detalhes do processo de institucionalização do Sivam podem ser encontrados em minha dissertação de mestrado. Cf. Lourenção, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Azis N. **Amazônia; do discurso à práxis**. São Paulo: Edusp, 1997.

AB'SABER, Azis N. "Refletindo sobre questões ambientais: ecologia, psicologia e outras ciências". **Revista de Psicologia da USP**. São Paulo, vol. 16, nº 1-2, 2005, p. 19-34.

ARIAS, Juan. A destruição da selva; a Amazônia da discórdia. **El Pais**. Madri. 28 Mai. 2005, p. 3.

ARIMA, Eugênio e VERÍSSIMO, Adalberto. "Ameaças e oportunidades econômicas". In: **Amazônia: avança o Brasil?** Cadernos Adenauer. Ano II, nº 4. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Set. 2001.

BALDWIN, David A. (org.) **Neorealism and Neoliberalism: the contemporany debate**. New York: Columbia University, 1993.

BARRETO, P. et. al. **Human Pressure on the Brazilian Amazon Forests**. Washington DC, WRI, Belém: Imazon, 2006.

BCDAM - Sistema de bases compartilhadas de dados sobre a Amazônia. **A Amazônia brasileira**. Disponível em: <http://www.bcdam.gov.br/. Acesso em: 8 Dez. 1999.

BECK, Leda. Defesa: Amazônia internacionalizada é ficção. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, 13 Jun. 2000.

BECK, Leda. Itamaraty afirma que não existe mapa do Brasil sem Amazônia e Pantanal. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, 14 Jun. 2000.

BECK, Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do globalismo; respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECKER, Berta K.; MIRANDA, Mariana & MACHADO, Lia O. **Fronteira amazônica; questões sobre a gestão do território**. Brasília: Ed. UnB; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1990.

BIASOLI-ALVES, Zélia M. A pesquisa em Psicologia; análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In: _____ & ROMANELLI, Geraldo. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa.** Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. (p. 135-157).

BIOAMAZÔNIA - Associação brasileira para o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia. **Biodiversidade amazônica**. Disponível em: <http://www.bioamazonia.org.br/>. Acesso em: 08 Dez. 2000.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 7ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995.

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar todas as denúncias referentes ao Sivam. **Transcrição da CPI do Sivam; texto com redação final (ipsis verbis)**. Brasília: Coordenação de histórico de debates. Núcleo de revisão de comissões. Departamento de taquigrafia, revisão e redação (DETAQ), 08 Ago. 2002.

BRASIL, Governo Federal. **Segurança e desenvolvimento na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas**. **Projeto Calha Norte**. Brasília: SG/CSN, 1985.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. Comando militar da Amazônia. **O Exército e a Amazônia**. Disponível em: <http://www.amazonia.exercito.gov.br/>. Acesso em: 28 Dez. 2000.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home>. Acesso em 08 Jun. 2006.

BRASIL. MRE - Ministério das Relações Exteriores. **O Tratado de Cooperação Amazônica**. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/>. Acesso em: 8 Dez. 1999.

BRAZILIAN EMBASSY IN WASHINGTON. **Mapa alternativo da Amazônia**. Disponível em: <http://www.brasilemb.org/cultural/cultural_amazon1.shtml>. Consultado em 08 Dez. 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Calha Norte: a fronteira do futuro**. Brasília: Publicação oficial, 1993.

_____. **Política de Defesa Nacional (1996)**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov/>. Acesso em: 8 Dez. 1999.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Inteligência e marketing: o caso Sivam**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BRIGAGÃO, Clóvis. O Brasil diante dos desafios internacionais em matéria de segurança e defesa. In: PINTO, J. R. A; ROCHA, A. J. R.; SILVA R. D. P. (Orgs.) **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Vol. 2. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de estudos e de cooperação, 2004, p. 179-198.

CIP - CENTER FOR INTERNATIONAL POLICY. **Information about the combatants**. Disponível em: <http://www.ciponline.org/colombia/infocombat.htm> . Acesso em: 19 Jan. 2006.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Xang. **Unrestricted Warfare**. Beijing, [s.n.], 1999.

CERVO, Amado. L., BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UNB, 2002.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. **Que es Plan Colômbia**? Disponível em: <http://www.mindefensa.gov.co/> . Acesso em: 19 Jan. 2006.

CRAWFORD, Robert M. A. **Idealism and Realism in International Relations**. London and New York: Routledge, 2001.

DREIFUSS, René A. "A defesa no estado democrático". In: OLIVEIRA, Eliézer R. (org.). **A revisão da República**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

DTIC - Defense Technical Information Center. **Joint Doctrine. MOOTW - Military Operations other than War**. Disponível em: <http://www.dtic.mil/doctrine/jrm/mootw.pdf>. Consultado em 08 Dez. 2005.

EUA - Estados Unidos da América. Conselho de Segurança Nacional. **The National Security Strategy of the United States of América**. (Estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos da América). Washington: Escritório de Imprensa do Governo, Set. 2002. 35 p. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>. Consultado em: 08 Dez. 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Conteúdo do jornal de 1994 a 1998**. São Paulo: Folha da Manhã, 1999. 1 CD-Rom.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Parcerias ajudam a reduzir agressão ambiental, diz Sarney Filho**. São Paulo: Folha da Manhã, 17 Jul. 2001, p. 5.

FONSECA JR. Gelson. **Aspectos da multipolaridade contemporânea**. In: Contexto Internacional. Ano 6, nº 11. Rio de Janeiro: Jan-jun. 1990, pp. 7-32.

_____. **Aspectos da teoria de relações internacionais; notas didáticas**. In: Política externa. vol. 3. nº 3. Dez. 1994, pp. 79-88.

FUKUYAMA, Francis. "The End of History?". *The National Interest*. No. 16. Summer, 1989. pp. 3-18.

_____. **The End of History and the Last Man**. New York: Free Press, 1992.

_____. Second Thoughts: The Last Man in a Bottle. **The National Interest**. No. 56. Summer, 1999. pp. 16-33.

HALL, John. **International Order and the Future of World Politics**. Cambridge University, Cambridge, 1999.

HANAN, Samuel. A. & BATALHA, Ben Hur L. **Amazônia; contradições no paraíso ecológico**. 5ª ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

HERZ, Mônica. Considerações sobre as normas internacionais relevantes para a política de segurança brasileira. In: PINTO, J. R. A; ROCHA, A. J. R.; SILVA R. D. P. (Orgs.) **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Vol. 2. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de estudos e de cooperação, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. **The Age of Revolution: Europe 1789-1848**. New York: Praeger, 1969.

_____. **The Age of Capital, 1848-1875**. New York: Scribner, 1975.

_____. **The Age of Empire, 1875-1914**. New York: Pantheon, 1987.

_____. **The Age of Extremes: A History of the World, 1914-1991**, New York: Pantheon, 1995.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 11º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Monitoramento ambiental da Amazônia Legal**. Disponível em <http://www2.ibama.gov.br/>. consultado em : 8 Dez. 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas Nacional do Brasil digitalizado**. DVD-Rom. 2005.

IMAZON - Instituto do Homem e Meio-ambiente da Amazônia. **O Estado da Amazônia**. Disponível em: http://www.imazon.org.br/> Consultado em 08 Jun. 2006.

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Informações Científicas sobre a Amazônia. Belém: Boletim informativo, 2004.

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Núcleo de pesquisa em ciências humanas e sociais. **Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio**. Disponível em: <http://ppbio.inpa.gov.br/>. Acesso em: 8 Dez. 2005.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite**. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html>. Acesso em: 8 Dez. 2005.

KALDOR, Mary. New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era. Cambridge: Polity Press, 1999.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

_____. **Institutional theory and the realist challenge after the cold war**. In: BALDWIN, David A. (ed.) Neorealism and neoliberalism. New York, Columbia University Press, 1993.

KEOHANE, Robert (org.). **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

KEOHANE, Robert O. **International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory**. Boulder: Westview Press, 1989.

KEOHANE, Robert O. & NYE JR., Joseph S. (ed.). **Transnational Relations and World Politics**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

_____. **Power and Interdependence**. 2ª ed.. Glenview, IL: Scott, Foresman, 1989.

KOHLHEPP, Gerd. **A Amazônia frente a um novo desafio: o desenvolvimento sustentável e o programa Avança Brasil**. In: Cadernos Adenauer. Ano II, nº 4. "Amazônia: avança o Brasil?". São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Set. 2001.

LIMA, Maria Regina S. "As relações do Brasil com os Estados Unidos: 1964-1990". In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990); o desafio geoestratégico**. V. 3. São Paulo: Annablume, NUPRI, 2000.

LEIRNER, Piero C. "O Exército e a Amazônia: uma análise de monografias da Eceme". In: **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LENTINI, Marco et al. **Fatos florestais da Amazônia 2003**. Belém: Imazon, 2003.

LOURENÇÃO, Humberto J. **A defesa nacional e a Amazônia: o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2003.

--------. O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios. In: **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MANESCHY, Osvaldo. Amazônia, Brasil. **Cadernos do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, nº 217, Fev-Mar. 2000.

MARTINS FILHO, João R.e ZIRKER, Daniel. "Forças Armadas, soberania nacional e defesa da Amazônia". **Estudos de história**. Franca. Vol. 8, nº1, 2001.

MARTINS FILHO, João R. "As Forças Armadas brasileiras e o Plano Colômbia". In: **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MEARSHEIMER, John J. The False Promise of International Institutions. **International Security**. Vol. 19, No. 3. Winter, 1994/95. pp. 5-49.

MELLO, Valérie C. Globalização e desenvolvimento sustentável: o caso da Amazônia brasileira. **Contexto internacional**. Rio de Janeiro, vol. 18, nº 2, p. 291-328, Jul/Dez. 1996.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas (SP): Papirus, 1995.

_____. Segurança e a nova ordem internacional. **Premissas**. Campinas (SP), caderno 14, Dez. 1996.

_____. A política de defesa brasileira e a segurança regional. **Primeira Versão**. Campinas (SP), v. 102. IFCH/Unicamp, 2000.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica do Brasil: algumas considerações. **Primeira Versão**. Campinas (SP), v. 102. IFCH/Unicamp, Fev. 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A segurança e a ordem internacionais no limiar do novo século. **Primeira Versão**. Campinas (SP), v. 117. IFCH/Unicamp, Jan. 2003.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A política brasileira de defesa e segurança: algumas considerações. In: PINTO, J. R. A; ROCHA, A. J. R.; SILVA R. D. P. (Orgs.) **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Vol. 2. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de estudos e de cooperação, 2004, p. 179-198.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. New York: Alfred A. Knopf, 1978.

NEJAMKIS, Guido. Temendo ameaças, Brasil aumenta presença militar na Amazônia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 Abr. 2005. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2005/04/07/ult27u48270.jhtm>. consultado em 08 Dez. 2005.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Mapa mostra Brasil sem Amazônia**. São Paulo, 06 out 2000. Disponível em: <www.estadao.com.br/agestado/nacional/2000/out/06/258.htm>. Consultado em: 08 Dez. 2002.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Sivam entra em operação; relembre os principais episódios**. São Paulo, 28 Out. 2002, p. 8.

OLIVEIRA, Eliézer R. **De Geisel a Collor; forças armadas, transição e democracia**. Campinas (SP): Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Eliézer R. O Brasil diante dos desafios internacionais em matéria de segurança e defesa: um enfoque hemisférico. In: PINTO, J. R. A; ROCHA, A. J. R.; SILVA R. D. P. (Orgs.) **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Vol. 2. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de estudos e de cooperação, 2004.

NASCIMENTO, Durbens M. **Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea**. Tese de doutorado. Belém: NAEA-UFPA, 2005.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NGAIRE, Woods. The Uses of Theory in the Study of International Relations. In: _____. **Explaining International Relations Since 1945**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

NYE JR., Joseph S. **Bound to Lead: The Changing Nature of American Power**. New York: Basic Books, 1990.

_____. **Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History**. Nova York: Harper Collins, 1993.

NYE Jr., Joseph S. Redefining the national interest. **Foreign Affairs**, vol. 78, nº 4, Jul/Aug, 1999.

NYE, Joseph S.; LYNN-JONES, Sean M. "International Security Studies". **International Security**. 12:4. 1988.

NOBRE; NOBRE. "O balanço do carbono da Amazônia brasileira". **Estudos Avançados**. São Paulo. Vol. 16, nº 45, Mai-Ago 2002.

PEREIRA, Antônio C. A. A soberania no Estado contemporâneo. **Carta Mensal**. Rio de janeiro, v. 48, nº 575, p. 15-50, Fev. 2003.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano de 2000**. Disponível em: <http://hdr.undp.org>. Consultado em 08 Dez. 2001.

REVISTA CIÊNCIA HOJE. Uma floresta gigantesca em debate. Disponível em: <http://www.ciencia.org.br/>. Acesso em: 8 Abr. 2002.

REVISTA CIÊNCIA HOJE. **Biopirataria e contrabando: estimativas e prejuízos**. Disponível em <http://www.ciencia.org.br/>. Acesso em: 8 Dez. 2003.

ROSS, Andrew L. **A teoria e prática das relações internacionais: perspectivas analíticas em disputa**. Disponível em: <http://www.nwc.navy.mil/nsdm/Chapter%204.htm>. Acesso em 8 Dez. 1999.

RUIZ, Ernesto A. "Expedições científicas, descobrimentos geográficos e expansão política: os Estados Unidos e América Latina no século XIX". **Geosul**. Florianópolis, nº 2, 1986. p. 79-93.

RUMBELSPERGER, Antônio Carlos. F. O projeto Calha Norte e os países da área – políticas e estratégias para a atuação do Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, ano X, n.º 28, Out. 1994.

RUSSELL, Bertrand. **A autoridade e o indivíduo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SAE/PR - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Programa Calha Norte**. Brasília: Subsecretaria de programas e projetos, 1998.

SAE/PR - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Sivam - sistema de vigilância da Amazônia**. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/cisipam/>. Acesso em: 8 Dez. 1998.

SANTOS, Breno A. "Recursos minerais da Amazônia". **Estudos Avançados**. São Paulo. Vol. 16, nº 45, Mai-Ago 2002.

SOARES, Luiz F. M. O Brasil no cenário regional de defesa e segurança. In: PINTO, J. R. A; ROCHA, A. J. R.; SILVA R. D. P. (Orgs.) **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Vol. 2. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de estudos e de cooperação, 2004.

SOARES-FILHO, Britaldo Silveira, NEPSTAD, Daniel Curtis, CURRAN, Lisa et al. Cenários de desmatamento para a Amazônia. **Estudos avançados**. São Paulo, vol.19, nº.54. Ago. 2005. p.137-152.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. O dever de ingerência. **Carta Internacional**. São Paulo, ano VIII, nº 86, Abr. 2000.

TCA - TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, nº 18, Jul-Set 1978.

TIAN, H. Q; KICKLIGHTER, D. W. "Effect of Interanual Climate Variability on Carbon Storage in Amazonian Ecosystems". **Nature**. 396, 1998, p. 664-667.

VEJA. **Edição especial: ecologia**. Nº 22, ano 35. São Paulo: Editora Abril, 2002

VIZENTINI, Paulo F. O Brasil e as noções de soberania e não-intervenção. **Cadernos Adenauer**. São Paulo, ano II, nº 5, Dez. 2001.

VIZENTINI, Paulo F. **A política externa do regime militar brasileiro**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World-Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

_____. **The Modern World System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy**. San Diego: Academic Press, Inc., 1989.

WALTZ, Kenneth N. **Man, the State, and War: A Theoretical Analysis**. New York: Columbia University Press, 1959.

_____. **Theory of International Politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

FONTES PRIMÁRIAS

AZAMBUJA JUNIOR, José H. **A Vontade Nacional na defesa da Amazônia Legal**. 2005. Monografia. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME. Rio de Janeiro, 2005.

AZEREDO, Zenaide. Militares apontam EUA como inimigo do próximo século. **Jornal de Brasília**. Brasília, 16 Ago. 1999.

BRANCO, Walter R. C. **Amazônia: a crise da integridade do Estado**. 2001. Monografia. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME. (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército). Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL, Altino B. Já estamos com os bárbaros dentro de casa. **Revista do Clube militar**. Disponível em: <http://www.clubemilitar.com.br/>. Acesso em 08 Dez. 2002.

BRASIL. **Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986**. Código Brasileiro de Aeronáutica. Brasília, 1986.

BRASIL. **Lei nº 9.614, de 05 de março de 1998**. Modifica o artigo 303 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério do Exército. Comando militar da Amazônia. **A importância estratégica da Amazônia**. Manaus: Divisão de documentação, 1998 B.

CAMBESES JR., Manuel. A defesa aeroespacial da Amazônia. **Revista do Clube Militar.** Rio de Janeiro, v. 71, n. 350, p. 9, Ago. 1998.

CAMBESES JR., Manuel. **Os militares e a defesa da Amazônia**. Escola Superior de Guerra. Disponível em: <http://www.esg.br/>. Consultado em: 08 Dez. 2002.

CASTRO, Gilberto. Desenvolvimento da Amazônia Brasileira: situação e perspectivas. **Revista da Escola Superior de Guerra.** Rio de Janeiro, v. 6, nº 14, 1990.

CASTRO, Therezinha. Amazônia; problemática geopolítica. In: Iº Seminário do Projeto Sivam. 1998, Manaus. **Amazônia; atualidades e perspectivas - anais.** Rio de Janeiro: CCSivam, 1999.

CASTRO, Therezinha. O Brasil e a nova ordem mundial: enfoque geopolítico. **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, vol. 136, 2º Quadrimestre 1999.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo L. **Introdução à defesa da Amazônia**. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE). Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee>. Acesso em: 08 Dez. 2002.

CCSIVAM - Comissão Coordenadora do Sivam. **Iº Seminário do projeto Sivam: Amazônia; atualidades e perspectivas - anais.** [Manaus (AM), 27 a 29 de outubro de 1998]. Rio de Janeiro: CCSivam, 1999.

CCSIVAM - Comissão Coordenadora do Sivam. **O Sistema de vigilância da Amazônia**. Disponível em: <http://www.sivam.gov.br/>. Acesso em: 15 Out. 2002.

CHAGAS, Carlos. **Como dissolver a soberania nacional**. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 24 Fev. 2000, p. 3.[37]

CHAVES, Aldo A. R. A ótica e a espionagem aeroespacial na Amazônia. **Revista Aeronáutica.** Rio de Janeiro, n. 204, Mai-Jun. 1995.

[37] Reproduzido no site do Clube Militar: <http://www.clubemilitar.com.br/>

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/>. Acesso em: 15 Out. 2002.

COIMBRA, Marcos. A Amazônia e a cobiça internacional. **Revista do Clube Militar**. Disponível em: <http://www.clubemilitar.com.br/>. Acesso em: 08 Dez. 2002.

CRISTALDO, Janer. Uma teocracia na Amazônia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 Fev. 1995, p. 3.

DENYS, Rubens B. Engessamento da Amazônia. **A Defesa Nacional.** Rio de Janeiro, v. 84, nº 781, Jul.-Set. 1998.

FORTUNA, Hernani Goulart. Amazônia: realidade e visão político-estratégica. **Revista Marítima Brasileira.** Rio de Janeiro, v. 114, nº 1/3, Jan-Mar. 1994. p. 51-59.

FORTUNA, Hernani G. Amazônia: uma visão político-estratégica. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, vol 123, nº 07-09, Jul.-Set. 2003.

FREIXINHO, Nilton. **Brasil: os difíceis caminhos da integridade**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1994.

FRIEDE, Reis. A questão amazônica, um desafio à soberania nacional. **Revista Marítima Brasileira.** Rio de Janeiro, v. 115, nº 1/3, Jan-Mar. 1995. p. 85-94

GAMA E SILVA, Roberto. A Amazônia e o mundo atual. **Revista do Clube Naval**. Rio de Janeiro, v. 108, nº 306, 1997/98. p. 43-49.

--------. Amazônia brasileira. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 120, nº 1/3, Jan-Mar. 2000. p. 89-108.

GAMA E SILVA, Roberto. "A Amazônia, o Brasil e a dissuasão estratégica". **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 124. n^{os} 07/09, Jul-Set. 2004.

GARNER, Lídia M. A Amazônia e os interesses estrangeiros. **Cadernos de estudos estratégicos**. [s.l.], nº 3. p. 1-35. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres), Mar. 1996.

GUIMARÃES JR., Jayro. **Amazônia: defesa, integração e soberania**. 2003. Monografia (Conclusão do CCEM) - Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar). Rio de Janeiro, 2003.

LESSA, Luiz G. S. A Amazônia e o Exército Brasileiro. **CPI da FUNAI**. Disponível em <www.câmara.gov.br/>. Acesso em: 08 Dez. 2002.

LESSA, Luiz G. S. A Amazônia e o Exército Brasileiro. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luís. (org.) **Seminário Política de defesa para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados Federais, Coordenação de publicações, 2003.

LORCH, Carlos. **Do Can ao Sivam: a FAB na Amazônia**. Rio de Janeiro: Aerospace, 2000.

LUZ, Sérgio P. Compreensão da Amazônia. **Revista da Escola Superior de Guerra.** Rio de Janeiro, v. 6, nº 15, Ago. 1990. p.159-182.

LUZ COSTA, Darc A. Cenário político-estratégico: potencial e vulnerabilidades da Amazônia. **Cadernos de estudos estratégicos**. [s.l.]. nº 20. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres), Jul. 1995.

MATTOS, Carlos de Meira. A Amazônia e a dissuasão estratégica. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 26, 1993. p. 85-88.

_____. Amazônia: o grande desafio geopolítico. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, ano XIX, nº 41, 2002.

_____. ONGs internacionais na Amazônia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 Jun. 2005. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2906200509.htm>. Consultado em 08 Dez. 2005.

MATTOS, João. A Reserva que Condena um Povo. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano LXXXII, Jul-Set. 1992.

MELLO E SOUZA, Nelson. Amazônia: divergências e convergências. **Idéias em Destaque.** Rio de Janeiro, n. 15, Nov. 2000. p. 63-88.

MONTEIRO, Tânia. Ministro da Defesa critica atuação de ONGs na Amazônia. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 16 Mai 2000, p. 16.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Sivam entra em operação; relembre os principais episódios**. São Paulo, 28 Out. 2002, p. 8.

OLIVEIRA, Ney C. A polêmica da Amazônia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro. v. 109, n. 4/6, Abr-Jun. 1989. p. 114-126.

PAIVA, Mário Antônio. **Globalização e Amazônia**. Revista do Clube Militar. Disponível em: <http://www.clubemilitar.com.br/>. Acesso em: 08 Dez. 2002.

PENTEADO, Antonio R. Ocupação racional do espaço da Amazônia Brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, v. 8, nº 21, Mai. 1992. p. 87-116.

PINHEIRO, Álvaro S. "Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro". **Air Power Journal**. Nº 2, 1995.

REIS, Arthur C. F. **O processo histórico da Amazônia**. In: "Problemática da Amazônia". Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

REIS, Arthur C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REIS, Taunay D. C. Reservas indígenas - Amazônia**. Revista do Clube Militar**. Rio de Janeiro, v. 66, nº 308, Nov-Dez. 1992. p. 10-11.

RETRATO DO BRASIL. **O complô da cobiça**. Vol. 1. São Paulo: Política Editora, 1986.

REZENDE, Pedro P. Amazônia - cenário de jogos de guerra: nova doutrina da Otan dispensa apoio das Nações Unidas em intervenções militares, o que preocupa Forças Armadas brasileiras. **Jornal Correio Brasiliense**. Brasília, 12 Dez. 1999, p. 3.

REZK, Antônio. A Amazônia e a cobiça do imperialismo. **Revista do Clube Militar**. Disponível em <http://www.clubemilitar.com.br/>. Acesso em: 08 Dez. 2002.

RIBEIRO, Osmar J. B. Amazônia – um desafio a vencer. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro. Ano LXXXI, nº 768. Abr-Jun. 1995.

RICCIARDI DOS REIS, Alexandre. **O emprego das Forças Armadas brasileiras no combate ao narcotráfico**. 2004. Monografia. Escola de Guerra Naval - EGN. Rio de Janeiro, 2004.

RIPPEL, Márcio Pereira. **O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas conseqüências**. 2004. Monografia. Escola de Guerra Naval - EGN. Rio de Janeiro, 2004.

ROTSTEIN, Jaime. O resgate energético da Amazônia. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, v. 13, nº 36, 1998. p. 15-24.

ROSA, Fernando H. P. A política indigenista: a utilização das terras indigenistas (TI) no contexto da Defesa Nacional, em especial na faixa da fronteira. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, v. 20, nº 43, 2004.

SIAUDZIONIS, Felipe A. B. **Amazônia: Destruição de aeronaves hostis – proposta de regulamentação da lei 9.614**. 2002. Monografia. Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica - Ecemar. (Conclusão do CCEM). Rio de Janeiro, 2002.

SAMPAIO, Antônio. A segurança da Amazônia. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 31 Ago. 2000, p. 3.

VALENTE, Eduardo. A epopéia do Norte: as asas que construíram a infra-estrutura aeronáutica na Amazônia: 1935-2003. **Revista da Força Aérea**, São Paulo, ano 8, nº 30, Mar-Mai. 2003. p. 80-87.

VIDIGAL, Armando A. F. Estratégia e emprego futuro da força. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, v. 12, nº 32, 1996.

_____. A internacionalização da Amazônia. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 122, nº 04/06, p. 81-99, Abr.-Jun. 2002.

ZENDIM, Omar. As questões ambientais e indígenas na Amazônia – ameaças à soberania nacional. 2001. Monografia. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME. Rio de Janeiro, 2005.

ANEXO

Figura 1: Mapa supostamente utilizado em high school dos Estados Unidos.